



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Morgana Maria Pessôa Soares

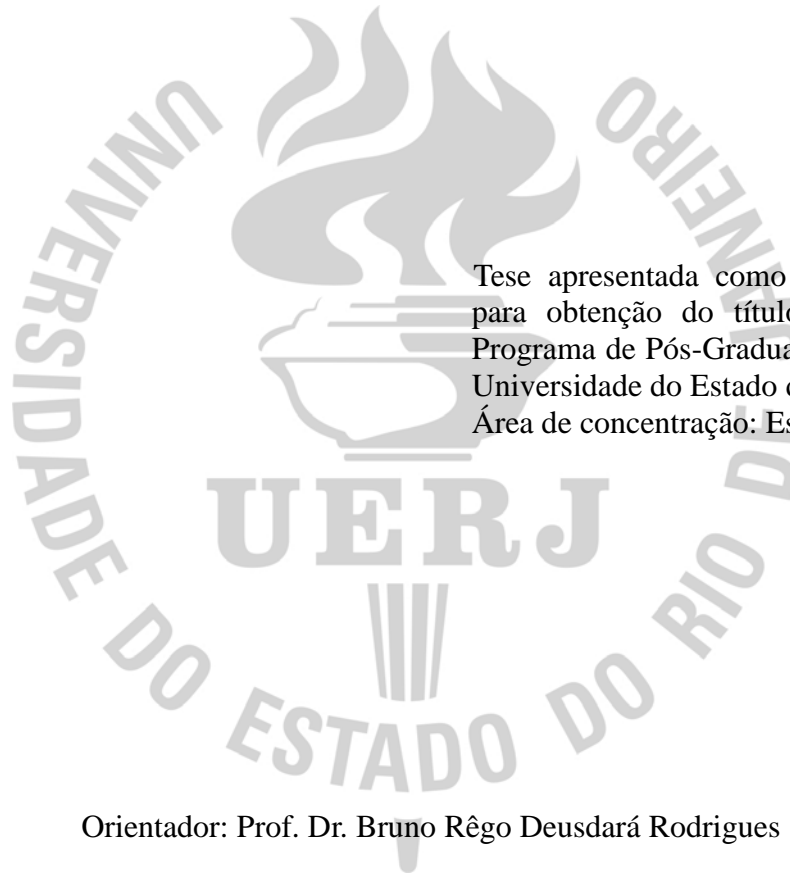
**Acolhimento Linguístico em curso: português com refugiados**

Rio de Janeiro

2019

Morgana Maria Pessôa Soares

**Acolhimento Linguístico em curso: português com refugiados**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S676	<p>Soares, Morgana Maria Pessôa. Acolhimento linguístico em curso: português com refugiados / Morgana Maria Pessôa Soares. – 2019. 185 f.: il.</p> <p>Orientador: Bruno Deusdará. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Refugiados - Brasil – Teses. 2. Acolhimento – Teses. 3. Linguagem e cultura – Teses. 4. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Falantes estrangeiros – Teses. 5. Análise do discurso – Teses. I. Deusdará, Bruno. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 806.90(07)(81)</p>
------	---

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Morgana Maria Pessôa Soares

**Acolhimento Linguístico em curso: português com refugiados**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 19 de junho de 2019.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Bruno Rêgo Deusará Rodrigues (Orientador)  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Georg Walter Wink  
University of Copenhagen

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Poliana Coeli Costa Arantes  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Giorgi  
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Rio de Janeiro

2019

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos que buscam acolhimento linguístico no Brasil, e

Aos meus amores, Júlia e Indin; Hélio e Aurora

Às minhas irmãs amadas, Love e Bubu

Ao meu genro Heitor

À minha sobrinha Rita

À minha flor mais linda: Eriquinha foi pro samba

À fada da minha vida: Didia

Aos meus irmãos Toinzinho e Caboco

Às cacharreias Jacq e Lôra

Ao Tio Luiz, de quem herdei os livros, as letras e a Uerj

A Caco e Toinho (em lembranças)

À Socorrinho, minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Capes, pela bolsa.

Ao Bruno, pela orientação, parceria, paciência e amizade

e

À Poliana, por me acolher como parte deste trabalho memorável que relato nesta tese; ao Décio, pelas inferências; ao Georg pelos caminhos transculturais que abriu nesta pesquisa; à Maria Cristina pelos encontros. A estes agradeço, ainda, por sentarem à minha banca.

Pelo caminho trilhado juntos, agradeço aos meus colegas:

Anna Land

Dominique Sendra

Elissandra Persi

Gabriel Cardoso

Gustavo Lino

Luiz Felipe Andrade

Mônica Azzariti

Raiza Neves

Rodrigo Campos

Tatiana Jardim

à Juliane Gamboa, pela parceria nos encontros musicais com os refugiados.

Pelo amparo, amor e confiança, agradeço à minha família amada.

Quem sai da terra natal em outros campos não para, só  
deixo o meu Cariri no último pau-de-arara

*Luiz Gonzaga*

## RESUMO

SOARES, Morgana Maria Pessoa. *Acolhimento linguístico em curso: português com refugiados*. 2019. 185 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Nesta pesquisa, proponho um estudo cartográfico das práticas de acolhimento a refugiados, elegendo como campo produtor de pistas para análise o processo de produção dos materiais didáticos que vem acontecendo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, conduzido pelo Projeto de Extensão Português para Refugiados (PPR), que acompanho desde as primeiras reuniões. Um estudo cartográfico supõe, como ensina Gilles Deleuze & Félix Guattari (2011), o mapeamento dos processos de produção de subjetividades, a partir da associação com a imagem de um rizoma. Este emaranhado de vitais foge da linearidade e conecta-se “em todas as direções” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 30), largando e alargando a visão binária de causa e efeito em prol da cromatização de matizes amparadas nas pistas que se apresentam. Por isso, estes processos de subjetivação são abertos a constantes modificações e/ou desmontes, ajustáveis e reajustáveis na medida do percurso da própria pesquisa. Esta, que ora se inicia não seria possível em outras bases senão no método cartográfico, sustentando permanente recepção de qualquer novo elemento que venha a somar possibilidades ao rizoma desta produção. A emergência que configura as políticas e as práticas de acolhimento a refugiados deve-se à intensificação dos fluxos da migração forçada, como temos acompanhado na mídia e redes sociais. O que me instiga, além da questão humanitária que emerge urgente em nosso tempo, é o reconhecimento de que estas que acolhemos são pessoas que, independentemente da identidade a elas atribuídas através da legislação pertinente ou da língua de acolhimento, precisam se comunicar rapidamente com a sociedade para dar continuidade às suas vidas já que o acesso à língua é mais do que o acesso a um instrumento de comunicação (DELEUZE; GUATTARI, 1995), mas de ordenamento também. Ou seja, cada vez que enunciemos queremos convencer nosso interlocutor de alguma maneira, seja pelo mínimo fato de fazê-lo nos ouvir, até acreditar no que estamos enunciando e/ou seguir um caminho apontado pelo nosso enunciado.

Palavras-chave: Refúgio. Análise do discurso. Gêneros. Interculturalidade.



## RÉSUMÉ

SOARES, Morgana Maria Pessoa. *Cours de langue en cours: portugais avec réfugiés*. 2019. 185 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Obtenir une liste de lecture pour vous informer sur ce que vous devez savoir sur le traitement, les conditions de travail et les conditions de travail dans les domaines suivants: PPR), que l'accompagne est de primeiras reuniões. Vous êtes ici pour un savoir plus sur Giule Deleuze & Félix Guattari (2011), sur le traitement de la demande, sur les 9oncerne9 de traitement des documents, des images fantastiques et des images fantastiques. C'est un outil qui permet de créer une linéarité et de 9oncerne les droits de la personne (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 30), mais aussi de voir comment les choses se passent (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 30). Se apresentam. À ce jour, ces 9oncerne9 de traitement de données sont encore modifiés et / ou supprimés, 9oncern et 9oncerne9 pour une perte de poids. Vous êtes ici pour que les options disponibles ne contiennent pas de base de données, mais que le 9oncerne9 de reclassement est 9oncerne99, et que l'élément de base est déjà disponible, ainsi que les options disponibles. Vous êtes ici pour que les options disponibles ne contiennent pas de base de données, mais que le 9oncerne9 de reclassement est 9oncerne99, et que l'élément de base est déjà disponible, ainsi que les options disponibles. Une liste de programmes configurée comme des stratégies de suivi et d'évaluation de la qualité de l'information doit être appliquée aux flux de migration, les coûts de traitement et les coûts de gestion. Aidez-nous à résoudre le problème humanitaire qui se dégage de façon urgente, à chaque étape du 9oncerne9, afin de déterminer si vous avez choisi de payer pour vous-même, indépendamment de l'identité de la personne 9oncerne, veuillez préciser le contenu de la loi Liste des actions continues à travers les vidéos que vous avez besoin d'acquérir, mais dont vous avez besoin pour accéder à un instrument de communication (DELEUZE; GUATTARI, 1995), mas de ordenamento também. Si vous êtes un membre, vous êtes le premier à parler, vous êtes un interlocuteur privilégié dans ce domaine, ainsi que dans les semaines qui suivent, dans lequel nous travaillons, et dans lequel nous travaillons.

Mots-clés: Refuge. Analyse du discours. Genres. Interculturalité.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teclado de um piano .....	36
Figura 2 – Partitura de trecho da “Nona Sinfonia” .....	39
Figura 3 – Partitura de trecho da obra “Treatise” .....	40
Figura 4 – Pode Entrar, capítulo 11 .....	75
Figura 5 – Entre nós, atividade “Carioquices” (1) .....	77
Figura 6 – Entre nós, atividade “Carioquices” (2) .....	78
Figura 7 – Entre nós, atividade “Carioquices” (3) .....	88
Figura 8 – Entre nós, atividade “Carioquices” (4) .....	88
Figura 9 – Quadro de verbos .....	97
Figura 10 – Entre nós, atividade “Feijões” (1) .....	99
Figura 11 – Entre nós, atividade “Feijões” (2) .....	100
Figura 12 – Entre nós, atividade “Regiões do Brasil” .....	101
Figura 13 – Capa da revista História .....	104
Figura 14 – Por aqui, capa provisória (1) .....	107
Figura 15 – Por aqui, capa provisória (2) .....	108
Figura 16 – Pode Entrar, capa .....	109
Figura 17 – Entre nós, ilustração provisória da capa .....	110
Figura 18 – Entre nós, ilustração definitiva da capa .....	111
Figura 19 – Entre nós, atividade “Festa Junina” (1) .....	112
Figura 20 – Entre nós, atividade “Festa Junina” (2) .....	113
Figura 21 – Entre nós, capa impressa .....	114
Figura 22 – Pode Entrar, capítulo... .....	116
Figura 23 – Entre nós, atividade “Habilidades” (1) .....	124
Figura 24 – Entre nós, atividade “Habilidades” (2) .....	126
Figura 25 – Entre nós, atividade “Habilidades” (3) .....	127
Figura 26 – Entre nós, atividade “SUS” (1) .....	129
Figura 27 – Entre nós, atividade “SUS” (2) .....	130
Figura 28 – Entre nós, atividade “SUS” (3) .....	131

Figura 29 – Entre nós, atividade “SUS” (4) .....	132
Figura 30 – Entre nós, atividade “SUS” (5) .....	132
Figura 31 – Entre nós, atividade “Provérbios” (1) .....	134
Figura 32 – Entre nós, atividade “Provérbios” (2) .....	136
Figura 33 – Entre nós, atividade “Provérbios” (3) .....	137
Figura 34 – Entre nós, atividade “Roupas” (1) .....	138
Figura 35 – Entre nós, atividade “Roupas” (2) .....	139
Figura 36 – Entre nós, atividade “Roupas” (3) .....	140
Figura 37 – Pode Entrar, página 41 .....	141

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Identificação dos atores envolvidos no acolhimento .....	50
Quadro 2 –	Emprego versus desemprego (1) .....	122
Quadro 3 –	Emprego versus desemprego (2) .....	123
Quadro 4 –	Emprego versus desemprego (3) .....	123

## SUMÁRIO

	<b>À DERIVA.....</b>	13
1.	<b>O MUNDO EM MOVIMENTO.....</b>	22
1.1	<b>Nosso mundo.....</b>	23
1.2	<b>Novos mundos.....</b>	25
2	<b>ENCONTRANDO CAMINHOS.....</b>	28
2.1	<b>O enunciado.....</b>	29
2.2	<b>A palavra de ordem.....</b>	32
2.3	<b>As fontes.....</b>	34
2.3.1	<u>Conexão e heterogeneidade.....</u>	37
2.3.2	<u>O múltiplo.....</u>	38
2.3.3	<u>O Dialógico.....</u>	41
2.4	<b>Reordenando.....</b>	43
2.5	<b>Mapas de um só caminho.....</b>	46
3	<b>CAMPEANDO.....</b>	49
3.1	<b>Ainda que toque no chão o meu coração.....</b>	52
3.2	<b>Varrer mundo, mãe, varrer mundo!.....</b>	57
3.3	<b>Gêneros e gêneros.....</b>	60
3.3.1	<u>Gêneros dos discursos.....</u>	62
3.3.2	<u>Gêneros de atividades.....</u>	64
3.3.3	<u>Cenários possíveis.....</u>	67
4	<b>QUE PAÍS É ESSE?.....</b>	74
4.1	<b>Carioquices.....</b>	77
4.1.1	<u>Culturas e representações.....</u>	78
4.1.2	<u>Representações e estereótipos.....</u>	81
4.1.3	<u>Culturalidades.....</u>	84

4.2	<b>O feijão nosso de cada dia</b> .....	88
4.2.1	<u>Integração e Assimilação</u> .....	90
4.2.2	<u>Territórios e identidades</u> .....	93
4.2.3	<u>Brasil de muitos feijões</u> .....	97
4.3	<b>Regiões do Brasil</b> .....	101
4.3.1	<u>O Brasil à deriva</u> .....	102
4.3.2	<u>Brasil derivado</u> .....	105
4.3.3	<u>Nós à deriva</u> .....	114
5	<b>E AGORA, JOSÉ?</b> .....	119
5.1	<b>Habilidades</b> .....	124
5.2	<b>Mobilidade urbana</b> .....	127
5.3	<b>Saúde</b> .....	128
5.5	<b>O que falar quer dizer?</b> .....	133
5.6	<b>Com que roupa que eu vou?</b> .....	137
	<b>PESQUISAR É PRECISO, CONCLUIR NÃO É PRECISO</b> .....	142
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	146
	<b>ANEXO A</b> - Livro “Entre nós: portugueses com refugiados”.....	149
	<b>ANEXO B</b> - Livro “Pode entrar” .....	149
	<b>ANEXO C</b> – Depoimentos .....	150
	<b>ANEXO D</b> - Atas das reuniões com anotações e comentários .....	156

## À DERIVA

Nesta pesquisa, proponho um estudo cartográfico de práticas de acolhimento linguístico a refugiados, elegendo como campo produtor de pistas para análise o processo de produção dos materiais didáticos que vem acontecendo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, conduzido pelo Projeto de Extensão Português com Refugiados (PCR), que acompanho desde as primeiras reuniões.

Um estudo cartográfico supõe, como ensinam Gilles Deleuze & Félix Guattari (2011), o mapeamento dos processos de produção de subjetividades, a partir da associação com a imagem de um rizoma. Este emaranhado de possibilidades vitais foge da linearidade e conecta-se “em todas as direções” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30), largando e alargando a visão binária de causa e efeito em prol da cromatização de matizes amparadas nas pistas que se apresentam. Ou seja, as informações contidas nesta pesquisa foram, ao longo dos três anos de campo, surgindo, formando-se e se modificando-se, já que os protagonistas dessa empreitada são seres humanos e suas ideias. Tanto do lado de quem está produzindo o acolhimento linguístico de que trato aqui, quanto do lado de quem está sendo acolhido. Por isso, estes processos de subjetivação são abertos a constantes modificações e/ou desmontes, ajustáveis e reajustáveis na medida do percurso da própria pesquisa. Esta, que ora se inicia, não seria possível em outras bases senão no método cartográfico, por se tratar da investigação de um processo, de um devir, sustentando permanente recepção de qualquer novo elemento que venha a somar possibilidades ao rizoma desta produção.

A emergência que configura as políticas e as práticas de acolhimento a refugiados deve-se à intensificação dos fluxos da migração forçada, como temos acompanhado na mídia e redes sociais. O que me instiga, além da questão humanitária que emerge urgente em nosso tempo, é o reconhecimento de que estas que acolhemos são pessoas que, independentemente da identidade a elas atribuída através da legislação pertinente ou da língua de acolhimento, precisam se comunicar rapidamente com a sociedade para dar continuidade às suas vidas. Afinal, o acesso à língua é mais do que o acesso a um instrumento de comunicação (DELEUZE; GUATTARI, 1995), mas de ordenamento também. Para os autores, cada vez que enunciemos queremos convencer nosso interlocutor de alguma maneira, seja pelo mínimo fato de fazê-lo nos ouvir, até acreditar no que estamos enunciando e/ou seguir um caminho apontado pelo nosso enunciado.

Aqui, talvez seja conveniente uma pausa para esclarecer alguns conceitos mencionados referentes ao termo “língua”, que usei no parágrafo anterior. Por língua de

acolhimento refiro-me à língua falada no país de acolhimento, conforme Cabete (2010); língua de comunicação é dito da língua oficial de um determinado país, como no caso do francês em países da África, onde o conceito de língua materna não se encaixa completamente no que entendemos por tal, uma vez que são inúmeras as línguas e dialetos falados intra e entre as comunidades, aldeias etc. Todos maternos, sob o meu ponto de vista. Língua de comunicação deveria, ainda no meu entendimento ser a designação daquela usada para a interação verbal entre os falantes, ou seja, qualquer uma que se utilize neste sentido. Porém, à língua de comunicação imposta pelo colonizador dou também a alcunha de língua bastarda, como algo ilegítimo. Em todos os casos, minha compreensão sobre língua – seja qual for o adjetivo que acompanhe o termo – vai ao encontro dos postulados que definem a linguagem verbal como produto da interação social (BAKHTHIN,1999). Sobre a língua materna, gosto da concepção da psicanalista Caterina Koltai<sup>1</sup> (2013) que a define como “a língua dos afetos e dos prazeres, a que é implícita, secreta, íntima, e que por mais que se queira, nunca desaparece, deixando marcas que se manifestam através da entonação da voz, do ritmo da fala, dos lapsos, dos vestígios”. E ainda:

Falar de língua materna é, de certo modo, falar sempre das figuras da ausência que ora se conjugam separadamente, ora em conjunto, ora enquanto histórias, ora enquanto História, pois é bem sabido que em cada uma dessas histórias podemos sempre encontrar indícios de uma herança da História humana, da História de todos. (KOLTAI, 2013, p. 135)

Ao diferenciar histórias de História, a psicanalista se refere ao primeiro como os relatos pessoais de cada um, e ao segundo, com inicial maiúscula, a uma história que se insere no campo do social através dos registros coletivos. Desta maneira, perder a língua materna, assim como perder a pátria, pode, ainda segundo Koltai (2013), causar luto semelhante à perda de um ser querido, e isso porque a língua, para ela, é “um instrumento de constituição da identidade psíquica do sujeito” (KOLTAI, 2013, p. 135). Continuemos.

Apesar de serem sobreviventes de suas terras natais em conflitos, estes cidadãos precisam também sobreviver no nosso país, sobretudo trabalhando, mas, sem conseguir se comunicar em português, a barreira primeira, que é esta da língua, acaba por criar outras, como temos percebido, que podem levar à marginalização destes grupos “chegantes”. Por isso, a ambientação na língua de acolhimento, ou como anunciei, o acolhimento linguístico, deve acontecer não apenas em salas de aulas, mas também em outros contextos, tais como em situações de aquisição de bens de consumo, de transportes, de saúde, de busca por colocação

---

<sup>1</sup>Socióloga, psicanalista, mestre em sociologia pela Sorbonne e doutora em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora da graduação e pós-graduação da faculdade de ciências sociais da Puc-SP., autora do livro psicanálise e política: o estrangeiro, pela editora escuta.



no mercado de trabalho, de compreensão dos mecanismos legais de imigração e de seus direitos de refúgio etc. Vale lembrar que a língua materna, no caso dos refugiados que chegam ao Rio de Janeiro, pode ser o único bem que trazem e que lhes manterá as boas lembranças de tempos de paz. É o que informa Koltai (2013), que, em seus estudos sobre o trauma decorrente dos deslocamentos forçados, citando J. Hassoun (1993) lembra ainda que:

...a língua materna é a dos prazeres da boca que nos acompanham vida afora, através dos quais entramos em contato com o mundo exterior e simbolizamos o que somos capazes de perceber através da míope neblina de nossa compreensão infantil. Podemos dizer que a língua materna é aquela de uma comida da infância que vem acompanhada por uma palavra incomparável e que pode produzir pertencimento, fruto do reconhecimento. (2013, p. 134)

Chegar a uma terra desconhecida, para onde foi sem querer ir, forçado por uma situação que punha sua vida em risco, deixando para trás a pátria, os amigos, os parentes, bens, enfim, tudo o que se teve, é certamente, um trauma difícil de superar (KOLTAI, 2013). Mais ainda nos casos em que o único bem<sup>2</sup> trazido, a língua que se fala, deve ser posto em segundo plano, para que se sobreviva mais uma vez. É claro que muitos não trazem somente sua língua, parte dos que chegam ao Brasil conseguem trazer algum patrimônio, mas não a maioria, que chega de países africanos destruídos pelas guerras internas.

Para esta pesquisa, defini que seguiria três caminhos distintos, esperando que me levassem aos destinos pretendidos. O primeiro foi buscar um embasamento teórico que amparasse não apenas as perspectivas discursivas, mas o entendimento da aplicabilidade do trabalho a ser realizado, bem como que suportasse a cartografia, que se distingue como o segundo caminho.

Muito embora esta pesquisa esteja pautada num quadro teórico dos estudos do discurso, em especial da Análise do Discurso de linha francesa (AD), preciso que esteja claro ao meu leitor que a compreendo cada vez mais largo em seu campo de atuação. Não é possível realizar análise do discurso sem contextualização. Por isso, ao propor uma análise dos materiais didáticos produzidos para os refugiados no Rio de Janeiro, incluo neste quadro estudos de sociologia e antropologia, indispensáveis à compreensão da interação humana e do conceito de acolhimento que proponho neste estudo. Por sorte que não estou sozinha neste pensamento em relação à AD:

A análise do discurso se situa em um lugar singular, na interseção da linguagem, da sociedade e da psique. Poder-se-ia dizer que é uma disciplina "angelica", que se desdobra no cruzamento do conjunto das ciências humanas e sociais e entre as palavras e as coisas. Mas o anjo, sabemos, e as vezes tentado a sair de seu papel

---

<sup>2</sup> Um "bem" em todos os sentidos: um patrimônio e um afeto. Sobre o afeto discorrei em capítulo mais adiante.

auxiliar, a ocupar o lugar do Deus. Trata-se de uma ambivalência que mostra a duplicidade do termo "discurso", que oscila entre valor empírico, quanto gira em torno da categoria do texto ou do agrupamento de textos ("os discursos") e valor especulativo maiúsculo ("o Discurso"), quando e o conjunto da sociedade que esta submetido a sua ordem. Esta ambivalência é constitutiva dos estudos de discurso. (MAINGUENEAU, 2015a).

No segundo caminho, a cartografia, estimei conhecer os refugiados, suas histórias, suas línguas, sua cultura e sua desterritorialização linguístico cultural. Conheceria, ainda, nossas tangências culturais – se é que as há – e como podemos nos integrar sem a necessidade de nos assimilarmos nem nos segregarmos (LANDOWSKI, 2012). Nesta parte, o trabalho em campo durou pouco mais de dois anos, período em que acompanhei as reuniões, conversei com refugiados, participei de encontros teóricos e culturais com e para os acolhidos, assisti aos encontros em sala de aula, visitei instituições e fiz muitas anotações pertinentes não apenas aos refugiados, com seus depoimentos, matérias em jornais etc, mas quanto aos próprios professores e outros profissionais envolvidos na produção do material didático em questão. Nossas dúvidas, os limites dos nossos saberes, nossa compreensão política e noção de acolhimento, foram e continuarão sendo continuamente registradas em caderno a cada reunião de estudos e/ou de produção de materiais. Finalmente, a partir destes registros e do amparo teórico, espero efetivar, a título de terceiro caminho, a análise dos materiais anteriormente utilizados e dos que, ainda que provisórios, foram (e ainda estão sendo) produzidos durante esta investigação. Como conclusão deste trabalho espero abrir novas perspectivas para a elaboração das atividades e contribuir para o embasamento cultural, linguístico discursivo que ampara a produção de materiais didáticos em uso e a serem utilizados no acolhimento linguístico das pessoas em situação de refúgio no Estado Rio de Janeiro, acompanhando o trabalho do grupo multidisciplinar que se dedica a esta tarefa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto de extensão “Português com Refugiados” (PCR) está inscrito no Departamento de Extensão da Uerj e é coordenado pela Professora Doutora Poliana Coeli, que se faz acompanhar por uma equipe de professores pesquisadores da própria instituição, além de pedagogos e licenciados em Língua Portuguesa, entre outros voluntários e alunos da graduação. O PCR surgiu a partir de uma demanda do Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes (Pares) da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. A instituição procurou os Departamentos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Faculdade de Educação, e de Estudos da Linguagem e de Línguas Anglo-Germânicas, do Instituto de Letras, da Uerj, inicialmente para acompanhamento e análise dos materiais didáticos utilizados no

curso de português, já oferecidos informalmente naquela ocasião, mas ainda em espaços indefinidos.

O material em questão era, inicialmente, o livro “Novo Avenida Brasil”, da Editora Pedagógica e Universitária (EPU), destinado ao ensino do Português para estrangeiros, e, posteriormente, a cartilha “Pode Entrar”<sup>3</sup>, disponibilizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. Este material, organizado pela médica Talita Amaro de Oliveira, foi escrito por, além dela própria, cinco outras profissionais, sendo duas graduadas em Letras, uma advogada, uma graduada em Relações Internacionais e uma socióloga. Já o “Novo Avenida Brasil” é organizado pela diretora de cursos da Polyglot<sup>4</sup> e professora de português para estrangeiros, Emma Eberleins O. F. Lima. Um olhar atento sobre os materiais nos fez escolher seguir um caminho diferenciado e mais de acordo com a realidade do Rio de Janeiro e com a nossa percepção interacionista de linguagem.

Considerando a língua como um processo de interação dialógico e responsivo, baseamos as diretrizes e matrizes do curso de português por meio do contato direto com as demandas dos alunos do curso de português para refugiados e dos professores voluntários.(ARANTES, DEUSDARÁ e BRENNER, 2016, p. 1204)

Partindo desta concepção de língua, que nos rege nesta produção, verificamos, a cada reunião com os professores e a cada interação com os acolhidos, quais as atividades e exercícios eram melhor aproveitados nos encontros e, principalmente, quais as que produziam resultados práticos de interação no cotidiano dos envolvidos, seja no contexto comunitário, familiar, seja na busca pelo trabalho, saúde e educação: cidadania. Nossa preocupação inicial era compreender as demandas que se tornariam os eixos temáticos das atividades que desenvolvemos. Logo a seguir, compreendemos que este cuidado deve estar presente em todas as etapas deste trabalho, uma vez que ele é dinâmico, como é dinâmica a situação de refúgio. Já neste momento em que “concluo” esta tese, três anos após o início deste projeto, esta demanda já mudou e, se em 2015 a maior parte dos que atendemos era de africanos, hoje, iniciando 2019, recebemos muitos venezuelanos em nosso acolhimento.

Dessa forma, tanto a queixa inicial quanto as alternativas apresentadas pareciam configurar um cenário institucional que solicita intervenção de nossa parte. Não se tratava apenas de elaborar novos exercícios para serem aplicados, secundariamente ao que vem sendo apresentado. Nas conversas e relatos, o vínculo entre professores e alunos se mostrou de maior proximidade e produtividade, quando os professores demonstravam interesse pelos hábitos de vida, motivações para a saída do país de

<sup>3</sup> Disponível em [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Pode\\_Entrar.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Pode_Entrar.pdf)

<sup>4</sup> Rede de cursos de idiomas. <http://www.polyglotidiomas.com.br/>

origem. Nesses termos, a solicitação ganhou contornos de natureza institucional, interrogando as práticas docentes e os referenciais conceituais que lhes davam sustentação, bem como os diferentes modos de mediar o encontro entre culturas e histórias pessoais. (ARANTES, DEUSDARÁ e BRENNER, 2016, p. 1204)

Ouvir os relatos e trocar informações nos diversos encontros do acolhimento linguístico que produzimos, têm sido fundamental para compreender as necessidades dos que abraçamos neste processo de acolhimento linguístico. No Rio de Janeiro, segundo dados do PPR, de 2016, cerca de 100 refugiados<sup>5</sup>, entre homens e mulheres de diversas nacionalidades e continentes foram, naquele ano, atendidas pelo Projeto. Em 2018, os dados mostram que este número dobrou. Africanos dividem o espaço de acolhimento com latinos e árabes. O critério usado para acomodação dos atendidos é a língua de comunicação, que nem sempre é a materna, como vimos, mas aquela em que conseguem se comunicar ou aquela que é oficial em seu país de origem. Há quatro grupos distintos: os que se comunicam em francês, os que se comunicam em espanhol, os que se comunicam em árabe e os que se comunicam em inglês, além de uma turma de "boas vindas" e outra de "crianças em idade pré-escolar". Os monitores são voluntários, nem sempre professores, e aqueles que querem uma participação maior frequentam o grupo de trabalho para a concepção e produção dos materiais didáticos.

(...) as reuniões de supervisão são muito importantes para a elaboração e reformulação dos materiais didáticos, por meio das demandas percebidas e experimentadas pelos professores voluntários em sala de aula. Nessas reuniões, o grupo pensa e elabora políticas de ensino orientadas exclusivamente à população de refugiados, situando a aprendizagem de línguas em contextos do cotidiano dos refugiados na cidade. (DESDARÁ, ARANTES, ROCHA, 2017, p. 278)

A participação dos voluntários envolvidos no programa nas reuniões é sazonal, felizmente, aumentando cada vez mais. Por outro lado, a produção deste material enfrenta alguns outros desafios, que vão além das próprias dificuldades da Língua Portuguesa. Por exemplo, antes mesmo de começarmos as reuniões do Projeto, alguns profissionais do grupo puderam observar que as aulas eram ministradas de forma prescritiva seguindo linearmente o ensino da gramática (ARANTES & DEUSDARÁ, 2015), amparados pelo livro didático utilizado, de caráter estruturalista. Notou-se, inclusive, uma grande evasão de alunos, que atribuímos ao fato de o curso não estar adequado às demandas e objetivos dos acolhidos.

Nesse contexto, observamos que os professores praticavam um ensino prescritivo da língua portuguesa, baseado em uma progressão gramatical linear sugerida pelo livro didático que fora adotado. Nas falas dos professores voluntários, bem como no relato de alguns alunos, observou-se a necessidade expressa que os aprendizes apresentaram em querer se comunicar para resolver questões cotidianas, tais como: fazer compras, pegar ônibus ou preencher um formulário. Ademais, os alunos

---

<sup>5</sup> Usaremos o termo "refugiado" para nos referir a todos os que se encontram em situação de refúgio, sejam recém-chegados e ainda em situação não formalizada, solicitantes de refugio ou já sob amparo legal.

pareciam estabelecer um vínculo mais profícuo com os professores que lhes davam voz, que se mostravam interessados em conhecer seus hábitos de vida, suas motivações para a saída do país de origem, suas relações e estranhamentos com os hábitos brasileiros, dentre outros. (ARANTES; DEUSDARÁ, 2015, p. 49)

Em meu entendimento, uma grande dificuldade está na interação dos discursos envolvidos no material à cultura discursiva vivida pelos participantes até então. Como cultura discursiva entendo os discursos que circulam em torno de um determinado grupo, ou, conforme Maingueneau (1997, p. 56), prática discursiva, que designa “as duas faces, social e textual, do discurso”. Esse diálogo entre os mencionados discursos, por vezes, esbarra em obstáculos de difícil transposição, entre os quais, o próprio trauma sofrido e a dura realidade que trouxe essas pessoas compulsoriamente ao nosso convívio sob pena de morrerem em seus países de origem, como temos acompanhado na mídia os casos da Síria e de países africanos, por exemplo, e, mais recentemente, o povo Rohingya, de Myanmar<sup>6</sup>.

O objetivo geral desta pesquisa, portanto, é discutir e analisar, a partir do processo de produção dos materiais didáticos utilizados, o acolhimento linguístico aos que buscam refúgio, contribuindo para um necessário embasamento cultural, linguístico discursivo e, conseqüentemente, político, acompanhando, registrando e analisando a cartografia desta produção. Para isso, percorreremos, ainda, os conceitos de cultura, inter e transculturalidade, identidade e, finalmente, de gêneros do discurso (BAKTHIN, 1997) e de atividade (Clot & Faïta, 2000), além dos mencionados nesta introdução, visando ao oportuno posicionamento do Projeto Português para Refugiados neste contexto.

Para isto, utilizo como *corpus* de partida dez atividades produzidas até junto de 2018 – quando realizamos o lançamento literário do primeiro lote de materiais didáticos – comparando-os com os que utilizamos no início deste percurso e associando o produto final apresentado às discussões realizadas nos encontros de supervisão e de elaboração de atividades. Como registro destes encontros, temos as atas e a transcrição de áudios gravados. Anexamos a este trabalho, ainda, conforme a necessidade de algum esclarecimento, depoimentos tomados de refugiados em eventos públicos dentro e fora da Uerj. Estes áudios, também em formato transcritos, a pedido dos envolvidos, não possuem identificação de seus falantes, uma vez que alguns refugiados temem por sua segurança.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos e alguns anexos, a saber: os livros “Pode Entrar” e “Entre Nós”, depoimentos colhidos dos refugiados, atas das reuniões e “caderno” de anotações e comentários. Incluí os anexos como uma forma de permitir ao leitor interessado um aprofundamento no processo cartográfico desta pesquisa. Creio que seja

---

<sup>6</sup> Antiga Birmânia, no sul da Ásia.

interessante verificar as nuances que se desalinham constantemente em função do próprio devir. Entretanto, afóra os livros e os depoimentos, nem tudo está citado no corpo textual desta pesquisa.

No primeiro capítulo espero ambientar o leitor sobre o que pretendi realizar. Falo sobre como começou o projeto Português para Refugiados e o momento de minha inserção, comento sobre as instituições que regem o acolhimento aos refugiados no Brasil e delincho os objetivos e indico a metodologia de pesquisa. Já aqui começo a delinear o campo teórico que viria a utilizar. Este, porém, assim como praticamente tudo nesta investigação foi se descortinando na medida das necessidades. Gosto quando Maingueneau (...) “dá” ao analista do discurso o “poder” de delinear seus caminhos de análise: “é o pesquisador quem decide de que maneira vai constituir e explorar os materiais a partir dos quais vai trabalhar, em função de seus objetivos” (2015, p.79). Aproveito a deixa do filósofo para me localizar quanto ao tipo de analista com o qual me identifico que, segundo Maingueneau (2015), pertence à classe daqueles que

se interessam pela maneira pela qual, em uma sociedade determinada, a ordem social se constrói por meio da comunicação. Eles se esforçam para manter um equilíbrio entre a reflexão sobre o funcionamento do discurso e a compreensão dos fenômenos de ordem sócio-histórica ou psicológica (p.33).

Não estou bem certa, entretanto, e conseguirei responder às questões que levanto nesta investigação, mas se antes esse era um objetivo, hoje, mais perto de finalizar este texto, penso que em relação a algumas questões, só o fato de serem abordadas e discutidas já representa um avanço e um marco científico. Esta investigação está repleta destas questões, que pretendo deixar ao leitor a tarefa de identificar e trazer de si para o mundo a reflexão sobre elas.

Optei por não dividir esta tese em partes no formato que comumente vemos nos textos acadêmicos. Sim, este produto tem começo, meio e fim. Falo mais especificamente em relação a um capítulo destinado ao aparato teórico e outro destinado à metodologia e por fim, as análises propostas. Ao contrário, preferi conduzir o leitor de forma diferente, sem, entretanto, fugir ao conteúdo que se espera encontrar nos gêneros científicos. “Encontrando caminhos” introduz o leitor num quadro teórico de base discursiva, em que relaciono Bakhtin (1999) a Deleuze & Guattari (2008), associando enunciado a palavra de ordem, polifonia e rizoma, conexão e heterogeneidade, para desaguar na teoria dos atos de fala, de John Austin (1990).

A partir do capítulo seguinte, “Campeando”, inicio as análises, apresentando outras bases teóricas, algumas das quais, como anunciei, de outras vertentes das Ciências Humanas.

Primeiramente, apresento alguns trechos de depoimentos dos refugiados, que colhi em algumas situações de campo e comento algumas situações vivenciadas nas reuniões de estudo e de produção de materiais. A partir de um destes comentários, explico a razão de propor o tratamento de acolhimento linguístico em lugar de curso de português. Para isso, baseio-me nas concepções de gênero do discurso (Bakhtin, 1997) e de gênero de atividades (Clot & Faïta, 2000). Ainda neste caminho, vamos nos reencontrar com Maingueneau (2016) e sua proposta de cenas do discurso, em especial a cenografia.

As atividades começam efetivamente a serem analisadas no capítulo “Que país é esse?”. Não apenas as que produzimos, mas algumas que retirei da cartilha Pode Entrar, usada em São Paulo. Para analisar a nossa atividade “Cariocas” abro uma longa discussão sobre culturalidades, baseada em Welsch (1999) e Rathje (2011), além de recorrer aos estudos de Eric Landowski (2012) sobre assimilação/segregação, e de Stuart Hall (2016), Hanna Arendt (1994) e Giorgio Agamben (2017). Ainda neste capítulo, analisando a atividade “Feijões” retomo Deleuze & Guattari associando as ideias de território e de identidade. As capas dos livros são analisadas neste capítulo também. A do nosso material, “Entre Nós”, por exemplo, teve várias versões – todas objetos de muita discussão – até chegarmos a um consenso. Aliás, antes de ser “Entre Nós”, o material teve outro nome, que também analiso neste trabalho.

Finalizo as análises no capítulo “E agora, José?”, aparando em Marx (2008) e Safatle (2015) as discussões sobre o trabalho, que introduzimos na atividade “Habilidades”. Depois de analisar as duas atividades ligadas à saúde, apresentando a atividade “Provérbios”, retomando Maingueneau (2013) e o folclorista Câmara Cascudo. Finalizo este trabalho analisando a atividade “Roupas”, recorrendo, mais uma vez, aos estudos culturais.

## 1 O MUNDO EM MOVIMENTO

Ainda que haja no mundo diversas organizações que se ocupam em amenizar os sofrimentos dos que provam de intolerâncias e injustiças, nem sempre elas alcançam povos encurralados em guerras ou em territórios hostis. A Cruz Vermelha, os Médicos Sem Fronteiras, entre outras, ligadas ou não à Organização das Nações Unidas (ONU), por mais que se coloquem na linha de frente em defesa destes povos, muitas vezes, conforme vemos nos noticiários, não conseguem se inserir nos territórios sem pôr em risco a própria vida de seus atores.

Dados<sup>7</sup> do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) de 2017, registram no Brasil uma população de 10.141 refugiados reconhecidos, vindos de mais de 80 países diferentes. Havia, ainda, segundo a mesma fonte, mais de 30 mil pedidos de refúgio sendo analisados pelo Comitê. A maior parte destas pessoas está nos grandes centros, principalmente no eixo Rio-São Paulo.

Do Conare participam o governo, a sociedade civil e a ONU, por meio do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR). Representando a sociedade civil organizada no Conare, está a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro<sup>8</sup> (CARJ), que acolhe pessoas em situação de refúgio, oferecendo além de ajuda humanitária imediata, orientação jurídica, encaminhamento à Polícia Federal para obtenção de documentos e, incluída neste bojo de ações, um acolhimento linguístico para que consigam se comunicar o mais rapidamente possível em Português com os cariocas, seja em busca de emprego, seja no trato da saúde, seja nas relações sociais.

Apesar de o Brasil ser internacionalmente reconhecido como um país acolhedor, os refugiados podem encontrar dificuldades para se integrar à sociedade brasileira. Geralmente, os obstáculos iniciais estão relacionados ao idioma português e às questões culturais. Problemas comuns aos brasileiros também são enfrentados pelos refugiados, como dificuldades no mercado de trabalho e acesso à educação superior ou aos serviços públicos de saúde e moradia. (ACNUR, 2018, p. 20)

Neste sentido, a Cátedra Sérgio Vieira de Melo (CSVm), convênio estabelecido entre o ACNUR e as Universidades brasileiras, tem promovido a educação, pesquisa e extensão acadêmica voltada a população em condição de refúgio, em parceria com centros

---

<sup>7</sup> Disponível em [http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo\\_ACNUR-2018.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf). Acesso em fevereiro 2018.

<sup>8</sup> A Cáritas São Paulo atua na suplência, junto à titular.



universitários nacionais e com o próprio CONARE. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) assinou convênio com a Cátedra em 2017 e desde então tem somado ao plano de ação de ensino, pesquisa e extensão. Há, em fase de planejamento, a construção de uma plataforma virtual para curso de português para refugiados, além de um curso de introdução ao Brasil e os encontros linguísticos que, desde 2014, mantém em parceria com a CARJ, nas dependências da Universidade que, na ante véspera de completar 70 anos de existência<sup>9</sup> é conhecida por seu pioneirismo, promovendo o acesso da população à instituição de todas as formas possíveis. Além de ter sido a primeira a implantar o sistema de cotas para negros, indígenas e estudantes oriundos de escolas públicas, foi também a universidade pública do Brasil que primeiro ofereceu o turno noturno para o ensino superior, permitindo a qualificação de estudantes trabalhadores. O abraço às causas sociais e às lutas em favor das minorias e contra as injustiças têm sido o mote de sua existência, pautada na palavra de ordem “resistência”. O convênio com a CSVM e a parceria com a CARJ é mais uma ação na qual se engaja a universidade democratizando o acesso também aos refugiados.

### 1.1 Nosso mundo

Os encontros entre os refugiados e aqueles que podemos chamar de facilitadores linguísticos têm acontecido duas vezes por semana, terças e quintas-feiras, em salas do Pavilhão João Lyra Filho, campus Maracanã da Uerj, zona norte do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que, em alguns momentos desde que começamos os encontros, as instalações onde nos alocamos são precárias e instáveis, devido à crise imposta à Uerj pelo então governo do estado do Rio de Janeiro. Os encontros, que acontecem entre 10h e meio dia, reúnem cerca de 80 a 100 refugiados.

A partir da produção dos materiais didáticos do acolhimento, baseados numa concepção interativa de língua e linguagem, associando texto a contexto, em que texto é compreendido como prática social (BAKHTIN,1999), eles recebem noções de Português do Brasil (doravante PBr) para que se comuniquem em determinadas situações do cotidiano, por exemplo, como fazer para pegar um transporte coletivo ou o que e como falar em uma consulta médica, ou, ainda, como conseguir uma vaga na escola pública para seu filho etc.

---

<sup>9</sup>A Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi criada em 4 de dezembro de 1950.

Estas situações do dia a dia são os assuntos que abordamos nos materiais que eles têm recebido e que receberão ao longo do percurso.

Embora no primeiro ano do processo tivéssemos avançado na confecção dos materiais – a partir dos estudos em campo e discussões de gabinete – alguns ainda se resumiam a apostilas elaboradas pelos facilitadores ou a materiais emprestados por outros projetos de outras instituições em outros estados, como a já citada cartilha "Pode Entrar" (2015), do ACNUR, utilizada em São Paulo.

A questão da elaboração dos materiais de forma improvisada pelos facilitadores foi bastante discutida nos encontros de supervisão. Como alguns destes voluntários não têm formação pedagógica, havia atividades – não obstante a incrível boa vontade deles – em que este despreparo impresso em exercícios linguísticos entrava em choque com o acolhimento que pretendemos: texto e contexto; interação; reflexão. Esta realidade, como já frisamos, vem sendo modificada, com a inclusão, em teste, de alguns materiais já produzidos. Tais materiais são atividades como as que analisaremos nesta pesquisa, que, uma vez utilizados nos encontros, são postos em discussão novamente desta vez com informações sobre como foram trabalhados, a interação com os acolhidos etc., o que nos ampara no acerto e na produção de novas atividades.

Entre as pessoas que acolhemos, há as crianças refugiadas (ou filhos de pessoas refugiadas), que são atendidas por recreadores ou na unidade pré-escolar, enquanto seus pais (ou responsáveis) participam dos encontros. Algumas outras atividades são oferecidas: oficina de artesanato e ioga, além de atendimento de enfermagem e de psicologia. Os adultos recebem ajuda de custo para a passagem e lanche fornecidos pela Cáritas-RJ e muitos aproveitam estes dias em que vêm à Uerj para resolverem outras questões no centro da cidade, uma vez que a maioria não teria condições de deslocamento de seus bairros (normalmente suburbanos) até o centro do Rio.

A atual produção dos materiais tem levado em conta alguns fatores, entre os quais a alta rotatividade dos participantes, a indefinição quanto ao tempo de permanência de cada um (alguns vêm a apenas um encontro e desistem por diversas razões, uma das quais a mudança de país de refúgio), e a heterogeneidade do grupo, que reúne tanto analfabetos quanto pós-graduados. Estes dados, que os temos através do acompanhamento e registros da Cáritas, nos fornecem parte das informações que precisamos para o acolhimento, mas não todas. Contamos com pesquisadores que, como eu, estudam constantemente e estão sempre atualizando as informações contextuais sobre as identidades, os conflitos e os motivos que levam ao degredo. É um trabalho incessante e contínuo, como também são contínuas as solicitações de refúgio e de pessoas que nos são encaminhadas pela Cáritas.

## 1.2 Novos mundos

Iniciamos nossos encontros de supervisão e de produção de materiais no primeiro semestre de 2015. De lá para cá foram dezenas de reuniões em que analisamos propostas, discutimos caminhos, elaboramos atividades, rasgamos papéis, abandonamos conceitos, estudamos, reelaboramos e começamos tudo de novo ao percebermos que precisávamos sair da sala de reuniões e não apenas conhecer nossos acolhidos e sermos por eles acolhidos. Conhecer suas histórias, contar-lhes as nossas e trazê-los para dentro do processo. Interagir. Promovemos eventos, nos aproximamos. Alguns de nós montou um grupo com uma refugiada congoleza que lhes ensina a Lingala, língua nativa de alguns povos da República Democrática do Congo. O grupo se encontra em dias e horários distintos, mas na mesma sala em que fazemos nossas reuniões, no Ler Uerj,. Outros pesquisadores foram em busca de informações históricas sobre os principais conflitos em áreas de onde vêm os que acolhemos. Assim, pudemos nos inteirar do que acontece na África Central, na Síria, em países latinos que nos ladeiam e que, ainda assim, sobre os quais não temos conhecimento explícito do que se passa, e em outros cantos do mundo em conflito que acabarão por nos enviar mais pessoas em situação de refúgio:

Nas últimas décadas, os deslocamentos forçados atingiram níveis sem precedência. Estatísticas recentes revelam que mais de 67 milhões de pessoas no mundo deixaram seus locais de origem por causa de conflitos, perseguições e graves violações de direitos humanos. Entre elas, aproximadamente 22 milhões cruzaram uma fronteira internacional em busca de proteção e foram reconhecidas como refugiadas. A população de apátridas (pessoas sem vínculo formal com qualquer país) é estimada em 10 milhões de pessoas. (ACNUR, 2018, p. 4)

A realidade que se apresenta é a de que há um mundo em movimento intenso de migrações e deslocamentos que atingem a todos os seres humanos de uma forma ou de outra, ou seja, ou você é solicitante de refúgio/refugiado ou é um potencial acolhedor destas pessoas. Procuramos descaracterizar ao máximo essa dicotomia acolhido/acolhedor ao incitarmos que o acolhimento linguístico é recíproco, afinal, há uma troca linguística entre os falantes do português e os falantes das diversas outras línguas. Acolher, neste caso, é, também, ser acolhido. Por isso, gosto de me referir ao acolhimento como “nosso acolhimento”, “integrante do acolhimento” etc, apontando para o termo como um processo bilateral e não como uma ação que infira uma relação de poder do acolhedor sobre o acolhido.

Em 2016, quando os trabalhos de produção se intensificaram, começamos a pensar na importância do formato gráfico e modelos de encadernamentos para os materiais, uma vez que também sob este ponto de vista, nossas escolhas deveriam estar de acordo com as necessidades dos acolhidos. Alguns refugiados haviam reclamado das folhas soltas e que prefeririam que as atividades estivessem em livro, tal como a cartilha “Pode Entrar”. Outra alegação para a utilização de um volume em vez de folhas foi que, completo com todas as atividades, a obra poderia ser reaproveitada em casa por outros compatriotas que não poderiam por algum motivo comparecer às aulas, ou, ainda, distribuído como um manual de comunicação em PBr. O formato, então, foi tema de diversas reuniões em que ponderamos os argumentos, inclusive sobre a possibilidade de produzirmos um *e-book*, ideia que não foi rejeitada, mas que ficou para uma segunda etapa de trabalho, já que efetivamente para o uso dos refugiados atendidos, seria imprescindível um formato impresso, já que, segundo consta, pouquíssimos dos que atendemos têm acesso aos meios digitais, internet etc.

Levando em conta que o texto é o suporte material do discurso, o espaço cênico onde o texto se materializa também faz parte do discurso que ele sustenta. Portanto, se o suporte material é parte constitutiva do gênero do discurso (Maingueneau, 2005), então a escolha do produto que acomodará as atividades produzidas deve ser pensado como tal. Se o faremos em formato digital ou impresso; se em brochura ou espiral; com lombada ou grampeado, enfim, são aspectos que devem ser analisados e escolhidos levando em conta não apenas o que estamos produzindo como material didático em seu sentido fechado, mas como uma formação discursiva que se destina a acolher vidas, entendendo formação discursiva “ao mesmo tempo como conteúdo, como modo de organização dos homens e como rede específica de circulação dos enunciados” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, P.396).

Ainda no ano de 2016, bem antes de conseguirmos decidir sobre o suporte físico do material que produzíamos, compreendemos que as atividades deveriam ser integralizadas, ou seja, o conteúdo disposto numa atividade deve ser elaborado de forma que possa ser trabalhado com os refugiados preferencialmente em um só encontro ou em dois no máximo, o que corresponderia a uma semana. Isto porque levamos em conta que nem todos os que vêm ao encontro numa semana, por exemplo, virão novamente na seguinte. Pretendemos com isso, que o acolhido possa participar integralmente das discussões e práticas propostas em cada atividade. A esta conclusão chegamos depois de conversas com os voluntários que conduzem os encontros linguísticos, e que nos alertaram para esse absentismo. Ao pesquisarmos as causas da inassiduidade, verificamos que vão desde a necessidade de alternar com os companheiros o cuidado com as crianças, com idosos e com a casa até o fato de um ou outro, neste ou naquele dia, ter conseguido uma ocupação eventual que lhe rendeu algum dinheiro.

Em casos mais pontuais, há os que, por medo, não se permitem hábitos que lhes coloquem em visibilidade.

Cerca de um ano depois de iniciarmos a discussão sobre o suporte, levantando custos de produção, buscando apoio financeiro nas agências de fomento e outras instituições, decidimos que o formato mais adequado seria a de um fichário que acomodasse as atividades na forma de apostilas. Assim, não precisaríamos finalizar a produção de materiais para integrar um compêndio fechado em si, mas faríamos uma obra aberta, em contante processo de produção, afinal, se estas dez atividades foram produzidas em parceria com refugiados de determinados países, as que faremos daqui em diante podem ter a participação de outras nações em nosso acolhimento. Por outro lado, o ganho diz respeito, ainda, à possibilidade de, na falta de verba para impressão em gráfica das apostilas coloridas, as atividades serem impressas em formato A4 padrão das impressoras em uso no Brasil, de fácil acesso e em preto e branco, não sendo necessário interromper sua utilização.

Dessa maneira, cada atividade/apostila é composta por quatro páginas que são impressas em uma folha de formato A3, frente e verso, e dobradas, furadas e acondicionadas no fichário A4, que, por sua vez, pode acomodar outros materiais, como os produzidos individualmente pelos facilitadores ou mesmo, alguma produção dos refugiados.

## 2 ENCONTRANDO CAMINHOS

Neste capítulo, vou apresentar e discutir a concepção de língua e de ensino, que partilho com Bakhtin (1999) e associo ao rizoma de Deleuze & Guattari (2008), de quem tomo por empréstimo e uso também o conceito de cartografia como método para conduzir esta pesquisa. Veremos, ainda, o que compreende o enunciado e a enunciação, associados à palavra de ordem, conforme Deleuze & Guattari (2008), e a inferências, de acordo com Ducrot (1987). O estudo do dialogismo e da polifonia, sempre em voga, ajusta-se às metáforas musicais que submeto, e por fim, explico, na última seção, o método da cartografia e as razões que me fizeram optar por ele.

O desejo do maquinista é ver a máquina em funcionamento; o desejo do amante é ser amado; o desejo do analista do discurso tem sido colher *cópus*<sup>10</sup> que melhor se adéque ao que almeja pesquisar. Alguns, entretanto, mais do que observadores de seus desejos, são agentes dos mesmos, como aquele maquinista que se faz máquina ou o amante que se coloca em ativo estado de amor, ou, em nosso caso, do analista do discurso que não “colhe” *cópus*, mas que o semeia, que se insere no processo de produção e faz sua análise de, no e durante o processo, inserido no campo de sua pesquisa não como mero observador de resultados, mas como agente deles, mapeando caminhos, fincando bandeiras em territórios ocupados e mudando-os de lugar, conforme o que se vai vivenciando ao longo do processo: cartografando. Quando me integrei ao grupo que formulava o então Projeto de Extensão Português para Refugiados (PPR), com vistas à formulação de um projeto de pesquisa para meu doutorado, tinha ainda a ideia de colher um *cópus* e analisá-lo. Simples assim. Entretanto, o material que eu pretendia para a análise ainda estava por ser feito e eu, como professora, linguista e editora, participaria desta produção. A possibilidade de estar implicada neste processo tão significativo me encantou imediatamente, mas exigiu de mim quase uma terapia para separar a sujeita fascinada pelos engajamentos sociais e pela transculturalidade da pesquisadora que precisa ir além da narrativa do processo, para fazer avançar produtivamente a ciência.

O que havia pronto e que estava em discussão no grupo e em uso era o compêndio “Pode Entrar”, utilizado em São Paulo, mas este, como proposta didática resvalava na ideia que temos de ensino/aprendizagem. Trata-se um organismo arborescente (DELEUZE; GUATTARI, 2008), cristalizado nas prescrições da língua. Por organismo arborescente entendo o elemento vivo que se desenvolve em várias direções sem, contudo, deixar de

---

<sup>10</sup> Escolho a forma aportuguesada de escrita desta palavra.

ascender. A partir desta concepção, percebo essa cristalização como impedimento à interação verbal humana, que acontece através da língua.

Além de discutir alguns dos diversos sentidos atribuídos ao vocábulo língua – em especial quando acompanhado de adjuntos referentes à sua utilização pelos refugiados –, comento os conceitos de enunciação, de dialogismo e polifonia – que Bakhtin (1999) constitui a partir da obra de Fiodor Dostoievski –, e de rizoma, com Deleuze & Guattari (2008), que o fazem a partir de romances kaftinianos. Não obstante sua origem literária, tais teorias se deslocam para o campo mais amplo da linguagem reaquecendo antigos e cristalizados conceitos.

## 2.1 O enunciado

Para definir a linguagem verbal como produto da interação social, Bakhtin (1999) parte da desconstrução dos conceitos das duas divisões metodológicas da filosofia da linguagem vigentes na segunda metade do século passado: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. Este, ligado ao racionalismo neoclássico, é o mais veementemente rebatido pelo filósofo por supor a língua como “um sistema imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida” (1999, p. 83). Essa filosofia está ligada à gramática normativa e ao entendimento da enunciação como produto e expressão de um pensamento, ou seja, a expressão seria organizada no interior e traduzida para o exterior. Bakhtin dissolve esta perspectiva, uma vez que, para ele, não é possível haver pensamento sem expressão semiótica, e afirma que “não é a atividade mental que organiza a expressão, mas o contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação” (1999, p.112). Se fosse a linguagem apenas a expressão do pensamento de uma pessoa, isso seria condição necessária à inteligência, ou seja, a pessoa que se expressa com domínio da língua em sua norma culta, por exemplo, seria considerado mais inteligente do que outro que não tenha o mesmo domínio. Considero o inverso bem mais coerente: a língua propicia a organização do pensamento. Quanto maior a capacidade de expressão através da língua, maior a capacidade de manter a mente direcionada para o que se deseja alcançar, como se fosse a língua uma ferramenta de organização do pensamento.

Na linguagem verbal, o autor considera que a unidade elementar é o enunciado. O enunciado é um composto informativo que se ampara nos códigos instituídos, ou seja, na língua. Saussure entendeu que a língua é a parte social da linguagem e que a fala é

individualizada e criou a dicotomia mais discutida do século XX, mas acontece que uma não existe sem a outra. Se de um lado, o indivíduo lança mão dos recursos da língua para produzir a fala, de outro, a língua sem a fala não existiria, já que ela é a codificação de uma manifestação primeira de comunicação. Mas não adianta o falante dominar o código se não houver o que dizer, ou seja, a informação, o conteúdo da comunicação. O aspecto social da linguagem pode até ser estudado no interior de um recinto qualquer de elucubrações teóricas, mas o individual (que, afinal de contas é coletivo, na medida da interação entre os sujeitos) requer estudos fora dos gabinetes e no interior da comunidade.

O conteúdo e/ou as informações são produtos da nossa condição no mundo, do nosso conhecimento de mundo e das nossas necessidades. Em outras palavras: deixando Saussure em seu devido lugar, seguimos com Bakhtin, afirmando a linguagem como produto da interação entre enunciadore e a língua como elemento necessário para a comunicação verbal, mas não suficiente. Num mundo organizado como em nossa civilização, em que a cultura de massa tem sido mote inevitável desde a Revolução Industrial, e mais ainda com a globalização (HALL, 2003) e o mundo líquido (BAUMAN, 2000), não é difícil nos integrarmos às necessidades coletivas, aos modismos e ao conhecimento de mundo superficializado.

Porém, é na linguagem e através dela que nos posicionamos na sociedade e que construímos nosso conhecimento, mas também é a linguagem que nos massifica. Deleuze & Guattari (2008) chamaram essa massificação de agenciamento coletivo de enunciação (ACE), sendo o enunciado sempre uma palavra de ordem, conceitos que veremos alguns parágrafos adiante porque este estudo requer aprofundamento. Através do ACE, é que podemos compreender uma importante lição que tenciono em minha prática pedagógica: a noção de que ensinar é muito mais do que transmitir comandos, é uma produção de subjetividades.

Então, partindo dos ensinamentos bakhtinianos, compreendemos a língua como atividade social e a enunciação como território comum entre os sujeitos enunciadore (locutor e interlocutor). Se a língua é uma atividade social e a se a enunciação compreende pelo menos dois sujeitos, então, entre e no entorno destes sujeitos há, ainda, um terceiro e fundamental elemento da comunicação que é o contexto: “(...) o centro da gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que esta forma adquire no contexto” (BAKHTIN, 1999, p. 92-93). Ou ainda:

Na realidade, o ato de fala ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode, de forma alguma, ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social. (BAKHTIN, 1999, p. 109)



Dessa maneira, o enunciado “Sim, senhora!” pode, conforme a situação em que é enunciado, ser uma aprovação afirmativa exclamativa ou uma reprimenda negativa exclamativa. Imagine, por exemplo, uma mãe que flagra sua filha mexendo em suas coisas. Zangada com a menina, a mãe exclama: - Muito bonito! Sim, senhora, mexendo em minhas coisas de novo!!! Vá já para seu quarto de castigo! Diante do contexto, o bonito significa o feio e o senhora significa menina. Além disso, há ainda os implícitos, tais como: i) a mãe tem coisas que não podem ser mexidas; ii) a filha não tem permissão para mexer nas coisas da mãe iii) a mãe não gosta que mexam nas coisas dela.

Segundo Ducrot (1987) há enunciados que trazem implícitos necessários à produção dos sentidos. Entre pressupostos e subentendidos, um enunciado pode conduzir sentidos por caminhos diversos, como a locução adverbial “de novo”. O pressuposto é que se “mexeu de novo” é porque ela já mexera antes do momento da enunciação pelo menos uma vez. O pressuposto está presente na materialidade textual, enquanto que neste mesmo enunciado está subentendido que a menina quer descobrir os segredos da mãe, ou seja, na concepção de Ducrot (1987), o subentendido precisa de um mecanismo interpretativo (p. 35), ou ainda, “subentendido diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se descobrir a imagem que pretendo lhes dar de minha fala” (p.42).

Como Veremos no capítulo 3, ao introduzirmos as atividades didáticas nos materiais que elaboramos, levamos em conta que enunciados fora de um contexto não produzirão efeitos de sentido e, por isso, as atividades apresentam informações linguístico-textuais sempre a partir de situações contextuais comuns aos refugiados que atendemos, afinal, a tarefa de decodificação não depende apenas da forma linguística, mas de compreender sua significação numa enunciação específica (p.93). Sobre a assimilação de uma língua estrangeira, Bakhtin diz:

No processo de assimilação de uma língua estrangeira, sente-se a “sinalidade” e o reconhecimento, que não foram ainda dominados: a língua dá-se quando o sinal é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela compreensão. (...) Assim, na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. (BAKHTIN, 1999, p. 94)

Por isso, o que propomos não é ensinar Língua Portuguesa enquanto elemento normativo, mas proporcionar meios e oferecer ferramentas linguísticas que possibilitem a comunicação imediata e a compreensão da cultura na qual o migrante está se inserindo, através deste acolhimento. Não utilizamos um compêndio de regras gramaticais, não conjugamos verbos nem classificamos palavras etc., mas conversamos, ouvimos e contamos histórias, apresentamos situações linguístico textuais contextualizadas e,

a partir daí, explicamos os mecanismos que possibilitam as interações linguísticas.

## 2.2 A palavra de ordem

O conceito de enunciado difundido por Bakhtin (1999) encontrou pouso nas teorias de Deleuze & Guattari (2008) que, avançando a partir dele, associaram o conceito de enunciado ao que chamaram de palavra de ordem. Portanto, antes de chegarem à noção de agenciamento coletivo de enunciação, Deleuze & Guattari (2008) descortinaram esta associação. Ao contrário do que possamos pensar, a palavra de ordem sugerida pelos filósofos franceses, não é uma categoria determinada de enunciados explícitos, como os imperativos, mas a relação de qualquer que seja um enunciado com pressupostos que estejam implícitos, ou

(...) a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social. (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. XX).

Para compreendermos essas relações entre enunciados e pressupostos, precisamos entender a palavra de ordem pode ser categorizada como uma função linguagem e não como uma função da linguagem – conativa, por exemplo –, nos moldes de Roman Jakobson (1975). Uma função linguagem pode ser compreendida como a linguagem em função do comando ou a linguagem ação. Seguindo este pensamento, temos que toda enunciação implica uma reação esperada ou não. Como função linguagem, a palavra de ordem cumpre a determinação não de informar ou comunicar, mas de comandar uma reação imediata do outro, a partir do que Deleuze e Guattari denominaram de “obrigação social” (2008) Então, para os estudiosos, a linguagem não seria nem informativa nem comunicativa, mas atividade de comando, de condução ou mesmo manipulação de reações.

É nesse sentido que a linguagem é transmissão de palavra funcionando como palavra de ordem, e não comunicação de signo como informação. A linguagem é um mapa e não um decalque. Mas em quê a palavra de ordem é uma função coextensiva à linguagem, visto que ordem, o comando parecem remeter a um tipo restrito de proposições explícitas marcadas pelo imperativo? (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 140)

Quando falamos algo a alguém conduzimos nosso interlocutor a uma reação verbal ou não verbal, mesmo que o enunciado não seja uma pergunta, que demandaria uma resposta, ou uma ordem, que demandaria uma obediência ou uma desobediência. O enunciado simples,

assertivo ou declarativo demanda, no mínimo, a audição do interlocutor e, principalmente a intenção do enunciador em ser ouvido e convencer o outro da verdade que enuncia. Por exemplo, se alguém enuncia: “eu não quero te convencer de nada”, ele está, no mínimo, querendo convencer seu interlocutor de que não quer convencê-lo de nada. Em outras palavras, não há enunciado neutro e, neste sentido é que todo enunciado é uma palavra de ordem.

A linguagem é definida, conforme os estudiosos, pelo conjunto de palavras de ordem que circulam numa língua em um dado momento. Por sua vez, a palavra de ordem não tem nada de inovador, ela age em redundância circular no âmbito da linguagem, é uma repetição de dizeres que nos fazem sujeitos de. A linguagem não consiste em ver uma coisa e comunicar o que viu – isso é o que fazem as abelhas – mas em relatar um ocorrido, ou seja, agir em redundância com o fato e com o enunciado. Então, dizem Deleuze & Guattari, baseado nisso, que todo discurso é indireto. Para deixar mais claro essa assertiva, pensemos na teoria da enunciação aos moldes de Benveniste (2005) em que se demonstra duas pessoas do discurso: eu e você (tu), trocando enunciados já ditos sobre um elemento sempre externo, seja um fato, um pensamento, uma emoção etc. Não há palavra que nunca foi dita, tudo o que falamos já foi ou está exposto em atos, falas e fatos. Por isso, eles dizem que a linguagem é redundante, porque repete algo já ocorrido, e que todo discurso é indireto, porque tudo o que enunciamos pertence ao social. Na seção a seguir, detalho e aplico os conceitos de agenciamento coletivo de enunciação e rizoma, associando-os aos estudos bakhtinianos.

A redundância da linguagem coloca em posição de subordinação tanto a significância da informação, que os estudiosos classificam como *frequência*, quanto a comunicação que, por seu caráter subjetivo, foi identificada como *ressonância*. Constatada essa subordinação, tanto da subjetividade quanto da significância, verifica-se, ainda, que “não existe significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição” (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. xx). Não se pode dizer, então, que houve começo de uma ou outra forma, não há uma forma primária da linguagem. Os enunciados não são individuais, criados ou escolhidos por um sujeito, porque não existe sujeito de enunciação. O que existe é estar sujeito à enunciação ou à palavra de ordem através de seu ordenamento, ou seja, do agenciamento coletivo de enunciação. Essa trama enunciativa caracterizada pelo que vamos compreender como agenciamento, eles associam a um outro conceito, o de rizoma, certamente embebido nas fontes polifônicas de Bakhtin.

### 2.3 As fontes

Bakhtin (1981) diz primeiramente que todos os textos são constitutivamente polifônicos, mesmo aqueles que, intencionalmente, tenta-se retirar, pretende-se apagar ou impedir o ressoar de outras vozes. Dentro da linguagem musical, à qual se refere a metáfora, polifonia é a multiplicidade de vozes distintas soando ao mesmo tempo, numa mesma obra musical. Não uma mesma melodia cantada em uníssono por todos, mas vozes variadas, como um acorde de música que, em sua forma básica, une três notas (vozes) musicais: a primeira, a terceira e a quinta de uma escala, se for um acorde natural, sem dissonâncias. Para que fique mais claro, exemplifico com o acorde de Do Maior, cuja escala é bastante conhecida de todos: do, re, mi, fa, sol, lá e si. O acorde maior une a primeira nota da escala, no caso, a própria nota do, a terceira, mi, e a quinta, sol, tocadas ao mesmo tempo. Compreende-se, então, que, ainda que um acorde seja uma unidade, ele é formado minimamente por três vozes. Por isso, entendo a polifonia como algo assim democrático e se opõe ao que tenciona, ou seja, à monofonia que, seguindo a metáfora musical, podemos referenciar ao cantarolar de uma só melodia por várias pessoas ao mesmo tempo. No plano da polifonia, o outro deixa de ser o objeto do discurso para integrá-lo também como sujeito “diretamente significante” (BAKHTIN, 2008). Polifonia é um termo metafórico, alerta o filósofo. Talvez fosse na utilização desta metáfora que se abriram as portas para as tantas e tão variadas concepções sobre o termo: afinal, polifonia é o quê?

Um texto polifônico, entretanto, conteria não necessariamente três, como um acorde natural, mas a partir de duas até inúmeras vozes, caso em que na música é conhecido como “fuga”<sup>11</sup>. Sua comparação com a música está na distinção entre as vozes: elas soam ao mesmo tempo, ou seja, num mesmo texto, mas são distintas entre si e perceptíveis. Ainda adejando o universo da música, reforçamos o exemplo do canto coral (vozes soando ao mesmo tempo), em que cada grupo vocal (baixo, barítono, tenor, contralto, soprano) se distingue dos demais por entoar uma melodia diferente e/ou em relativas tonais distintas. No caso de todo o coral cantar a mesma melodia, seria o que chamamos uníssono, que se opõe totalmente à ideia de polifonia metaforizada por Bakhtin:

A essência da polifonia consiste justamente no fato de que as vozes, aqui<sup>12</sup>,

<sup>11</sup> Modo de composição polifônico, multitonal, e contrapontista, a partir de um tema previamente apresentado, autoral ou de outrem.

<sup>12</sup> O termo “aqui” está se referindo ao texto de Dostoiévski analisado por Bakhtin.

permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à homofonia. E se falarmos de vontade individual, então, é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade. Poder-se-ia dizer assim: a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento. (BAKHTIN, 2008, p. 23)

Quando Bakhtin fala em uma ordem superior à homofonia, cabe explicar que este é outro termo emprestado da música pelo teórico. Porém, não se pode dizer que se oponha totalmente à polifonia. Dos três elementos básicos de que se compõe a música (melodia, ritmo e harmonia), dizemos polifonia ao nos referirmos à emissão de notas ou mesmo de melodias 13 distintas em uma mesma harmonia, mas não necessariamente seguindo os mesmos parâmetros de duração, como num canto coral moderno ou na formação de um acorde musical, como mencionamos anteriormente. Já o termo homofonia refere-se aos sons ou melodias, se não totalmente em uníssono, necessariamente em mesma pauta temporal, *i.e.* todas as notas têm a mesma duração, como, por exemplo, nas vozes corais dos cantos gregorianos. Por isso, não nos acomodamos na hegemonia de um termo sobre o outro, como afirma Bakhtin, verteríamos, isto sim, pelas possibilidades que dispomos e das escolhas que fazemos a partir delas.

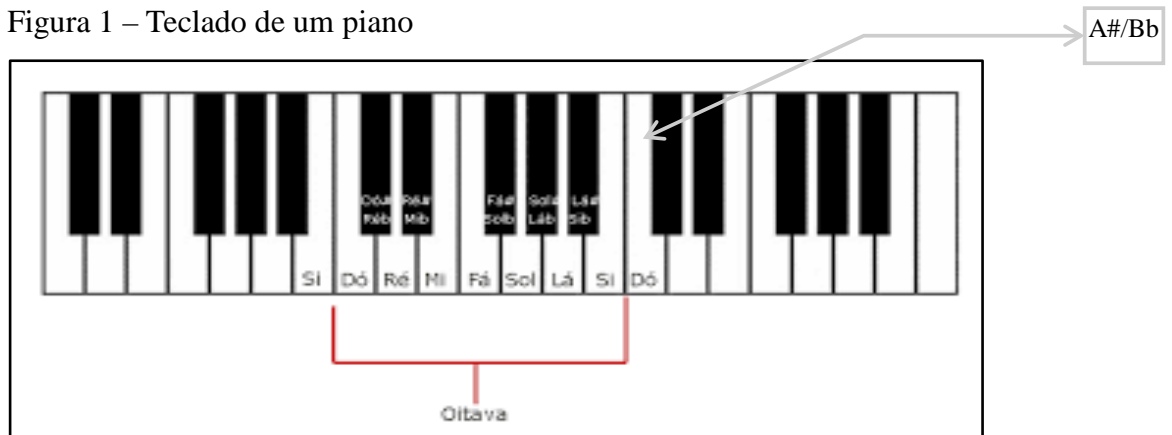
Ainda na citação que destacamos acima, Bakhtin refere-se à “vontade individual”, “vontades individuais” e “combinação de várias vontades” para caracterizar a polifonia. Ao substituir a palavra-chave usada pelo termo “possibilidades”, tenho uma compreensão maior do conceito de polifonia associada à metáfora pretendida pelo teórico russo. Pois, vejamos: temos na música ocidental a organização de doze sons em sete notas musicais, cada um deles tonalizando pelo menos uma escala diacrônica<sup>14</sup> maior ou menor. De cada escala, composta pelos mesmos doze sons dispostos em posições distintas, desdobram-se mais doze possibilidades e assim por diante, até que um mesmo som precise ser distinguido por dois (ou mais) nomes, como é o caso, para citar apenas um pequeno exemplo, do som *A#* (la sustenido) que pode ser denominado *Bb* (si bemol), conforme a escala que pertencer, conforme a ilustração a seguir.

---

<sup>13</sup> Agrupamento linear de notas musicais, dentro de uma determinada escala que lhe determina o tom.

<sup>14</sup> Tipo de escala comum, que separa as notas em espaços de tons e semitons.

Figura 1 – Teclado de um piano



Fonte: A autora, 2018.

No teclado do piano é fácil visualizar o exemplo dado. As teclas brancas são as notas naturais (do, re, mi, fá, sol, lá e si) em tonalidades que sucessivas do mais grave (à esquerda) para o mais agudo (à direita). As teclas escuras são sons que sucedem aos naturais em meio tom. Observe que a nota Lá acrescida de meio tom (tecla preta imediatamente posterior a ela), que se chama Lá# (Lá sustenido) e a nota Si reduzida em meio tom (tecla preta imediatamente anterior a ela), chamada de Sib (Si bemol) referem-se ao mesmo som.

Retornando ao nosso universo, penso que é a polifonia que rege as possibilidades de diálogo entre as diferentes vozes que encontramos num enunciado e, sendo um termo metafórico – não nos esqueçamos disso –, podemos dizer que o domínio das escolhas/possibilidades polifônicas é um exercício de poder que pode até mesmo aniquilar o caráter democrático creditado por Bakhtin.

Assim como Bahthin, Deleuze & Guattari (1999) fugiram da ideia dicotômica, binária, que nos converte em 0 e 1, positivo/negativo, sujeito/objeto, língua e fala etc., para nos remeter ao múltiplo, a aquilo que ao mesmo tempo mistura, unifica, arrasta todos por todos os cantos, numa infinita ligação entre o Mesmo e o Outro (ou os Outros). O “platô” dessa teoria da multiplicidade é o que eles chamam de rizoma. Originalmente, rizoma é um tipo de caule que permite a partir de si o nascimento de outras plantas de mesma espécie ou híbridas. O pseudocaule da bananeira é um rizoma, por exemplo, o da mandioca também o é, e assim por diante. Mas Deleuze & Guattari ampliam esse conceito, no qual se apoiam:

Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. Plantas com raiz ou radícula podem ser rizomórficas num outro sentido inteiramente diferente: é uma questão de saber se a

botânica, em sua especificidade, não seria inteiramente rizomórfica. Até animais o são, sob sua forma matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas suas funções de hábitat, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura. O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. Há o melhor e o pior no rizoma: a batata e a grama, a erva daninha. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.14)

Não é possível distinguir no rizoma seu objeto de origem, como na linguagem não é possível identificar o que primeiro foi dito. Assim como não há limites de ligações: apesar de ser uma rede finita, são infinitas suas ligações, qualquer texto já é um trabalho sobre uma massa de textos.

### 2.3.1 Conexão e heterogeneidade

Podemos entender que as tramas rizomáticas não têm início nem fim, mas, assim como uma rede, cujas tramas se fundem em acordos infinitos, é possível delimitar suas fronteiras de materialidade. Possível, mas desnecessário. Em relação à forma, o rizoma não é uma linha coordenada, mas emaranhada. Em se tratando de discurso, essas linhas de idas e vindas tomariam caminhos previsíveis apenas com base no sistema de restrições de cada um. Deleuze & Guattari apoiam a ideia de rizoma em alguns princípios que veremos a seguir.

O primeiro e o segundo – enumerados assim mesmo pelos autores, juntos num mesmo item – são princípios de conexão e de heterogeneidade, segundo os quais qualquer ponto do rizoma pode e deve se conectar – ou se mesclar, como uma em outra formação discursiva ou como nas possibilidades musicais – com qualquer ponto do rizoma:

Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.17)

Conforme os princípios primeiro e segundo da teoria do rizoma de Deleuze & Guattari, os pontos, que são diversos e distintos, devem se conectar entre eles. Essa conexão torna a relação heterogênea e é o que chamam de agenciamento o que aproxima ou repele os pontos de um rizoma. A interseção dos pontos é um agenciamento, como é sempre um agenciamento que produz os enunciados de um discurso.

Os agenciamentos coletivos de enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos maquínicos (do desejo), e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e seus objetos. (...) Uma cadeia semiótica é como um tubérculo que aglomera atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos: não existe língua em si, nem universalidade da linguagem, mas um concurso de dialetos, de patoás, de gírias, de línguas especiais. Não existe locutor-auditor ideal, como também não existe comunidade linguística homogênea. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.18)

Podemos dizer, ainda, que os agenciamentos são a mola propulsora de um rizoma, o que conecta as linhas de potência que formam o emaranhado rizomático. Um agenciamento maquínico implica em ser o mecânico parte indissociável da máquina, ou em outras palavras, não existem sujeitos e objetos definidos, mas um processo. O que eles estão dizendo é que é sempre um agenciamento que produz os enunciados e não um sujeito determinado que agisse como sujeito da enunciação. O enunciado acaba sendo ao mesmo tempo um produto de um agenciamento e o próprio agenciamento.

Deleuze & Guattari falam de agenciamentos coletivos e maquínicos e distinguem um do outro da seguinte maneira: “agenciamento coletivo de enunciação, a partir do qual uma comunidade menor se opõe às máquinas diabólicas do Poder, é a expressão literária dos diagramas de poder cuja geometria, ao mesmo tempo abstrata e material, Foucault tinha já fundado em Vigiar e Punir” (Mil Platôs, vol 1, p. 38). Facilitando a compreensão, digo que os agenciamentos coletivos de enunciação são os capazes de produzir subjetividades e os agenciamentos maquínicos ficam a cargo da produção dos desejos, sendo que um remete ao outro e vice-versa: “Toda enunciação individuada permanece prisioneira das significações dominantes, todo desejo significativo remete a sujeitos dominados.” (idem). Os agenciamentos, se desenrolam ao mesmo tempo, sobre elementos semióticos, materiais e sociais.

### 2.3.2 O múltiplo

A multiplicidade é o terceiro princípio indicado pelos autores que apontam a diferença entre o que é arborescente e o que é rizomático. O primeiro está fixo, como uma árvore que permanece no mesmo lugar por uma existência, o segundo são as tramas das raízes desta mesma árvore, que não cessam de crescer e de emaranhar entre elas e com outras.

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. (DELEUZE &



GUATTARI, 1995, p. 19)

Para clarificar o conceito de rizoma, os autores aludem a dois elementos específicos. O primeiro é o universo da música, já utilizado, como vimos, por Bakhtin. A imagem que antecede o capítulo de introdução do primeiro livro *Mil Platôs* (1995) é exatamente um pentagrama musical “rabiscado”. Este rabisco é a imagem que se pode formar a partir dos inúmeros agenciamentos entre notas musicais, estas vistas não como pontos numa escala, mas como linhas de um rizoma, que se movimentam em comas<sup>15</sup>, como o som de um violino e não de um piano, por exemplo. O pianista canadense Glenn Gould é citado pelos autores por causa de sua forma de teclar percorrendo comas em vez de pontuar as notas musicais, técnica perceptível principalmente na sua virtuosa interpretação das *Variações Goldberg*, de Johann Sebastian Bach. Quando penso na relação entre polifonia e rizoma lembro diretamente destas imagens musicais formuladas pelos pensadores. Certamente, há entre os dois conceitos muitas similaridades, mas se fôssemos tecer uma comparação entre as imagens a que nos reportam, creio que a de Bakhtin seria uma partitura sinfônica, como este recorte da *Nona* de Beethoven:

Figura 2 – Partitura de trecho da *Nona Sinfonia*

*Symphony No. 9 in D Minor, Op. 125*

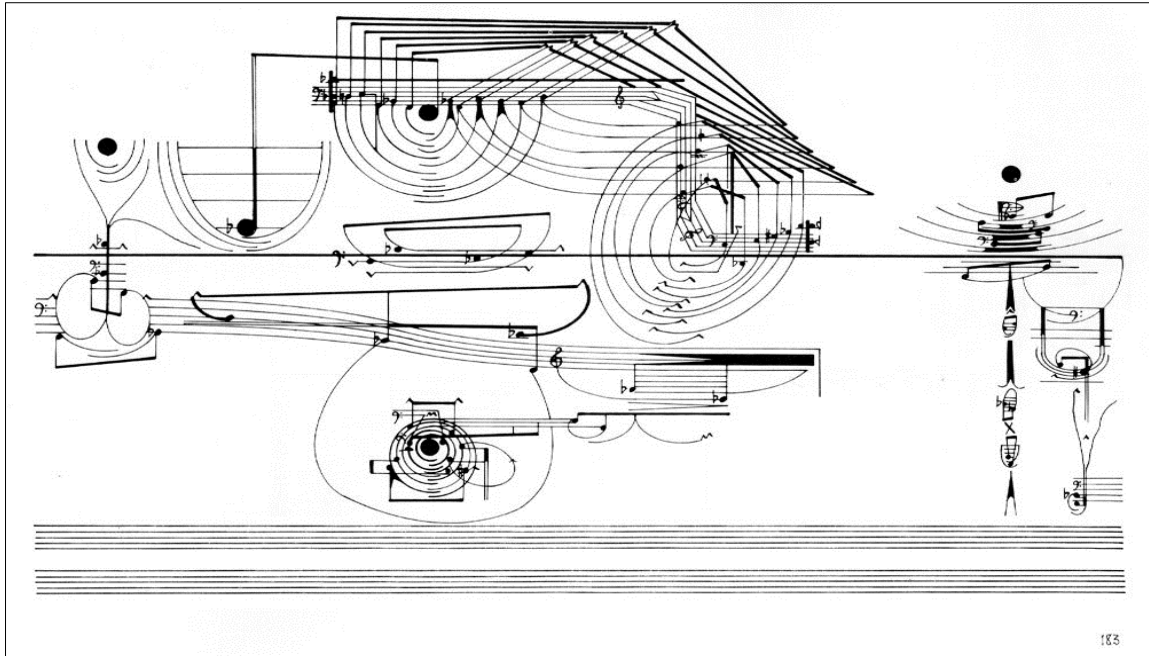
The image shows a page of a musical score for Beethoven's Ninth Symphony. It features multiple staves for various instruments: Flauti, Oboi, Clarinetti in B, Fagotti, Contrafagotto, Corni in D, Corni in B, Trombe in D, and Timpani in D.A. The music is written in D minor and 4/4 time, with a tempo marking of 'Presto. d. 96.' and a dynamic marking of 'ff'. The score is highly polyphonic, with many notes and complex rhythmic patterns across all staves.

Fonte: <https://bit.ly/2J7T7e5>

Enquanto que a de Deleuze & Guattari, estaria próxima desta de obra "Treatise", do compositor britânico Cornelius Cardew (1936-1981):

<sup>15</sup> Divisões mínimas utilizadas em intervalos musicais. Um tom se dividiria em nove comas, sendo o tom o intervalo entre uma nota e outra: do (um tom) re (um tom) mi (meio tom) fá (um tom) sol (um tom) la (um tom) si (meio tom)...

Figura 3 – Partitura de trecho da obra "Treatise"



Fonte: <https://bit.ly/2WiW53k>

Repare que na partitura de Beethoven, conseguimos distinguir as vozes descritas, cada instrumento, cada voz está em seu próprio pentagrama e os pentagramas unidos em polifonia, ou seja, harmonizados na sinfonia. Já nesta composição musical contemporânea, as vozes estão misturadas sem ordenamento e a partitura não segue uma linearidade, ela se espalha em linhas, em curvas, em direções de vários matizes, parece que não são as notas que deslizam sobre o pentagrama, mas é a pauta musical, desterritorializada, que, em simbiose com os sons, agencia os desejos, produzem a música. E vale dizer que não se trata de um modo de escritura, mas de uma concepção musical distinta, comprovada, por exemplo, quando ouvimos uma e outra obra e as comparamos com suas partituras. Na sinfonia, o maestro está conduzindo a orquestra atrás de sua batuta, num plano um pouco mais elevado em relação ao corpo orquestral, de onde determina ritmo, andamento, intensidade etc. Em “Treatise” percebemos através da escrita a implicação do maestro no devir musical. Ele não conseguirá apenas conduzir a partir desta pauta, precisará ser parte dela, como uma engrenagem, não como um maquinista.

Da mesma forma que em uma partitura de Cardew, o livro, segundo elemento aludido, também não distingue seus agentes:

Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas,

de datas e velocidades muito diferentes. Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.12)

Os autores dizem que num livro, “como em qualquer coisa”, tanto há linhas de articulação quanto de fuga; estratos e movimentos de desestratificação; territorialidades e movimentos de desterritorialização. As linhas de que falam Deleuze & Guattari são conduzidas e reconduzidas de acordo com a intensidade das potências, estas aferidas pela afecção e pelo próprio devir, compreendendo a afecção como percurso circular de afetos e devir como percurso circular de ações. Um livro é, então, deste ponto de vista, uma pequena máquina abstrata, com suas engrenagens, suas linhas e seu rizoma que, juntos, constituem um agenciamento:

Um livro é um tal agenciamento e, como tal, inatribuível. É uma multiplicidade — mas não se sabe ainda o que o múltiplo implica, quando ele deixa de ser atribuído, quer dizer, quando é elevado ao estado de substantivo. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.13)

A ideia do livro como piovante é rechaçada pelos autores que o compreendem como biunívoco circular. Em outras palavras, entender o livro como o Uno que se duplica – um que vira dois, dois que viram quatro etc –, é seguir uma lógica dicotômica que não compreende sua multiplicidade e o torna arborescente, em detrimento de sua natureza rizomática. O livro é um agenciamento, ao mesmo tempo maquínico de desejo e coletivo de enunciação. As dimensões de produção de um livro remetem a um modo de vida e, desta forma, a uma sustentabilidade e a uma condição de não exclusão em momento algum do processo, dos elementos que o compõe, dos cúmplices deste processo. É assim que entendo o livro/processo/agenciamento que se encontra em nossas mãos. Não como um produto que inicia na composição autoral e se encerra aos olhos do leitor, mas como um devir no rizoma cujas linhas estão em constante movimentos de territorialização e desterritorialização, seja por incluir entre seus atores pessoas de várias partes do mundo, cada uma com sua rede de saberes e viveres, seja pelo caráter didático, que se pretende como linha de fuga.

### 2.3.3 Dialógico

Diferentemente da estratégia usada para conceituar polifonia, a teoria dialógica de Bakhtin passa ao largo de qualquer sentido metafórico e vai assentar-se na proposição de que

a linguagem existe por causa do outro, porque o dizer só está dito se dito for ao outro, com base no outro, para definir o outro e, conseqüentemente, comprovar a nossa própria existência a partir do outro, ainda que o outro seja um posicionamento ou que seja, como o sujeito, uma função. Afinal, não é o ato de pensar que nos comprova a existência, mas a existência e o pensamento do outro.

Se o conceito de polifonia diz respeito às ideias e aos discursos permitidos, usurpados, entrantes, constitutivos etc., e precisam de atenção, análise e estudo para a identificação destas vozes, o dialogismo pode ser entendido como a relação entre estas vozes. Então, penso que se um texto é polifônico – e concordamos que todos os textos o são – ele é dialógico, pois há diálogo entre as vozes contidas; se fosse monofônico ou homofônico, ainda assim seria dialógico pois vai de um ponto a outro da enunciação. Logo, toda enunciação é dialógica e todo e qualquer enunciado só pode ser compreendido como parte de um diálogo. Por outro lado, se somos o que somos é porque há um outro, diferente de nós à nossa frente, sem o qual não somos, ou seja, o indivíduo se constitui dialogicamente. Em termos de consciência, se pensamos o sim é porque existe o não, o que significa dizer que mesmo o singular é um produto dialógico. Então, o sujeito é dialógico. Resumindo: todo texto é dialógico pois mesmo uma única voz dialoga pelo menos com o silêncio, com a não voz; seus enunciadores dialogam entre si no vai e vem enunciativo, e cada qual, por sua vez, constitui-se sujeito a partir não apenas do outro à sua frente, mas do outro em sua própria mente. Eu resumo assim:

1. Um texto é dialógico porque é sempre parte de um diálogo. O enunciado não possui um significado interno, mas um sentido que advém do fato de ser assumido como resposta a um outro enunciado. Em um texto se capturam várias ideias, vários conceitos, várias identidades e cada um destes elementos é uma voz, sob a perspectiva bakhtiniana;

2. A enunciação, que é o ato enunciativo, é dialógica porque acontece a partir da relação entre pelo menos dois sujeitos: o sujeito enunciador e o sujeito receptor que, por sua vez é o coenunciador, já que participa da realização dos sentidos;

3. Cada um destes locutores se constitui dialogicamente, pois, assim como um texto, sua consciência é formada a partir de várias vozes outras, que se emaranham para sua formação.

Não são poucas as vozes que nos gritam pelo mundo e nem sempre elas estão em acordo. Poderíamos pensar que o termo dialógico, que nos remete a diálogo, é algo assim conciliatório, mas as relações dialógicas que Bakhtin propõe existir, acontecem entre vozes que concordam, e, ainda, nas que estão embatendo. Quem nos alerta para isso, além do próprio filósofo russo, é Fiorin (2016), que explica esse embate ou encontro de vozes:

O vocábulo *diálogo* <sup>16</sup> significa, entre outras coisas, “solução de conflitos”, “entendimento”, “promoção de consenso”, “busca de acordo”, o que poderia levar a pensar que Bakhtin é o filósofo da grande conciliação entre os homens. Não é nada disso. As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou de desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou de desconcerto. A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo, faz-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. O que é constitutivo das diferentes posições sociais que circulam numa dada formação social é a contradição. O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica. (FIORIN, 2016, p. 28)

Esta reflexão vai ao encontro da assertiva que fiz no parágrafo anterior quanto às vozes que gritam pelo mundo: o contrato com determinado campo de ideias implica o destrato com outro. A voz de um só se faz ouvir a partir do que Fiorin (2016) chama de tensão com outras vozes sociais. Da mesma forma, Bakhtin (1981) ressalta a que não há vozes que não se constituam a partir de outras, que não falem de, com e para outras, e que tais vozes não são individuais, mas têm caráter social, coletivo. Não são individuais exatamente porque são formadas por outras, no interior de um coletivo, ao mesmo tempo em que a responsividade também é plural, i.e., os enunciados não se dirigem a apenas um destinatário, “mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante na produção discursiva” (FIORIN, 2016). De minha parte associo esse emaranhado de vozes que se dispersam em outras vozes ao conceito de rizoma, em Deleuze & Guattari (1999), do qual falei anteriormente.

## 2.4 Reordenando

Só vamos compreender o caráter social da enunciação, se entendermos antes, como funciona a circularidade que a torna e retorna aos agenciamentos coletivos. A enunciação é uma repetição de comandos agenciados, logo, não sou sujeito do que enuncio mas estou sujeito a ele e, através dos atos de fala, coloco o meu interlocutor na mesma situação. É o que vamos ver nesta seção.

Jonh Austin (1990) nos alertou para o fato de que a linguagem não comporta apenas os enunciados descritivos (ou constatativos), aqueles que declaramos serem verdadeiros ou

---

<sup>16</sup> Grifo do autor.

falsos, e os que expõem uma relação intrínseca entre a fala e ações por ela desencadeadas, como o performativo: “eu vos declaro marido e mulher”; “eu juro”, e assim por diante. Ele introduziu a ideia de que quando falamos algo, mesmo uma assertiva, realizamos um ato, o de afirmar algo, por exemplo, e, assim, realizamos uma tríade simultânea: um ato locutório, que está no âmbito da fonética, da sintaxe e das referências; um ato ilocutório, que tem relação com o modo como dizemos algo e a forma como queremos que o dito seja recepcionado; e uma ação perlocutória, que trata dos efeitos que causamos (como foi recepcionado) no outro ao dizer, como, por exemplo, uma persuasão, uma influência, um constrangimento, vergonha etc. Isso é fácil de compreender, pois, ao falarmos, emitimos sons dispostos em códigos organizados (locucionário) e tentamos conduzir nosso interlocutor por ou a uma situação (ilocucionário) – essa condução poderia ser através de um performativo – que causaria no interlocutor uma reação que nos atingiria (perlocucionário). Assim, o enunciado: – Estou com frio! (1) utiliza o código linguístico organizado conforme a norma e este é o ato locucionário; (2) tem força ilocucionária, pois dito a alguém, além do ato de afirmar, estamos pedimos por um aquecimento; (3) e perlocucionário, pois gerará no outro uma reação.

O ilocutório, aquele que Austin (1990) declarou ser o ato central da linguagem, por sua força performativa e de comando (através do modo de dizer, da entonação e seus sinais gráficos, como numa pergunta ou numa ordem) repercute uma resposta imediata do interlocutor. Essas relações do enunciado com a ação/reação, também chamadas de pressupostos implícitos ou pressupostos não-discursivos, presentes no performativo e mais amplamente através do ilocutório, levaram Deleuze & Guattari (2008) a três constatações, sendo a primeira que a linguagem é mais do que um código que tudo explica e que a fala não pode ser concebida como a comunicação de uma informação, já que ela produz uma ação ao ser proferida, nem sequer a informação de um comando, mas o próprio comando, que estão sempre implícitos, ainda que seja o simples comando de “escute o que estou dizendo”, efetivado no momento da enunciação. Essa visão corrobora com a assertiva: a enunciação é uma repetição de comandos gerenciados.

A segunda constatação diz respeito à Pragmática. Não se pode conceber as “zonas científicas da linguagem” (DELEUZE; GUATTARI, 2008), como a sintaxe, a semântica, a fonética sem a observação e associação pragmática:

(...) a pragmática deixa de ser uma “cloaca”, as determinações pragmáticas deixam de estar submetidas à alternativa: ou se voltar para o exterior da linguagem, ou responder a condições explícitas sob as quais elas são sintaxizadas e semantizadas; a pragmática se torna, ao contrário, o pressuposto de todas as outras dimensões, e se insinua por toda parte. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 14)

O terceiro ponto é algo que já sabemos, ou seja, que não é possível fazer uma distinção entre a língua e a fala, “visto que a fala não pode mais ser definida pela simples utilização individual e extrínseca de uma significação primeira, ou pela aplicação variável de uma sintaxe prévia: ao contrário, são o sentido e a sintaxe da língua que não se deixam definir independentemente dos atos de fala que ela pressupõe”. (DELEUZE & GUATTARI, 2008)

Entre o performativo e o ilocutório há uma tênue linha que os separa e ao mesmo tempo os une. Seria o ilocutório um performativo e/ou vice-versa? Cabe analisar primeiramente suas diferenças para podermos pelo menos discutir esta questão, uma vez que respondê-la talvez ainda não consigamos. De forma simplificada, podemos dizer que o ato performativo é aquele em que “x acontece quando falamos x”, conforme os exemplos que já demos e mais estes: “Você está demitido!”, “Está aprovada esta pauta”; e “Isso é uma assalto!”. Já o ilocutório é um pouco mais complexo, pois, além de ter (e talvez exatamente porque tenha) a força do performativo, este ato demanda uma reação do interlocutor, o que no performativo não acontece. No performativo, a ação independe do interlocutor, mas apenas do que eu enuncio, apesar de ter consequências sobre o outro. Ao usarmos um enunciado interrogativo, demandamos uma resposta; se ordenamos usando o imperativo, queremos obediência; se aconselhamos, queremos que o outro siga nosso conselho, e por aí vai. Então, enquanto o performativo é uma ação imediata a sua declaração, o ilocutório é a condução a uma ação. Mas, se levarmos em conta que o ato de conduzir alguém a algo também é uma ação, ainda que indireta, encontramos um ponto de intercessão entre os dois. Por este caminho, vamos encontrar o sentido da expressão “palavra de ordem” e compreender a circularidade dos agenciamentos coletivos.

Seguindo o pensamento de Deleuze & Guattari (2008), a expressão não poderia ser “palavra de ação”, pois nem sempre são performativos os enunciados que agenciam. Por outro lado, podemos compreender a condução do outro a uma reação como uma ordem, de modo que os ilocutórios, que não se fecham em atos, mas que os conduzem, poderiam explicar os performáticos. Bem, mas se as “zonas científicas da linguagem”, que citamos anteriormente, não conseguem explicar o ilocutório, o que explicaria?

Todo ato enunciativo pressupõe simultaneamente o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário, sobre os quais já explanamos, mas atentem para o fato de que se o ilocucionário (assim como o locucionário e o perlocucionário) está presente em todo ato enunciativo, então, toda enunciação é uma ordem, um agenciamento, e este explicaria o ilocutório. Nas palavras de Deleuze & Guattari (2008) os agenciamentos: “coordenam os processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua, e que não dependem nem um pouco dela”.

Quando eles falam de palavra de ordem sugerem que a linguagem seja transmissão de linguagem, o ato de dizer o dizer, de repetir comandos, de enunciar o que já foi enunciado (circularidade). A professora em sala de aula repete os comandos e ensina os alunos a obedecê-los. Assim, “uma regra de gramática é um marcador de poder” (DELEUZE & GUATTARI, 2008).

Com estes pensamentos em mente é que venho me perguntando desde o início como proceder à composição dos materiais didáticos de acolhimento linguístico sem estar implicada. Não é possível, uma vez que qualquer passo dado, em qualquer direção e por qualquer linha deste rizoma em que nos metemos, agenciaremos novos caminhos, entre os quais, aqueles que serão trilhados (ou alinhavados para seguir no mesmo campo semântico que as linhas rizomáticas de Deleuze & Guattari) pelos que acolhemos, levando em conta, ainda, que estes, participantes do processo, estão, por sua vez, tecendo a partir de novas linhas. Assim, completamente envolvida num processo do qual não vislumbramos início nem fim, é que escolhi o método da cartografia para conduzir esta pesquisa.

## 2.5 Mapas de um só caminho<sup>17</sup>

Como prescrever regras para uma situação em que o devir e a afecção são o padrão da própria existência? Os migrantes chegam ao Brasil todos os dias, e se hoje são congoleses, sírios, colombiano, venezuelanos, por este ou aquele motivo, amanhã poderão chegar outros cidadãos em busca de refúgio por outros motivos. Não encontro epistemologia que produza significados para esta pesquisa, porque ela é contínua e creio que não acabará. Há um ponto em que precisarei parar e este ponto prevejo como possível ao final das dez atividades iniciais que produziremos inicialmente<sup>18</sup>. Esta previsão acontece apenas porque em algum momento nos próximos meses terei que defender esta tese e, certamente defenderei que ela não se fecha no ciclo temporal que me destina o programa ou a agência que me patrocina, ou seja, defenderei que não há defesa, mas um ponto de intercessão entre o emaranhado rizomático e a linha que tenho cartografada. O objetivo do que estamos realizando passa promover um acolhimento linguístico aos migrantes estrangeiros em situação de refúgio, por refletir sobre a crise humanitária que leva ao degredo das pessoas, e por discutir o ensino de língua seja para

<sup>17</sup> Esta seção foi escrita cerca de um ano antes da defesa desta tese.

<sup>18</sup> De fato, esta pesquisa foi concluída ao final das dez atividades previstas.



grupos específicos de falantes de outras línguas em situações distintas, como a dos refugiados, seja para os nossos compatriotas para quem a Língua Portuguesa não seria mais que uma língua bastarda, ou seja, ilegítima. O objetivo também é analisar o processo, observando as afecções, respeitando-as e seguindo os caminhos conforme vão se delineando e, principalmente, conforme os delineamos. Temos o objetivo de incluir os refugiados entre os atores desta produção, mas o objetivo também é criar um coletivo, uma rede de apoio... Enfim, não é possível definir um objetivo, mas acercar-se de possibilidades, abrindo caminhos, puxando os fios deste rizoma, cartografando para que este caminho aberto possa auxiliar os que por aqui por ventura venham a passar. E não há como cartografar um processo criativo, sem estar implicado nele, ou seja, sem experimentar o solo em que pisa. Imagine a diferença entre fotografar um território a partir de um sobrevoo e percorrê-lo *in loco*. Ao fotografar, você decalca a área cristalizando uma imagem, uma representação estagnada. Por outro lado, mapear ao mesmo tempo em que percorre permite descobrir os desejos que, algumas linhas acima neste texto, eu associei à palavra possibilidades, então, identificando desejos encontramos novas possibilidades e desejos, acatamos pistas e seguimos em frente.

Este caminhar junto com a pesquisa, implicado, é o princípio da pesquisa intervenção, em que a cada nova linha que puxamos no novelo rizomático, novas possibilidades, novos objetivos, novas interferências, novas afecções surgem, num sintomático movimento de desterritorialização (DELEUZE & GUATTARI, 1995) sinalizado pelo fazer para saber, produzir o conhecimento através do fazer. O mundo é movimento, o conhecimento também. Cada minuto que vivemos, cada encontro com outro ser, cada olhar que lançamos, cada pensamento que nos vem à mente etc. é uma revolução no sentido desta movimentação: “tudo muda o tempo todo no mundo”<sup>19</sup>. Evoco novamente a ideia de rizoma em que cada linha ao ser interceptada por outra se lança em várias novas linhas. Neste sentido, uma pesquisa é sempre uma intervenção.

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. Lançados num plano implicacional, os termos da relação de produção de conhecimento, mais do que articulados, aí se constituem. Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. (PASSOS & BARROS, 2015, p. 30)

Também eu defendo que toda pesquisa é intervenção, porque escolher o método da cartografia não foi bem uma escolha entre opções disponíveis, mas um ir ao encontro da única forma de registrar um processo no qual me inseri, ou seja, o meu “mergulho no plano da

<sup>19</sup> Lulu Santos, “como uma onda no mar”, Gravadora WEA, 1983

experiência”. Entretanto, quando já estava cartografando, mesmo sem ter esta consciência, ainda não estava claro para mim como proceder, por onde começar a pesquisa – e nem sabia que já tinha começado –, o que exatamente estava em questão – sem entender ainda que a questão era exatamente o que se processava a todo instante –, e, principalmente, havia a dúvida que creio eu aflige todo cartógrafo: o devir entre o objeto e o objetivo. Comecei a me acalmar quando me compreendi no processo não como sujeito pesquisador observador externo, mas como parte de um objeto que, enquanto processo é o próprio objetivo. Essa compreensão não aconteceu num momento, digamos, de “iluminação”, mas aos poucos, com as respostas às dúvidas surgindo na medida em que eu seguia pelas linhas rizomáticas desta pesquisa.

### 3 CAMPEANDO

Neste capítulo apresento depoimentos e eventos que deram partida a esta pesquisa e delinheiro os movimentos que culminaram nas nossas escolhas iniciais, apontando os estudos dos gêneros discursivos e dos gêneros de atividades como escopo para o sentido que atribuo à palavra acolhimento e a consequente proposta de alteração do título Português para Refugiados para Acolhimento Linguístico. Para isso, inicio este capítulo com uma breve narrativa que ambientará o leitor no contexto destes estudos

Foi um começo tímido. Apesar do trabalho já estar em andamento e do grupo já ter iniciado os encontros para as discussões e ajustes teóricos, não se tinha começado a efetivar a produção dos materiais que apresento nesta tese. Porém, já me sentindo linha do novelo, li os artigos dos companheiros e de outros que pesquisavam sobre o refúgio, busquei informações em diversas fontes sobre o degredo dos nossos tempos, principalmente, o que está relacionado aos que acolhemos, como sírios, africanos (congoleses, ruandeses, togoleses etc), latinos (venezuelanos, bolivianos e colombianos): os motivos do degredo de cada povo são importantes para mim, pois não quero olhar sem conhecer, enxergar o outro é saber o outro. Folhee a cartilha Pode Entrar, vasculhei os sites da Cáritas – fiz-lhe visitas –, do ACNUR, fui a eventos sobre o refúgio, ouvi palestras, indaguei, colhi depoimentos, enfim, sem que me desse conta já estava cartografando, completamente inserida no campo, expandindo-o, participante do processo de produção dos materiais, e quando falo de processo falo também de coletivo, porque mesmo que seja eu a compilar e redigir esta pesquisa, ela não pode ser entendida como posse, afinal “escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 15). Então, a pesquisa deve ser entendida como um pertencimento de todos os sujeitos-objetos que ela compõe e que dela usufruem entrelaçando um não-começo que também não terá fim, mas tão somente o registro de algumas linhas que mapeamos.

A participação frequente em eventos e ações ligadas ao tema refúgio, bem como as nossas reuniões, poderiam se perder nas ondas transitórias da minha memória. Por isso, nestes três anos, acatando sugestão do meu sempre presente orientador, passei a gravar o que pude – nem sempre foi possível gravar um evento com refugiados – transcrever as gravações, catalogá-las e, sobretudo, fazer-me acompanhar de um diário de bordo, ou, conforme Lourau (1993), um “hors-textuel”, comumente traduzido como “fora de texto”, mas que eu compreendo mais como “texto vanguarda”, cujo termo adjetivo também deriva do francês “avant-garde”, posicionando-se tanto como base, quanto como linha de frente. Amparada nas

experiências citadas pelo sociólogo, faço do meu texto vanguarda o condutor deste trabalho, não como um relato simplesmente, mas como um movimento reflexivo sobre a produção do conhecimento e que nos delimita o campo, entendido aqui como a instituição:

(...) instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história, ou tempo. Tempo pode ser, por exemplo, dez anos para a institucionalização de crianças deficientes ou dois mil anos para a institucionalização da Igreja Católica. O tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade. (LOURAU, 1993, p. 11)

A instituição aqui é, portanto, a própria pesquisa, ou o devir que lhe dá vazio e lhe constitui neste espaço e neste tempo. Antes de prosseguir no relato que empreendi, é importante lembrar que os personagens a que me referirei estão refugiados no Brasil e, por isso, alguns não querem ser identificados. Como medida de precaução e preservação de suas identidades, utilizaremos os códigos contidos na tabela a seguir:

Quadro 1- Identificação dos atores envolvidos no acolhimento

R*	Refugiado ou solicitante de refúgio	PR	Professores da Uerj
o	Homem	VT	Voluntários
a	Mulher	DO	Doutorandos
I	Criança ou jovem	ME	Mestrandos
TC	técnicos	BO	Bolsista In. Científica
		FA	Facilitadores
* seguido da sigla de seu país de origem; Alguns exemplos:			
RoTG = Refugiado togolês;	VT <sup>a</sup> = voluntária ou VT <sup>o</sup> = voluntária 2		
RaBO = Refugiada boliviana;	PR <sup>o</sup> = Professor ou PR <sup>o</sup> = Professor 2		

Fonte: A autora, 2018.

O primeiro contato efetivo que tive com os refugiados acolhidos foi em oito de março de 2016, Dia da Mulher. Estava programado um encontro no “hall” do décimo segundo andar, bloco F, do campus Maracanã, onde acontecem os encontros de acolhimento e as nossas reuniões. Como eu toco violão e canto, fui escalada para “animar a festa”. Seria, também, o primeiro contato do ano entre todos nós, envolvidos no acolhimento, e este evento daria início ao, digamos, período letivo. A maioria dos refugiados era negra, vinda da África, mais especificamente, do Congo, da Ruanda e do Togo – que só fiquei sabendo que existia naquele dia conversando com o togolês simpático, R<sup>o</sup>TG que, mesmo sem saber falar em Português, arriscava a comunicação conosco. Estava presente um senhor vindo da Síria e uma moça

quieta, que era sua aparentada. Ambos se limitaram a observar.

Ceguei com meu violão e minha amiga música, Juliane Gamboa<sup>20</sup>, a quem pedi ajuda, uma vez que, embora já tenha tocado e cantado profissionalmente em “outra vida”, há anos meu violão apenas enfeita a sala da minha casa. Preparamos algumas canções, entre as quais uma composição minha sobre a mulher:

**Ainda que toque**

Sentimental mulher/Número mulher/Alma gêmea singular/Do lar, tanto mar/Adaga, talher, guardanapo./mulher, empregada, patrão/Tão normal, roupa no varal/Varrer mundo, mãe/Varrer mundo... Material mulher/Cheiro de mulher/Cio, seios, sangue e sal/Abissal, água e sal/Bolo, café, mesa posta/Mulher, paixão/Tão normal, cama de casal/Universal mulher/Toque de mulher/Negra, branca, arrebol/Luz do sol, lua e sol. Ainda que toque no chão/Meu coração tão normal/Bem e mal/Varrer mundo, mãe/Varrer mundo<sup>21</sup>

A música, uma balada tipicamente MPB, não fez nenhum sucesso. Ficaram todos olhando para nós duas ao final da canção sem demonstrarem reação. Alguns sequer pararam para ouvir, conversavam entre si ou olhavam o celular, enfim... Achei que era porque eles não teriam compreendido a letra, tão significativa, na minha opinião, do universo feminino, mas R<sup>o</sup>TG<sub>1</sub>, em francês, explicou-me que o “problema”: a música de melodia triste deixava todos melancólicos e os africanos, ali presentes em maioria, gostavam de alegria, porque “já haviam vivido muitas tristezas em seus países” (R<sup>o</sup>TG<sub>1</sub>). Por outro lado, a realidade da mulher no Brasil é bem diferente da realidade das mulheres presentes ao evento, como poderemos constatar nos depoimentos ainda neste capítulo. Por sorte, havíamos preparado também músicas brasileiras bem mais alegres do que a minha canção da mulher. Bastou uma para levantar o ânimo dos acolhidos e fazê-los acompanhar com palmas e arriscarem algumas palavras do refrão: “Marinheiro só”, de Caetano Veloso. Passamos pelo menos 20 minutos repetindo o refrão, tamanha a animação. No final do encontro estávamos tão envolvidos que eles nos pediram para cantarem uma música africana. Quando digo “eles”, estou me referindo a (i) os homens e (ii) os africanos. O senhor sírio e sua parente continuaram sem se manifestar, bem como as mulheres africanas com ou sem seus filhos no colo. Enquanto os homens cantavam e dançavam em roda levantando braços, rodando e movimentando o corpo no ritmo das palmas, dos pés batidos no chão e da música alegre, as mulheres só observavam, algumas sorrindo, outras com o olhar perdido em algum lugar. Juliane e eu entramos na roda e dançamos com os homens. A princípio tive receio que pudessem se ofender, mas nos

<sup>20</sup> Juliane Gamboa é cantora e compositora. Seu canal no youtube é <https://bit.ly/2ppy8Jq>

<sup>21</sup> Música tema da peça Ainda que Toque, de minha autoria, com direção de José Facury, encenada no Teatro Municipal de Araruama (RJ), em 1996.

receberam na roda com alegria. As músicas, explicou-me R<sup>o</sup>TG, eram religiosa, falavam de Deus (Cristão) e do salvamento através da fé. Alguns voluntários e professores, homens e mulheres se juntaram a nós na roda. Este encontro durou cerca de uma hora e meia e foi assunto da reunião seguinte, a primeira de que participei, em 4 de abril de 2016. Em minhas anotações sobre este evento frisei a não participação das mulheres na roda e o efeito que a música teve sobre os africanos<sup>22</sup>.

Nesta reunião de 4 de abril, discutimos a necessidade de incluirmos em nosso calendário encontros de estudo para discussões teóricas e tomamos algumas direções, várias das quais viríamos a abandonar meses depois. Entre as que resolvemos seguir naquele dia estava a criação de uma plataforma interativa para que todos tivessem acesso aos materiais que produziríamos. Este projeto estacionou na publicação do *site* na internet que, até a conclusão desta tese, estava ainda sem conteúdo. Discutindo nossa concepção de língua e de ensino de língua, propusemos que os textos utilizados nos materiais que produziríamos fossem autorais e sempre contextualizados. Tínhamos a (hoje sabemos) utópica esperança de concluirmos o trabalho deste primeiro módulo ainda naquele primeiro semestre de 2016. A Uerj já vinha sofrendo os ataques do Governo do Estado e estávamos na iminência de uma greve, o que afetaria as reuniões. Além do mais, não tínhamos salas disponíveis para os encontros com os refugiados nos nossos andares, que são o 11<sup>o</sup>, onde fica o Instituto de Letras, e o 12<sup>o</sup>, do Departamento de Pedagogia da Faculdade de Educação, e que aconteceriam provisoriamente em salas cedidas pelo Instituto de Geografia, no quarto andar.

Na ocasião, tínhamos a ideia de dividirmos o material em unidades e estas em atividades, assim, a primeira unidade que pensamos foi a que nomeamos “Que país é esse?”, que conteria atividades ligadas à cultura, às variações linguísticas, às regiões do Brasil, aos direitos e deveres do cidadão etc., além de uma breve contextualização histórica. Compreendemos que a utilização de músicas nas atividades seria de grande importância não apenas para contextualizar os conteúdos, mas para criar empatia cultural entre os chegantes.

### 3.1 Ainda que toque no chão o meu coração

A questão da mulher também foi bastante discutida, uma vez que os voluntários relataram que, assim como no encontro que narrei, em sala as mulheres também pouco se manifestam quando em presença dos homens, mas que quando estão somente as mulheres, descontraem, são falantes e amantes de música e de teatro. Voltei a esta reflexão no mês seguinte, durante um evento na própria Universidade: Encontro com Refugiados. Aconteceu em frente à capela, num local de passagem obrigatória para os que chegam à instituição pelo

---

<sup>22</sup> Ver anexos, ATA 1

“portão da rampa”, assim chamado por causa da rampa de acesso à estação Maracanã do metrô. Neste encontro, colhi o primeiro depoimento de uma congoleza, já falante de português. Vejamos o que disse R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>:

Cheguei aqui em 2014, to aqui já com um ano e quase sete meses. Vou tentar falar pouquinho. Era muito difícil pra mim quando eu cheguei, porque **no meu país (1)**, o Congo, a gente não fala português, a gente fala francês e outros idiomas do país, outros dialetos. Mesmo quando eu cheguei na aeroporto era muito difícil, não tinha como perguntar para saber como eu deveria caminhar para sair do aeroporto, até mesmo achar um ônibus, o metrô, era muito difícil (...)

(...) mesmo **quando eu estava andando na rua era também difícil, porque eu não falava, mas deveria conversar (2)**. Eu deveria ficar com boca fechado, então, era difícil, pra conversar porque eu deveria conversar só na lingala<sup>23</sup> ou na francês. Teve algumas pessoas que estavam com **preconceito (3)**, que não aceitam. Tinha um dia, eu estava saindo da Cáritas, eu peguei um trem, dentro do trem meu telefone tocou, peguei meu telefone e começou a falar, alô, eu **comecei a falar na lingala (4)**, tinha uma moça que estava sentada assim perto de mim, ela começou... ela me olhou assim que entrou, depois **ela se levantou e foi longe de mim (5)** e de lá continuou me olhando, de longe mesmo. Não era bom para mim, porque eu fiquei com muitas perguntas na cabeça, eu comecei a pensar: o que foi que eu fiz? Eu me perguntava, mas depois, como eu deveria ficar aqui, viver, trabalhar, fazer tudo aqui, eu comecei a estudar (...)

Verificamos pelo depoimento acima a dificuldade de chegada ao Brasil, a partir do aeroporto – ou do porto, em muitos casos –, por conta da barreira linguística que se impõe, como observamos em (2) e em (5), afinal, é a língua que nos dá acesso aos nossos direitos. Se no Brasil não vivemos uma guerra étnica declarada, sofremos com o preconceito entre raças, regiões, situação sócio cultural e econômica, sexualidade etc, que, em alguns casos também envolvem violência e morte. No caso da mulher, negra e pobre, os abusos são ainda maiores e suas representações muitas vezes aniquiladas, como no caso da vereadora Marielle Franco, socióloga assassinada por denunciar os abusos da polícia militar contra jovens das favelas cariocas, em especial dos complexos de Acari e da Maré.

Se somos um país de tantos preconceitos, um a mais nos ocupa em nossa pesquisa: o preconceito linguístico que, se por aqui é sentido entre os falantes das diversas variantes da Língua Portuguesa, mais ainda o é com os que apenas balbuciam algumas palavras em português, como revela R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> em seu depoimento, o que inferimos em (3) e (4). O depoimento dela nos alerta, ainda, quanto a alguns cuidados que devemos ter em nosso material, e que diz respeito ao apego – natural – ao país de origem, verificado na expressão “meu país”, marcado no texto como (1) e grifado com negrito nos outros recortes, que acontece em outros depoimentos desta e de outros africanos com quem tive contato, inclusive

---

<sup>23</sup> Língua africana do tronco banto

citando o continente africano como uma nação, como veremos ao longo das falas que exponho neste capítulo.

Ainda neste encontro na Uerj, uma outra refugiada, que chamaremos de R<sup>a</sup>GA<sub>1</sub>, pediu o microfone para contar de si:

Eu sou (...), eu sou africana também, da Gâmbia, tenho 26 anos e quero falar um pouquinho sobre a minha história, e a minha relação com o português. Para mim, o meu primeiro contato com o português foi meio difícil porque eu estudei o inglês, e tem muitas coisas que tem em português que não tem em inglês. Foi muito difícil mas graças a Deus os professores tiveram muita paciência com a gente e **eu consegui aprender o português em dois meses**. Eu consigo entender mais ou menos e não sei se vocês também conseguiram me entender... (risos) (Plateia: - muito bem!!!). Essa é minha experiência com o português.

Eu sou de Gâmbia, eu vim aqui porque nos nossos países a gente passa por matrimônio infantil e no meu caso eu não queria isso para a minha vida e eu queria (...) logo, para estudar e ser diferente. E por isso que eu estou aqui. É uma experiência muito diferente e muito difícil, porque **a gente não fala português, estamos num país diferente, que nos estranha e nós também estranhamos, porque temos línguas diferentes e costumes diferentes. Mas com o tempo, pouco a pouco a gente está integrando e espero a compreensão de vocês para aprenderem sobre a nossa cultura, saberem um pouco da gente.**

Neste depoimento, compreendemos mais alguns aspectos importantes para a composição dos materiais. O primeiro diz respeito ao tempo mínimo necessário para que os migrantes possam se comunicar em português: “eu consegui aprender o português em dois meses” diz R<sup>a</sup>GA<sub>1</sub>, que faz uso da língua para falar de si, de suas experiências. Um segundo aspecto é que é possível inferir o desejo de não assimilação cultural em “estamos num país diferente, que nos estranha e nós também estranhamos, porque temos línguas diferentes e costumes diferentes. Mas com o tempo, pouco a pouco a gente está integrando e espero a compreensão de vocês para aprenderem sobre a nossa cultura, saberem um pouco da gente.” Sim, para que o acolhimento linguístico surta efeitos produtivos na compreensão da língua penso ser fundamental que fomentemos a transculturalidade e a pluralidade linguística, conceitos dos quais falaremos um pouco mais adiante neste texto. Por fim, uma pista ~~de~~ que vamos compreender melhor nos depoimentos a seguir, que diz respeito ao relacionamento pessoal e familiar, ao se referir à R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> como “minha irmã”. Essa relação é explicada nas respostas que as duas deram aos participantes ao serem questionadas sobre as diferenças entre o Brasil e seus países de origem. Aliás, este encontro conseguiu reunir bastante gente ao redor dos refugiados que, repito, na ocasião eram de maioria africana, principalmente do Congo. Apesar de haver ali pelo menos 30 refugiados, apenas R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> e R<sup>a</sup>GA<sub>1</sub> falaram e delas ouvimos as seguintes respostas:



**R<sup>a</sup>GA<sub>1</sub>**: Sempre tem muitas diferenças, por exemplo, nós, os africanos, somos mais colegas, a gente tem sempre mais confiança para dar, mas aqui tem pessoas que dá essa confiança, mas tem pessoas que são muito... meio...

**R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>**: Algumas coisas que os brasileiros fazem, que **lá na África, no meu país**, a gente não pode fazer. Tem algumas coisas que a gente faz lá e que aqui não pode fazer, tipo aqui, por exemplo, para casar, se você quer se casar... Duas pessoas que quer se casar **no meu país, o marido, ele tem que pagar na família da esposa**, e ele tem que pagar caro, tipo, por exemplo, ele tem que pagar o dote, que pode ser mil e quinhentos a dois mil dólares, ou até três mil dólares. E tem ainda a lista. A família da esposa faz... manda para família do marido a lista para ele comprar essas coisas para a família da esposa, tipo roupas, panelas é muita coisa que a gente pede. **Aqui não, você quer se casar, vai no cartório e... (risos) Não pode, no meu país, não pode.** Então, essa situação é o que está fazendo na África, tem muita gente que não estão conseguindo se casar, é uma dificuldade muito maior.

Mas tem muitas coisas, muitas coisas, por exemplo, **eu tenho direito de bater nesse bebê, é o filho do meu irmã, então eu posso bater também, mas aqui no Brasil, não posso. Dá polícia.** Vou dar um exemplo: **eu não posso** chamar ...

Essa discussão com relação ao tema e ao conceito de violência doméstica foi debatida em algumas das nossas reuniões para que pudéssemos abordá-la com os refugiados. Em sala, nos encontros e mesmo nas palestras, essas questões foram abordadas esclarecendo que nossa legislação pune aqueles considerados agressores.

**R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>** (Para a plateia, dirigindo-se a um senhor): - Como é o seu nome, por favor?  
Homem responde: João<sup>24</sup>.

**R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>**: Na África, eu não posso chamar ele de João, não posso, é “papa João” ou “*monsieur* João”. Outra coisa, este aqui (dirige-se a um garotinho congolês). **Este garoto não pode chamar outro menino pelo nome, tem que chamar “mano”**. É assim na África. As pessoas, na África tem essa vida comum, as pessoas vivem assim. **Eu não posso falar que aquele ali é o filho do meu irmão, ele é meu filho;** a gente são irmãos, vocês são uma família, não tem mais diferença, **ela pode ser a filha da minha tia, ela é minha irmã, minha irmã mesmo, de sangue.** Eu não posso fazer esta diferença, na África é assim. A gente come junto, a gente se faz os presentes, nossos presentes são, tipo, eu vou procurar um emprego, graças a deus eu consigo um emprego bom, **eu tô recebendo uma boa salário, então esse salário não é só para mim, esse salário é para nós, quando eu recebo, na minha cabeça eu sei que eu tenho que dividir na família,** tenho que dar a pessoa, o que ele precisa, quando ele chega, eu não posso mandar ele embora não. Quando ele chega eu recebe, oferece a comida, a gente come junto.

**Mas a gente está aprendendo a cultura de vocês** porque hoje em dia a gente tá vivendo aqui. A gente não está vivendo mais lá. **Como a gente está aqui, a gente está fazendo como vocês. As coisas boas né?...** Eu não posso andar de sutiã, não posso; não posso andar de calcinha, não posso<sup>25</sup>. Tipo... não posso... Na África, uma menina, **uma moça grávida não pode deixar a barriga de fora, não pode.** Na África, **o corpo da mulher é sagrado.** É sagrado.... Aqui uma moça grávida, vocês vão, mostram o barrigão... **Na África não pode.** Uma moça, quando ela começa a gravidez, ela não fala mesmo, ninguém sabe, só ela sabe disso, as pessoas, todo mundo começa a perceber, mesmo quando você pergunta, ela nega. Mesmo se você se casou legalmente. Na nossa cultura, antes de engravidar você tem que se casar. Você não pode engravidar antes de casar. Se você faz isso, porque tem as pessoas que fazem isso, a família, os amigos, ninguém vai fazer nada para você.

<sup>24</sup> Nome fictício

<sup>25</sup> A referência aqui é ao biquíni

As treze entradas da expressão “não posso/pode” atribuímos às vozes contidas no relato da moça: a voz que diz não pode, e a que diz pode. Trata-se aqui do que Drucrot (1987) dispõe como negação polêmica, indicativo de polifonia. Dizemos polêmica por que ela “mantém necessariamente uma relação de contradição com o enunciado que refuta” (MANINGUENEAU, 1997, p.82), ou seja, as assertivas “pode” e “não pode” não são verdadeiras ao mesmo tempo. Mas em que isso importa no relato da refugiada? O enunciador insere no seu o discurso de outrem, a voz de quem a proíbe das treze coisas é a mesma voz que sustenta o discurso da sacralidade do corpo feminino, e já que (e porque) o corpo é sagrado:

- (i) O marido, ele tem que pagar na família da esposa;
- (ii) Não usa biquíni
- (iii) Não informa a gravidez
- (iv) Não mostra o ventre
- (v) Ninguém pode tocá-la

Esse círculo da sacralidade do corpo da mulher (ele é sagrado por causa disso e por ser sagrado causa isso) é mais um exemplo das vozes que constituem estes relatos. Para além da questão religiosa, para a qual o sagrado associa-se ao imaculado, verificamos o viés do discurso machista, típico de países que ainda não suplantaram a submissão da mulher aos seus homens. Essa, digamos, fragilidade do sistema que envolve o discurso da sacralidade feminina foi e ainda é, segundo narrativa que leremos a seguir, usada como arma mortal pelos grupos rivais na África central.

Por outro lado, se o corpo sagrado é o que atende aos cinco requisitos que listei, o que diremos das mulheres (e de seus corpos, naturalmente) que se banham de sol seminuas, que têm seus filhos como produção independente, que toca e é tocada e que casa quando e com quem deseja? Podemos supor que ser profano pode lhes garantir alguma segurança. Infelizmente, a realidade, pelo menos do Brasil, como sabemos não é essa, o direito da mulher – este sim, “sagrado” – também é usado como arma de ataque quando somos consideradas culpadas, provocadoras, porque nos vestimos como queremos.

Ainda sobre as entradas da negação polêmica, ela pressupõe o desejo de não assimilar a cultura brasileira – poder pode, mas eu não quero, “só as coisas boas, né?” – que, afinal, não são expostas nos depoimentos, certamente porque ainda não conhecem, levando em conta suas narrativas. Então, nosso material, aliado ao auxílio linguístico, poderá servir também para que as culturas estranhas não se estranhem tanto assim, mas que se aliem para o crescimento e respeito mútuos.

Neste cenário, supomos grandes as diferenças linguístico culturais entre

brasileiros e congoleses, assim como entre nós e outros refugiados de origens outras, como os sírios, afegãos ou mesmo alguns latino-americanos. E entre eles também que, entretanto, têm em comum a necessidade de aprender o português o mais rapidamente possível para, como vimos, falar de si e de suas experiências, garantir seus direitos e enfrentar possíveis preconceitos e a segregação linguística, inclusive, pois, mesmo que sejam formados advogados, médicos etc. – como R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> – em seus países, pode levar algum tempo para que a língua aprendida lhes forneça adequação para o exercício de suas profissões. Num curto prazo e com o que é possível aprender em dois meses de encontros, o refugiado, a exemplo de brasileiros com pouco letramento, só consegue empregos de nível fundamental básico. Como precisam trabalhar para ganhar algum dinheiro, tão logo conseguem um emprego (ou bico) muitos deles relatam que não conseguem mais conciliar os horários deixam de vir aos encontros.

### 3.2 Varrer mundo, mãe, varrer mundo!

R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> nos conta como são as relações entre as mulheres de sua comunidade e os filhos de todas. Diz que não existe, como aqui no Brasil, problemas em bater numa criança e que para ela, é difícil de entender que este ato aqui possa levá-la à cadeia. Em sua comunidade, todas as mulheres são responsáveis pela educação de todas as crianças, podendo agir como for necessário, independentemente de ser ou não a mãe, inclusive bater e colocar de castigo. São algumas estranhezas para as quais procuramos palavras que as signifiquem, mas que nem sempre encontramos, como no caso das relações de parentesco. Um primo não é um primo, mas um irmão. Um idoso qualquer é um “papa”, deve ser tratado como o pai, a sogra é mãe etc. Enfim, creio que nem temos palavras em Língua Portuguesa para expressar as complexas relações familiares, inclusive as nossas novas relações que surgem na medida dos novos conceitos/formações de famílias. Por exemplo: o irmão do meu irmão, que não é meu irmão, é o quê meu? Assim como há cunhado para nomear o irmão do cônjuge, em algum momento poderá surgir termos que alcunhem esses novos parentes. Muda a vida, muda a língua.

Ainda sobre a vida das mulheres africanas que chegam ao Brasil em busca de refúgio, colhemos este relato no evento Vozes do Refúgio, em 16 de maio de 2016, e que nos oferece um retrato do que acontece contra a mulher africana

peças que chegam. A maioria das peças que eu estou ajudando são as mulheres, que chegam hoje como eu cheguei em 2014, sem falar nada, sem saber nada sobre o Brasil, sendo que **eu cheguei sozinha (1)** e **a maioria das mulheres que chegam hoje, estão chegando com crianças ou grávidas, e sozinhas (2)**.

Interfiro e recorto esse primeiro parágrafo do depoimento de R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>, para assinalar o efeito de sentido da palavra “sozinha” nas duas ocorrências. Em (1), a enunciativa informa que não está grávida ao chegar no Brasil, ao contrário de outras conterrâneas. Mas, ao anunciar (2) o sintagma “e sozinhas” coloca as refugiadas num cenário de desamparo. Na primeira ocorrência, estar sozinha parece um efeito positivo, pois R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> não traz consigo nem crianças, nem gravidez. Mas ao destacar “e sozinhas”, o aditivo “e” fortalece o sentido negativo com uma carga de “além de” ou “apesar de”: além de grávida, está sozinha; apesar de grávida, está sozinha. Este desamparo em “chegar sozinha” refere-se, como veremos mais a seguir, à ausência do marido. Na sequência do depoimento, compreenderemos as razões de tantas chegarem “com crianças, grávidas, e sozinhas”.

**R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>** – [...] vou tentar falar um pouquinho do **meu país**, que é o Congo, que é o lugar que eu conheço bem, [...] porque **eu vivia também lá, eu estava lá, eu posso falar (1)**. Acontece que no Congo tem guerra. São muitos grupos, várias milícias, além disso, **tem vários conflitos: político e étnico**, enfim, são muitos. Quando acontece a guerra num país, acontece muitas coisas, e **muitas vidas são perdidas**, então, a maioria **das pessoas que está sofrendo muito lá são as mulheres e as crianças**. Esses grupos, **os rebeldes estão visando muito as mulheres**.

Ao se autorizar na enunciação em (1), R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> pede que o interlocutor aceite como verdade o seu relato e, da mesma forma, desautoriza relatos de quem “não estava lá” ou “não vivia lá”. Devo dizer que o relato que se segue e que conta os horrores sofridos pelas mulheres da mesma região que R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>, não vemos nos noticiários a que temos acesso no Brasil.

**R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>** – Na África o corpo da mulher é sagrado (1), e eles sabem, porque eles são africanos, eles sabem tudo. Se eles sabem que o corpo é sagrado, se eles chegam numa casa para fazer **uma coisa (2)** com o marido, se você não tem como fazer, só vai fazer **a coisa (3)** com a mulher, é como se você tivesse feito esta coisa com o homem<sup>26</sup>. Então, eu acho que eles resolviam essa questão de começar a fazer **o estupro com as mulheres (4)**. Não sei se vocês sabem, mas o Congo hoje é a capital mundial do estupro. Eu não gosto de falar sobre isso, mas eu não posso fechar minha boca para não falar, porque é uma coisa ruim, não é bom, mas... [...] **os grupos rebeldes, eles estão usando o estupro como uma arma da guerra (5)**, eles sabem que **a mulher é a força da família (6)**, a mulher é tudo o que pode existir num casal, numa vida, num país, ela é a força mesmo, e como ela é a força e a educação, tudo fica com ela, eles vão começar a fazer estupro e quando eles fazem isso, eles sabem que quando eles fazem isso **o marido fica...** não sei... como vou dizer... ele **fica afetado (7)** e ele não pode mais fazer nada, porque ele fica com vergonha primeiramente, porque a mulher dele foi estuprada, então tudo dele já está para fora, e como o corpo dela é sagrado ela não pode mais fazer nada na sociedade e a

<sup>26</sup> Esse “fazer coisa” a que ela se refere é estupro, muitas vezes seguido de morte violenta.

**mulher fica como tipo lixo (8), ninguém conversa mais com ela, ninguém quer fazer mais nada com ela e todo mundo olha para ela com uma cara diferente, elas ficam marginalizadas na sociedade. E as crianças também (9).**

As razões pelas quais as mulheres congoleesas são a maioria dos que solicitam refúgio vindas daquela região, começam a ser delineadas neste trecho do relato, em que percebemos, ainda, a congruência entre os termos África e Congo. Quando ela afirma (1), está se referindo ao que ela conhece como África, já que este é um continente maior do que a América do Sul e menor apenas do que a Ásia, tem aproximadamente 30 milhões de quilômetros quadrados e 2.146 línguas (PETTER, 2015):

Convém lembrar que este total exclui as línguas europeias dos antigos colonizadores (o inglês, o francês, o português e o espanhol), o africâner, língua originada do holandês do século VII e o malgaxe, língua malaio-polinésia falada em Madagascar, e outras línguas africanas e línguas europeias, como pidgins e crioulos (PETTER, 2015, p. 15).

Além disso, a África possui 55 países reconhecidos e alguns em disputas de independência. Esse contexto nos permite supor que há no continente africano inúmeras culturas que tanto podem se aproximar quanto se distanciar da que vivenciou R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> no seu país de origem, o Congo. Entretanto, em seu relato, verificamos que ela não distingue o país do continente.

No trecho, R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> explica que a violência sexual sofrida pelas mulheres, relatada em (2) e (3) é uma situação de guerra (5) e não um crime social. Em (2), a refugiada refere-se a uma “coisa” que os rebeldes tentam fazer com os homens. Essa “coisa” seria uma barbárie qualquer, que não fica clara no relato, levando-se em conta o artigo indefinido que compõe o sintagma. Mas quando a “coisa” se refere à mulher, é sinônimo de estupro (4) e de arma de guerra (5) que desestabiliza toda a comunidade, já que, não obstante o sofrimento da mulher vítima da violência física, percebemos que o que nos relata a R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> é um indelével acometimento moral de toda a comunidade onde ocorreu o martírio (6) a (9).

**R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> – Eles estão fazendo “estupriação”<sup>27</sup> com as mulheres e também com as crianças.** Eles não tem coração para dizer “esta é uma criança de um ano ou dois anos e ela pode ficar...” Não, ele faz tudo, ele estupra mesmo as meninas de um, dois ou três anos, **depois disso eles pegam um objeto de guerra e colocam nas partes íntimas da mulher**, essa mulher fica sofrendo a vida inteira. **E a família mesmo fica embaixo, humilhada...** E não pode falar nada. Fica muito difícil para esta família e para a comunidade mesmo, fica muito difícil.... **tem também algumas que depois do estupro eles matam, ou quando ele chega e a mulher está grávida, eles estupram a mulher e depois pegam a faca e abrem a barriga da mulher ali**

---

<sup>27</sup> Estupro.

**mesmo e fazem sair o bebê.** São estas coisas que estão acontecendo lá no Congo. **As mulheres estão fugindo** porque eles não fazem mais a guerra com nossos homens, **eles usam as mulheres como arma**, é melhor ajudar estas mulheres, é melhor colocar as mulheres fora do ar, porque a mulher fica longe da cidade, em outro país, em segurança, ela com as crianças. **Os pais das crianças, elas não conhecem porque elas foram estupradas por dez homens.** É muito difícil.

A vulnerabilidade das mulheres congoleesas impõe riscos não só às suas famílias, mas a toda a comunidade a qual pertencem e cuja base é a família, que fica totalmente destruída depois de um ataque, conforme o relato. Por isso, há um esforço para enviar para longe as mulheres imaculadas e as que já sofreram estupro, grávidas ou não. Desta forma, não apenas protegem as mulheres e as comunidades, como eliminam o arsenal bélico do inimigo. Para a congoleesa, os motivos dos conflitos na região, vão muito além dos étnico-raciais:

**R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>**, Isso tudo é consequência da tudo que o Congo tem, eu acho. Por questões políticas, pela situação do Congo na África, que é a situação geopolítico dela, porque o Congo é muito rico, como o Brasil. A riqueza do Congo faz com que todo mundo queira esta riqueza, e a principal riqueza que o mundo que é o **coltan**<sup>28</sup>, que a maioria das pessoas conhece, pois é o que ajuda hoje em dia a tecnologia, para poder fazer o computador, o controle remoto da televisão, o satélite, tudo isso... é o coltan, mais de 80% de todo o coltan do mundo está no Congo. Eu não sei se um dia esta guerra vai acabar (...) <sup>29</sup>

Então, o lidar com estas mulheres, cujos corpos são sagrados, que se calam na frente dos homens e que amamentam seus bebês frutos de estupros e da violência de seus países deve ser pensado e refletido inclusive na composição do material didático que pretendemos apresentar. Percebemos que entre nossas línguas alguns significados não têm significante próprio e que este é mais um fator a ser pensado no acolhimento linguístico que proporcionamos. Por outro lado, também ao apresentar o Brasil para estas mulheres – e para os homens –, penso ser mais importante informar sobre a realidade que vivemos atualmente, do que repetir o que encontramos nos livros de história sobre nossos últimos 500 anos de história. As conquistas da mulher no Brasil, a saúde da mulher, a maternidade e, ainda, a violência contra a mulher, as punições para quem nos agride são temas de relevância, quando tratamos de apresentar o Brasil.

### 3.3 Gêneros e gêneros

<sup>28</sup> Composto mineral essencial para o funcionamento da maioria dos eletrônicos e outras tecnologias.

<sup>29</sup> Depoimento gravado em 16 de maio de 2016.

Ainda em abril de 2016, mesmo antes destes encontros em que colhi os depoimentos que expus aqui, tivemos a nossa primeira reunião teórica, que julgo ser pertinente relatar porque foi a partir dela que me enlacei com uma concepção diferenciada acerca do gênero de atividade que vínhamos desenvolvendo e iniciei a discussão em torno de estarmos fazendo não um curso de português para refugiados, mas um acolhimento linguístico, que explico nesta seção. A este encontro estiveram presentes 13 pessoas, entre professores, pós-graduandos, bolsistas e voluntários. A partir da leitura de “Gêneros do Discurso”, de Mikhail Bakhtin – nunca se lê Bakhtin suficientemente – e com a indicação dos meus orientadores, busquei mais informações sobre gêneros, não apenas dos discursos, dos textos, mas também, de atividades, para encontrar sustentação para o termo que apresentava.

De forma geral, podemos dizer que um gênero é uma categorização baseada em modos comuns a isto ou àquilo, identificados como um sistema de restrições (MAINGUENEAU 2008) que, por sua vez, podemos significar como o conjunto de características que delimita uma categoria. Categorizações acontecem em todas as esferas da atividade humana (BAKHTIN, 1997), e, se por um lado sugere estabilidade, por outro é maleável e suscetível a hibridizações, mudanças, progressões etc. Assim, temos os gêneros literários, gêneros textuais, gêneros biológicos e biomédicos, gêneros alimentícios, gêneros do discurso e gêneros de atividades entre tantos outros.

Discorrerei, então, sobre os conceitos de gênero do discurso, que nos oferece Mikhail Bakhtin (1997), e de gênero de atividades, conforme Clot & Faïta (2000). Farei isso para localizar os termos “Curso de Português para Refugiados” e “Acolhimento Linguístico” em questão neste estudo em seus devidos espaços enunciativos.

Este referencial me ocorreu ao observar, a partir da teoria bakhtiniana sobre a noção, que a atividade de gênero não remete apenas aos enunciados, mas também às ações que os produzem. Os gêneros estão sempre em movimento, mesmo quanto ao que se determinou nomear de gêneros instituídos. Estes são os mais estáveis, os que se movimentam mais lentamente, os que, apesar e por causa destes movimentos lentos, pouco se deslocam para fora de seus sistemas de restrições, mas os atualizam internamente. Não percebemos movimentos, por exemplo, no discurso médico, ou no discurso político, ou no discurso jurídico, mas notamos mudanças no discurso ambiental e no discurso feminista. A maioria dos gêneros – em geral, os primários, como veremos adiante –, apresenta grande potencial de hibridização por causa destes deslocamentos externos ao sistema de restrições do gênero.

Verificamos alguma hibridização entre os gêneros produzidos pelos discursos feministas, já que estes também poderiam ser produzidos no âmbito dos discursos político (na plataforma de um partido político), médico (na saúde da mulher) e do trabalho (carta de

direitos trabalhistas), por exemplo. Estes deslocamentos, ou visitas de um ao sistema de restrições do outro, acontecem num espaço genérico que Maingueneau (2013) denominou como a terceira cena da enunciação: cenografia, que veremos ainda neste capítulo.

Quando falamos em curso disso ou curso daquilo, condicionamos o enunciado a um gênero que comporta as características instituídas da atividade, desde a previsão de um conteúdo didático até a avaliação final, passando pelas aulas em todos os seus formatos. Assim, se falo em Curso de Português, acredito que o conteúdo didático seja a Língua Portuguesa; que a metodologia seja a comandada pela concepção de linguagem e pedagógica adotadas; que as aulas aconteçam num ambiente comum, como uma sala de aula, presencial ou virtual (AVA30 ou outro pelo qual se opte); e que finalize com uma atividade avaliativa que conduzirá à certificação do aluno. Mas será que podemos dizer que um curso seja um gênero do discurso ou que seja um gênero de atividade?

### 3.3.1 Gêneros dos discurso

Os estudos dos gêneros no último século têm se amparado nas teorias de Mikhail Bakhtin sobre a noção. Mais do que as características formais que definem este ou aquele conjunto de textos, Bakhtin considera os processos envolvidos em sua produção e a relação entre a linguagem e as atividades humanas. Isso significa que nossa comunicação acontece sempre dentro de um ambiente de atuações, seja em casa, na escola, no trabalho, com amigos em um bar e assim por diante. Em cada situação, aportamos em um gênero discursivo, e cada situação infere especificidades em prol de um objetivo que se deseja alcançar na comunicação. Trata-se do modo como conectamos a linguagem com o cotidiano social e esta ação acontece por meio dos enunciados que, por sua vez são constituídos a partir de um tema, de um estilo e de uma organização composicional.

Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolavelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1997, p. 279)

O tema, ou conteúdo temático vai além do assunto específico abordado no texto e é

---

<sup>30</sup> Ambiente Virtual de Aprendizagem, que acontecem dentro de plataformas educacionais próprias, como a plataforma Moodle, entre outras.



bem mais amplo, por exemplo, no caso do tema educação, a partir dele o texto pode conter uma aula matemática ou de geografia; ser um texto sobre a educação inclusiva ou sobre o letramento, e assim por diante.

O estilo de que fala Bakhtin é o conjunto dos elementos linguísticos escolhidos e utilizados a partir do sistema de restrições do gênero, tais como o léxico e os modos frasais e gramaticais utilizados. Estes elementos vão definir, por exemplo, o grau de formalidade do texto. Vejamos o caso de um artigo acadêmico sobre educação inclusiva e de uma aula artes. Ambos têm por conteúdo temático a Educação, mas se afunilam no estilo de acordo com o objetivo desejado e a responsividade que se espera.

A construção organizacional se define como o modo de estruturação e suporte ao texto produzido. Por exemplo, aquilo que lhe credencia e que lhe assegura a compreensão. Relato uma passagem: rolando a tela numa rede social vi um anúncio compartilhado por um amigo, que pedia ajuda para localizar um homem que desaparecera no dia anterior. O texto dizia que “meu primo fulano desapareceu ontem próximo à rua tal, vestindo uma calça de veludo marrom e um casaco verde...”. Ora, estávamos em fevereiro no Rio de Janeiro. Imediatamente compreendi que aquele anúncio estava defasado e que o caso (espero eu que positivamente) já havia se resolvido. Em construção organizacional incluímos, ainda, o suporte dado ao texto. Muitas vezes usamos intencionalmente o suporte comumente usado em determinado gênero para compôr a estrutura de outro, almejando um objetivo. Este recurso é muito usado em publicidade. Ao discutirmos, mais adiante, a terceira cena da enunciação proposta por Maingueneau (2013), veremos algum exemplo.

O fator mais interessante da filosofia de Bakhtin sobre gênero do discurso é a proposição de que ele associa duas forças que se opõem: ele é ao mesmo tempo estável e instável. É isso o que ele indica ao enunciar “tipos relativamente estáveis”. Essa relatividade é que determina o movimento dos gêneros tanto dentro quanto fora de seus sistemas de restrições. Então, é estável exatamente porque segue suas regras, e é instável porque tem a prerrogativa de buscar em outros sistemas o que necessita para a interação desejada. Fiorin (2016) bem explica

O gênero une estabilidade e instabilidade, permanência e mudança. De um lado, reconhecem-se propriedades comuns em conjuntos de texto; de outro, essas propriedades alteram-se continuamente. Isso ocorre porque as atividades humanas, segundo o filósofo russo, não são totalmente determinadas nem aleatórias. Nelas estão presentes a recorrência e a contingência. A reiteração possibilita-nos entender as ações e, por conseguinte, agir; a instabilidade permite adaptar suas formas a novas circunstâncias. (FIORIN, 2016, p.76).

Se, por um lado, nos regemos languageiramente através dos gêneros do discurso, por

outro, são estes que ao serem renovados renovam também nossa forma de ver e de nos relacionarmos com o mundo. Veja o exemplo das novas mídias sociais e da enxurrada de gêneros que surgiram a partir dela e que, por sua vez, nos moldaram diferentemente ao lidarmos com ela. Hoje, mandamos e-mail e não mais carta ou telegrama, e mesmo assim, já há uma mudança de padrão indicando o e-mail apenas para situações mais formais de comunicação. Ninguém mais bate papo por e-mail.

Bakhtin deixa claro que os gêneros não se referem apenas à forma escrita da língua, mas também à oralidade, e divide os gêneros em dois tipos: o primário e o secundário. O tipo primário são os gêneros do cotidiano e, apesar de serem predominantemente orais, não são exclusivamente orais. Uma receita de bolo, por exemplo, estaria incluída neste tipo, assim como o e-mail do qual falamos acima. No tipo secundário estão incluídos os gêneros mais elaborados e complexos, os mais formais, como os das esferas jornalística, jurídica, política, religiosa, pedagógica etc. Em geral escritos, mas não apenas escritos, como, por exemplo, um sermão, uma missa, uma conferência etc. Os gêneros do segundo tipo podem absorver os do primeiro tipo, ainda levando-se em conta a relatividade da estabilidade e o cruzamento dos sistemas de restrições que os formaliza. Além disso, há gêneros mais flexíveis que outros, passíveis de hibridização. Todo esse movimento leva ao surgimento de novos gêneros e reenquadramento de outros.

Como pudemos ver até aqui não é difícil compreender um curso como um gênero de discurso, uma vez que produz enunciados envolvidos num sistema de restrições, conforme o que preconiza o grupo de utilização. Enquadrado numa temática educacional, entretanto, serve a várias esferas sociais, como por exemplo, um curso de capoeira é o ensino das técnicas da arte luta capoeira; um curso de teatro é o ensino das técnicas da encenação dramática; já os cursos ligados à música podem ser de harmonia, de instrumentos, de canto, de regência musical etc, mas sempre seguindo os mesmos padrões. Quando afirmamos que um curso é um gênero discursivo estamos dizendo que os enunciados produzidos nele, a partir dele e para ele são conduzidos por um sistema de restrições. Num curso de teoria musical dificilmente serão produzidos enunciados como: “o lateral direito segue pelo meio do campo até atingir a área do adversário, quando, então deve lançar a peleja para o centroavante”. Respondida a pergunta final da seção anterior e identificado o gênero “curso”, sigamos com o conceito de gêneros de atividades, proposto por Clot & Faïta (2000).

### 3.3.2 Gêneros de atividades

Os conceitos atribuídos por Bakhtin aos gêneros do discurso abriram um leque de possibilidades, que desencadeou diversos estudos que, por sua vez, avançaram a discussão, buscando ao mesmo tempo o aprofundamento do estudo e sua escrutinação.

Os gêneros de atividades instituem uma forma de pensar e fazer o trabalho, ocasionalmente estabilizada e adotada pelo coletivo de determinado meio profissional. Do mesmo modo como os gêneros dos discursos nos facilitam a comunicação acomodando os enunciados em conjuntos, também nas atividades profissionais temos alguns elencos, afinal “se fosse preciso criar, todas as vezes que agimos, cada uma de nossas atividades, o trabalho se tornaria impossível” (Clot & Faïta, 2000, p. 11). No âmbito das atividades profissionais, os gêneros otimizam o tempo necessário para a execução das tarefas, tornando-as menos cansativas e desgastantes e, ao mesmo tempo, aumentando sua eficiência e, principalmente, a eficácia no processo existente entre a tarefa prescrita e sua execução individual. Em outras palavras, são eles os intermediários sociais postos entre o trabalhador em atividade e aqueles que organizam e prescrevem o trabalho a ser realizado. Esta organização e prescrição acontecem, assim como nos gêneros discursivos, de acordo com um sistema de restrições, mas principalmente, de um sistema de recursos disponíveis para as ações.

Um gênero de atividades, porém, não é um grupo de regras externas ao trabalhador, pelo contrário, é um retorno das possibilidades apresentadas pelo próprio, afinal, se ele está em uma atividade é porque possui em si as capacidades de compreensão e de execução da tarefa. Essas capacidades são a base dos sistemas de coerções e de recursos de cada gênero.

Então, a “apropriação” do *gênero* pelo sujeito não é o fato de ele apropriar-se de uma determinada série de ações obrigatórias fixas. O *gênero* não é um conjunto de normas externas a ele e às quais deve se conformar. Há que se entender sua apropriação como o acesso a algo que poderíamos chamar de um “enquadramento” que permite ao sujeito dispor de esquemas operatórios e simbólicos já constituídos para constituir outros em situação. É o dado a se recriar na ação. Aquele que trabalha age a partir de um *gênero*, mas ele o ajusta e o aperfeiçoa. (RUELLAND-ROGER, 2013)

Esse vai e vem faz com que os gêneros de atividades estejam sempre inacabados, ou seja, semelhante aos dos discursos, em constante movimento. O trabalhador ao executar as atividades imprime estilo próprio, então, se por um lado, se amparam na justeza dos gêneros, por outro, é o próprio trabalhador que retorna a eles variantes estilísticas (CLOT; FAÏTA, 2000). Leve-se em conta que o sujeito trabalhador tem uma experiência de vida que é refletida em seu desempenho. Quando enunciamos, acontece algo semelhante, apesar de seguir um modelo genérico, há em cada enunciação uma ação individual ímpar. Como vemos, trata-se de

uma dinâmica importante que relaciona os gêneros e variantes estilísticas, que lhe garante vitalidade, inclusive no confronto entre as possíveis variantes.

Quando falo em vitalidade, refiro-me ao fato de que os gêneros de atividades profissionais são aplicados em situações reais passíveis de imprevistos a todo instante. Por isso, o gênero prescinde ter certa flexibilidade já que, a partir do que foi determinado por seu sistema de coerções, cada ação poderá ser executada de maneira única conforme a necessidade de determinado meio profissional, Veja o que dizem os teóricos:

...aqueles que agem devem poder jogar com o *gênero* ou, mais exatamente, conciliar habilmente as diferentes variantes que animam a vida do *gênero*. É aquele processo de metamorfose dos gêneros, promovidos à categoria de objetos da atividade, e que recebem novas atribuições e funções para agir, conservando a vitalidade e a plasticidade do gênero” (CLOT; FAÏTA, 2000, p. 15).

Não é incomum, entretanto, que um gênero de atividades se petrifique causando a mecanização das tarefas e eliminando as possibilidades variacionais, caracterizando-se por uma versão única e fazendo com que as ações individuais não se desenvolvam ou se precarizem, prejudicando o diálogo entre profissionais e o consequente fracasso da empreitada. Ora, se o mundo e a sociedade estão em constante mutações, assim também devem ser as ferramentas que utilizamos, qualquer petrificação acabará por se fossilizar, mas não antes de tentar debrear o processo.

Uma vez que ele só se realiza e se revela nas múltiplas variantes que se formam durante sua história, o gênero do meio profissional só conserva seu papel de recursos na atividade dos sujeitos quando permite as recriações estilísticas pelo funcionamento da dinâmica do gênero e de suas variantes. Isso ocorre com diálogos diversificados, informais ou formais, entre profissionais que podem chegar à validação coletiva de novas variantes estilísticas, melhor ajustadas às novas condições da ação. Senão, é grande o risco de que o gênero profissional se torne encapsulado, que o poder de agir, pessoal e coletivo se encontre apanhado numa espiral de subdesenvolvimento. (RUELLAND-ROGER, 2013)

Por outro lado, Clot & Faït (2000) falam também em genericidade, que seria a qualidade de um gênero, em diferentes graus, de se transformar e se reproduzir, desde, é claro, que tais mudanças sejam acordadas pelos participantes das ações, que promovem entre si uma troca de estilos e de variantes estilísticas. Para que isso aconteça, no entanto, é necessário que as condições de trabalho favoreçam essas trocas, necessárias ao desenvolvimento do gênero (RUELLAND-ROGER, 2013).

Enquadrando o curso em um gênero de atividades, eu diria que este é, apesar de uma possível petrificação dos gêneros que englobam as atividades em Educação, um dos que permitem uma maior gama de variações estilísticas. Como curso, por exemplo, entendemos

uma oficina de manipulação de bonecos para teatro ou uma disciplina acadêmica oferecida em um programa de pós-graduação. Entendemos, ainda, como um estabelecimento comercial onde acontecem atividades educacionais, como um curso de línguas ou um curso pré-vestibular/Enem. Para cada ação contida dentro do gênero de atividades profissionais curso, desdobramos uma série de outros com base na performance de seus sujeitos.

Já acolhimento como gênero de atividades é ainda mais flexível e pode ser associado a diversos outros, servindo ora como ferramenta de ação, ora como distinção genérica. No caso do projeto de extensão, o acolhimento é ferramenta de atração para o ensino da língua, ou seja, o refugiado aprende o português através e por causa do acolhimento recebido. Esse acolhimento inclui atividades pinçadas do sistema de restrições e recursos de um curso.

### 3.3.3 Cenários possíveis

Dominique Maingueneau (2016) empresta do teatro esta metáfora porque a palavra cena indica ao mesmo tempo a estabilidade e a instabilidade pertinente aos gêneros do discurso. Uma cena, por exemplo, é o que está em movimento: “ao longo da cena...”; ou o que se cria diante de uma necessidade: “a cena é de dar pena...”; ou, ainda, o que delimita um espaço de ação: “O rei entra em cena...” (MAINGUENEAU, 2013).

Um gênero do discurso mobiliza seus participantes por meio de um papel determinado, mas não em todas as suas determinações possíveis. Quando um policial verifica a identidade de alguém, intervém como agente da força pública, e não enquanto pai de família com três filhos, homem moreno, de bigodes, com um sotaque sulista ou carioca. Quanto ao indivíduo identificado, ele o é apenas quanto às oposições ter ou não ter documentos regularizados, ser ou não ser procurado pela justiça etc. Por outro lado, na conversa psicoterapêutica, as propriedades invocadas são completamente outras: ser homem ou mulher, angustiado ou instável, em conflito com os pais, infeliz no amor etc. (MAINGUENEAU, 2013, p.118)

A noção de rede de discursos é abordada por Maingueneau (2013) para melhor definir cena englobante. Numa cena englobante política, por exemplo, enquadram-se todos os gêneros ligados a ela, tais como os panfletos eleitorais, os discursos de posse, os estatutos partidários e assim por diante. Educação é uma cena englobante em que encontramos aulas, os PNEs<sup>31</sup>, as LDBs<sup>32</sup>, os materiais didáticos e uma série de outros gêneros que, por sua vez, ainda podem se subdividir, como mencionei acima, no caso de aula de teatro, aula de

---

<sup>31</sup> Plano Nacional de Educação

<sup>32</sup> Lei de Diretrizes e Bases

geografia e aula de capoeira cuja metodologia de ensino processará e produzirá enunciados bem distintos.

Este é o nível de maior estabilidade genérica, o que significa dizer que pouco se movimentam no interior de sua base de restrições e nada nos sistemas exteriores. O que pode acontecer, entretanto, é um determinado enunciado migrar de uma a outra cena englobante e, assim, promover algum movimento da estrutura de restrições. É o que explica Maingueneau:

A partir do momento em que um texto é conservado e reempregado em um novo contexto, ele pode decorrer de cenas englobantes diferentes daquela que foi sua enunciação original. O célebre discurso de Martin Luther King, “I have a dream”, decorre originalmente da cena política, mas pode ser republicado em uma antologia e grandes textos da história dos Estados Unidos, em um DVD que reúne discursos contra o racismo, em um manual de filosofia dirigido ao ensino médio etc. (MAINGUENEAU, 2013, p. 120)

Um mesmo texto pode, ainda, estar em duas cenas englobantes ao mesmo tempo. A oficina de roteiro para cinema ministrado pelo escritor colombiano e prêmio Nobel de Literatura, Gabriel García Márquez (El Gabo), em Cuba, em 2008, intitulado “Como contar um conto”, acabou sendo editado, passando a fazer parte também da cena englobante literária, além da cena englobante cinema e da cena englobante Educação/curso/oficinas. A publicação consta dos diálogos entre os participantes, sem nenhum texto/referência teóricos. Em relação a esta possibilidade de pertencimento a mais de uma cena englobante, Maingueneau (2013) alerta que ela gera uma dificuldade de encaixamento de um determinado texto em uma determinada cena englobante e que os critérios para estabelecer o pertencimento acabam sendo inscritos pelo pesquisador, “em função de seus objetivos” (p.120), mas não sem consequências, afinal, no caso do nosso exemplo, é bem diferente inserir a oficina prática de El Gabo numa cena englobante pedagógica e numa cena englobante literária.

O nosso caso aqui em estudo, o Curso de Português para Refugiados, usando da premissa dada ao pesquisador e sem medo das consequências, não pode ser incluído somente na cena englobante Educação porque, apesar de usarmos elementos do sistema de restrição curso, tais quais os que mencionei anteriormente, o trabalho que realizamos não se restringe a ensinar uma língua a estrangeiro. Incluímos no bojo do Projeto de Extensão com o qual lidamos, todo o aparato de pesquisa e atenção às identidades linguístico culturais que encontramos na sala de aula, e estas identidades estão abaladas por guerras, fome, miséria e medo da morte. São pessoas em fuga as que acolhemos, pessoas em degredo, não são simples alunos que, a exemplo do que se espera no gênero curso da cena englobante Educação, escolheram uma língua para estudar sem que isso implique perder sua identidade linguística, como acontece com os refugiados que são acolhidos pelo projeto. Por outro lado, os textos

acatados e produzidos poderiam ser enquadrados em outras cenas englobantes, como a política, refúgio, direitos humanos etc., lembrando que entre estes, há alguns “links naturais”: refúgio se liga a direitos humanos que, por sua vez, está ligado à política. Nosso trabalho requer pesquisa constante em todas estas áreas do conhecimento para que possamos produzir não apenas as ações diretas de acolhimento, mas todo o material didático e científico que permita minimizar as mazelas do refúgio no Rio de Janeiro.

A cena genérica é a que conhecemos propriamente como gênero, é a cena que dá forma e que ampara os enunciados. Esta cena se apresenta no suporte físico ou no suporte formal e ela serve à cena englobante, amparando seus enunciados. Vejamos como exemplo o gênero curso, que pode estar amparando textos de várias cenas englobantes, como, por exemplo, um curso de oratória política, um curso de dramaturgia, um curso de teologia, enfim, iríamos até o fim desta tese e não listaríamos nem um décimo das possibilidades. Cada uma destas atividades genéricas será produzida e produzirá enunciados de sua cena englobante, ainda que a cena genérica seja a mesma.

Essas duas cenas definem conjuntamente o que poderia ser chamado de quadro cênico do texto. É ele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso. (MAINGUENEAU, 2013, p. 97)

Desta maneira, se enunciamos (e anunciamos) Curso de Português para Refugiados, amparamos a cena englobante Educação na cena genérica curso, num quadro cênico diferente do que realmente estamos fazendo: um acolhimento linguístico.

A cenografia é a metáfora mais produtiva e representa o avanço de Maingueneau na teoria dos gêneros dos discursos, até então endurecida pelos modelos retóricos. Não se trata verdadeiramente de uma terceira cena, mas de uma relação entre sistemas de restrições. No teatro, a cenografia é o conjunto de elementos cênicos que determinam o espaço de uma ação, é neste espaço que o cenário é montado em função da circulação dos atores que atuarão na cena. Como se pode ver, cenografia não é sinônimo de cenário, mas um espaço onde este se acomoda em função de um objetivo. Esclarecido este ponto, penso que se um gênero se apresenta de acordo com seu sistema de coerções, é este sistema que fará com que ele seja compreendido como tal, mas este sistema pode se permitir oscilações de acordo com o objetivo da comunicação, e essas oscilações acontecem de forma cenográfica. Uma carta contém elementos específicos que, a princípio, não encontraremos num memorando empresarial, por exemplo. Digo e enfatizo “a princípio” exatamente porque os sistemas de restrições genéricas de uma carta e de um memorando podem se emaranhar, por exemplo, se

utilizarmos a linguagem formal e o formato diagramático de um memorando, inserindo nele o conteúdo de uma carta trocada entre um casal que queria enfatizar seu rompimento. Então, o discurso romântico é a cena englobante, a carta de rompimento é a cena genérica e o memorando, a cenografia. Para melhor explicar o conceito de cenografia, o analista traz outro exemplo de investimento cenográfico:

Um romance, por exemplo, pode ser enunciado por meio de uma *cenografia*<sup>33</sup> do diário íntimo, do relato de viagem, de uma conversa ao pé do fogo, de uma correspondência amorosa... A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão de destinatários instaurando a cenografia que o legitima. Esta é imposta logo de início, mas deve ser legitimada por meio da própria enunciação. Não é simplesmente um cenário; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que esta cenografia da qual a fala vem é precisamente *a*<sup>34</sup> cenografia requerida para enunciar como convém num ou noutro gênero do discurso. (MAINGUENEAU, 2015, p.123)

Em alguns momentos, Maingueneau chama, compreensivelmente, de cilada (2013, p.97), baseado, principalmente, na utilização de cenografias nas cenas genéricas menos estáveis, supondo, inclusive, que determinados sistemas de coerções genéricos não admitem o investimento em cenografia. Rocha (2013), porém, discute esta suposição, propondo que mesmo os gêneros do discurso mais estáveis, como uma receita médica, por exemplo, podem investir numa cenografia:

As fronteiras entre gêneros são tênues, sendo, por isso, previsível que um dado texto se apresente em maior ou menor grau de conformidade com aquilo que consideramos como um protótipo de um certo gênero. Assim sendo, investir em um gênero (isto é, investir em uma forma mais estabilizada) é necessariamente investir em forças em oposição (ou seja, investir em cenografias). Tal embate de forças / formas pode ter graus de visibilidade variados: pode haver uma maior ou menor exibição da presença desse elemento de alteridade que vem ressignificar as formas mais estáveis. Nos casos de menor visibilidade dessas forças desestabilizantes, a impressão é a de que o gênero se apresenta em estado “puro”, desprovido de qualquer cenografia. (ROCHA, 2013, p. 144)

Em seu livro "Discurso e Análise do Discurso" (2015), Maingueneau revê seu posicionamento sobre a mesma questão apontando, assim como ROCHA (2013), que não há gêneros sem cenografia. Gêneros são territórios em movimento, como ilhas flutuantes num mar de enunciados. Para que ocorra a enunciação, o enunciado acomoda-se a um gênero, aporta em uma ilha (ou em mai de uma, dependendo do objetivo da enunciação). Em outras palavras, um enunciado só adquire sentido na enunciação, associado a um gênero discursivo.

---

<sup>33</sup> Grifo do autor

<sup>34</sup> idem



Veja o exemplo:

**Deixar de molho.**

Situação 1: colocar o arroz numa vasilha com água; deixar de molho; escorrer após 20 minutos [...]. Gênero: receita culinária;

Situação 2: - Desta vez você não vai me deixar de molho. Gênero: conversa.

Ainda que o enunciado “deixar de molho” seja o mesmo, na enunciação ele ganha sentido e (e porque) associa-se a este ou àquele gênero. É o caso da palavra “sozinha” que vimos no relato de R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>. Por isso concordo que mesmo aquela cena genérica cujo sistema de restrições se mostra mais rígido, opera em cenografia, conforme seus objetivos e é esse quadro que se organiza numa formação cenográfica que permite essa movimentação, responsável, muitas vezes, pelo deslocamento de uma cena genérica dentro de seu globo ou externo a ele.

Se por um lado, verificamos um curso como um gênero de atividades e um gênero discursivo, por outro, ao avançar sobre seu sistema de restrições e dele recolher alguns recursos utilizáveis no nosso trabalho de acolhimento linguístico, estamos arrastando-o para uma cenografia necessária. Em outras palavras, usamos o gênero curso (ou alguns de seus elementos) como cenografia para a ambientação em língua portuguesa que promovemos junto aos refugiados.

A reflexão sobre os gêneros do discurso, gêneros de atividades profissionais e as cenas da enunciação me ampara na análise dos enunciados:

- (i) Curso de Português para Refugiados e
- (ii) Acolhimento Linguístico a pessoas em situação de refúgio.

A cena englobante que verificamos em (i) é o discurso pedagógico que se movimenta a partir de cenas genéricas que vão desde as aulas e suas cenografias até as leis que regem a Educação. Já o acolhimento linguístico atribuímos aos Direitos Humanos que, por sua vez produz discursos usados pela cena englobante Educação, mas também ligados a outras, como vimos anteriormente, entre os quais se encaixam os que se inserem no direito dos cidadãos à educação. A palavra “curso” está relacionada no sistema de coerções de (i) e traz em si o imediato reconhecimento e direcionamento do sentido ao que se compreende como ferramenta educacional de prazo determinado em que se ensina uma disciplina e cujo aprendizado é avaliado ao final do período instituído. Detalhe importante em relação ao verbo que se associa ao nome é que em (i) ele reflete uma ação do sujeito sobre si mesmo: eu curso matemática; enquanto que em (ii) é uma ação sobre o outro, necessariamente entre dois sujeitos: eu acolho você. Esta relação explica com clareza que as pessoas atendidas pelo

Programa não são alunos que estão cursando uma disciplina, mas pessoas que estão sendo acolhidas. Elas não vão a um curso, elas são trazidas pela Cáritas e linguisticamente acolhidas pela e na Uerj. Além de serem gêneros discursivos diferentes, curso de português para refugiado e acolhimento linguístico ao refugiado são gêneros de atividades distintos.

Os refugiados atendidos no programa são encaminhados para o acolhimento linguístico e recebem uma ajuda de custo para a passagem. Este amparo financeiro, muitas vezes, é o que os traz à Uerj, mas não garante que venham a todos os encontros. Alguns vêm uma ou duas vezes, outros até conseguir um trabalho e outros optam por seguir para outro país. O tempo médio de permanência nos grupos é de um a dois meses, tempo no qual os monitores, os professores e os pesquisadores, através de materiais e ações diversas conduzem o trabalho de pesquisa de acolhimento linguístico. Essa efemeridade desabilita atribuir ao gênero curso o nosso trabalho de acolhimento linguístico.

Por outro lado, analisando a palavra “português” ou o termo “curso de português” esbarramos no fato de que ensinamos não a Língua Portuguesa que se aprenderia nos modelos formais de ensino a estrangeiros, mas uma adequação à imediata necessidade de comunicação dos refugiados atendidos, levando em conta a transitoriedade das participações, a variedade de identidades nacionais, as diversas línguas e variantes faladas, o nível de letramento etc. Não podemos arcar com o peso que o termo “curso de português” carrega, este sim retido no sistema de restrições da cena englobante Discursos da Educação.

Ainda sobre (i), a afirmativa de que se refere a português para refugiados nos faz acreditar que exista português para outras entidades. Falamos Português na maioria dos continentes do mundo, sendo o Brasil, o país que tendo a maior população tem também o maior número de falantes do idioma. O que fazemos no acolhimento não é ensinar o Português, mas acolher pessoas em situação de refúgio e auxiliá-las em sua comunicação imediata com o povo brasileiro de forma a garantir sua sobrevivência preservando sua identidade. Eu diria que promovemos uma ação de sobrevivência linguística a partir de cenografias com as cenas genéricas produzidas pela cena englobante Educação. Essa ação acontece na forma de encontros em salas de aulas da Universidade, conduzidas por monitores voluntários e atividades didáticas produzidas por professores e cientistas multidisciplinares, além de eventos, circulação e passeios pela cidade do Rio de Janeiro.

Ratifico que nenhuma das ações que executamos requer algum contato prévio com a Língua Portuguesa, nem prevê qualquer cobrança de frequência ou avaliações. Tampouco certifica. Não é essa a nossa intenção, nem nosso objetivo. Trata-se de um espaço de livre acesso que aborda a linguagem que será utilizada imediatamente pelas pessoas em situação de refúgio, sem um aprendizado formal da língua Como eu disse, usamos elementos do sistema de recursos do gênero de atividade curso e elementos do sistema de restrições do gênero discursivo curso, mas não nos enquadrados nele, pelo contrário, usamos estes elementos de forma cenográfica para amparar a parte do nosso acolhimento que reúne refugiados em uma

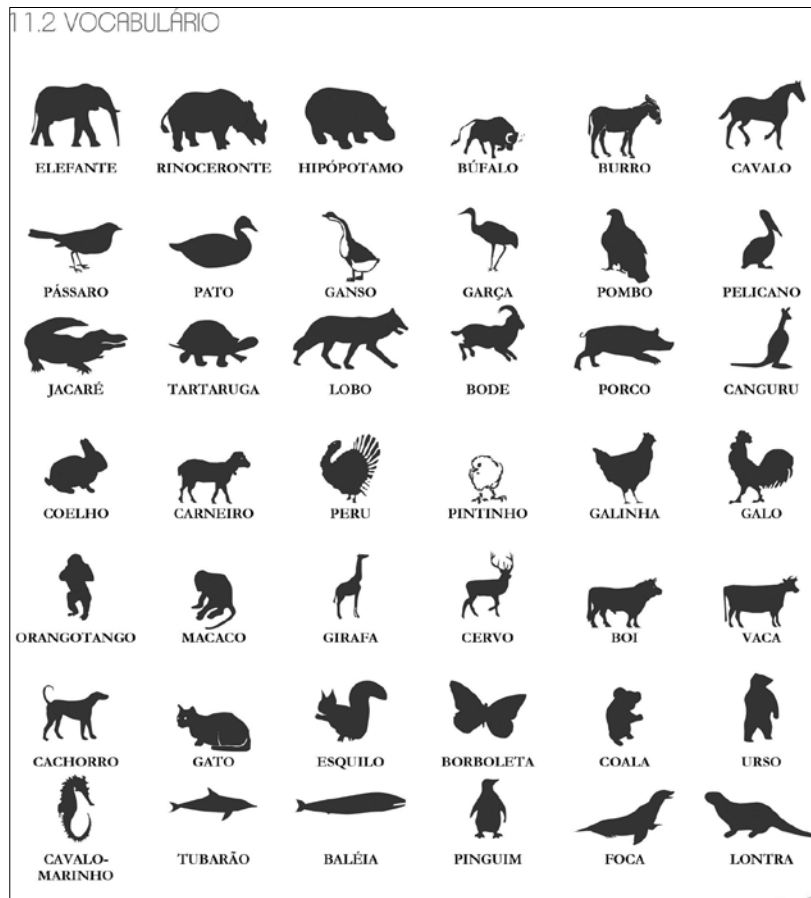
sala de aula para atividades didáticas estudadas e cuidadosamente produzidas especificamente para eles em seu momento atual.

#### 4 QUE PAÍS É ESSE?

Neste capítulo apresento mais algum aparato teórico importante para o prosseguimento deste estudo. Ao mesmo tempo, como previsto, exponho análises de enunciados de alguns dos materiais que examinamos. Dessa forma, veremos algo sobre os novos modos de compreensão da cultura, discutindo culturalidades, multiculturalidades e transculturalidades (RATHJE, 2011). Com Stuart Hall (2016) abordaremos as representações e estereótipos, verificando a presença desses elementos nos materiais analisados. Eric Landowvick (2012) ampara nossa compreensão acerca dos processos de assimilação e integração, enquanto trazemos Deleuze & Guattari e Tomas Tadeu da Silva para a discussão, associando os conceitos de territorialidade e identidade. Aqui analisamos as atividades: “Carioquices”, que aborda alguns hábitos dos moradores do Rio de Janeiro; “Feijão nosso de cada dia” (ou simplesmente “Feijões”), em que associamos a escolha do tipo de feijão à região do Brasil onde ele é preferencialmente consumido; e a atividade que nomeamos “Regiões do Brasil”, que traz um pouco mais da cultura brasileira. Ainda neste capítulo, fazemos um comparativo das capas que formulamos até chegarmos à que foi finalmente escolhida e impressa. Analisamos também a capa do compêndio “Pode Entrar” e a capa da edição 124 da revista História, extinta publicação da Fundação Biblioteca Nacional, que ilustra, com uma obra de Portinari, da série “Retirantes”, uma matéria sobre os refugiados no Brasil e no mundo. Aproveitamos essa associação entre nossos conhecidos retirantes e os refugiados para discutir esta relação.

Como o leitor verificará nas atas, em anexo, eu me ofereci para fazer não apenas a editoração eletrônica dos materiais, mas a edição do (ainda) livro que produziríamos. Isto porque minha prática como editora literária não apenas facilitaria nosso processo gráfico, mas me inseriria ainda mais profundamente na pesquisa que pretendi. Quanto ao tema escolhido para o que seria a nossa primeira unidade, “Que país é esse?”, foram inúmeras as possibilidades de abordagens. Achei que seria interessante produzirmos uma unidade sobre a música brasileira, já que foi tão bem aceita no encontro de boas vindas, mas desistimos tendo em vista que usaríamos músicas em várias atividades. Buscando inspiração em diversas fontes, observei que na cartilha “Pode Entrar” há um capítulo destinado à história do Brasil. A atividade inicia com um diálogo de boas vindas a um migrante senegalês em que o anfitrião informa que “hoje a nossa aula será sobre **a fauna brasileira**, você poderá **conhecer mais sobre o Brasil...**”. A frase é seguida pelo seguinte vocabulário:

Figura 4 – Pode Entrar, capítulo 11



Fonte: Cartilha Pode Entrar, capítulo 11, p. 89, em anexo.

Observe que a lista começa com elefante, rinoceronte e hipopótamo que, no Brasil, são encontrados apenas enjaulados nos zoológicos. Outros animais como orangotango, girafa, cervo, coala e urso também só habitam o imaginário ou os zoológicos brasileiros, nem de longe representando a nossa fauna, ao passo que o tamanduá e o tamanduá bandeira, a gralha azul, o assum preto, a onça, o boto rosa entre tantos outros animais do Brasil não são listados. Além do mais, são apenas imagens estampadas sem nenhum contexto ou reflexão acerca dos direitos e da extinção dos bichos, nem da relação das pessoas com eles, como, por exemplo, a relação dos refugiados com os animais queridos deixados em seus países.

Seguindo o capítulo, nada mais há sobre a “fauna brasileira”, mas seguem duas páginas inteiras de texto, com parágrafos divididos da seguinte forma: Brasil Colônia; Brasil Império; e Brasil República, esta dividida em República Velha, Era Vargas, República Populista e Regime Militar. Todas as fases datadas e expostas superficialmente, finalizando com um questionário de cinco perguntas sobre as informações contidas no texto. A primeira pergunta: “Por que os portugueses iniciaram a colonização do Brasil a partir de 1530?”. Como resposta, espera-se, certamente, que o refugiado copie as terceira e quarta linhas do texto que dizem: “a partir de 1530, diante da ameaça da tomada do território por outros povos europeus,

iniciaram a colonização” (p. 90). A nossa história, contada desta maneira, interessa menos aos brasileiros e refugiados do que a deles própria, e esta é a que deve nos interessar neste momento de acolhimento. A quem interessa saber o motivo da nossa colonização – que afinal, em se tratando de africanos e latino-americanos são bem semelhantes? O que está sendo contado ali não é a história do Brasil, mas a história de uma conquista portuguesa, de uma posse dos portugueses, de uma colônia, como foram colônias outros países cujos cidadãos acolhemos hoje como refugiados. A história do Brasil é a história dos brasileiros, desde os índios que perderam suas vidas, suas terras, suas línguas e suas culturas até a dos negros, mamelucos, cafuzos, caboclos e mulatos, que vivem nas comunidades urbanas (favelas), nas vilas ribeirinhas, na caatinga, no cerrado, nos pampas e nos pântanos. Essa história, se contada, nossos acolhidos vão certamente reconhecer e compreender.

Virando mais uma página da cartilha “Pode Entrar”, duas outras questões me incomodaram. A primeira é mais uma lista, desta vez de ditados populares no Brasil, sem que haja um contexto que os situem ou uma discussão acerca da produção de sentidos possíveis. A outra questão, sobre a qual também discutiremos em outro capítulo, é a forma de aplicação das conjugações verbais e pessoas do discurso.

A unidade “Que país é esse?” foi a primeira que instituímos por ser a base do acolhimento, e quem sabe, uma alusão àqueles refugiados que chegaram ao Brasil no porão de um navio sem sequer saber onde estavam. Mas fizemos um levantamento dos temas que abordaríamos e que encabeçariam as unidades. Por fim, fechamos em cinco unidades temáticas: Brasil (Que país é esse?) e dinheiro e compras; transportes; saúde e trabalho, ainda sem nomes. Cada uma das unidades seria composta inicialmente por cinco atividades, as quais pensamos em dividir por graus de dificuldades, mas depois resolvemos deixar essa divisão para uma segunda etapa. Teríamos, então, que compôr 25 atividades, cada uma com 3 a 4 páginas, o que nos daria um livro de cerca de cem páginas. Este é um novelo que ainda não desalinhamos por completo, mas abandonamos a ideia das unidades em função de uma maior liberdade interdisciplinar, se deixássemos em aberto os temas, afinal, eles se enroscam: o trabalho está ligado ao dinheiro, que está ligado ao transporte, que, por sua vez, está ligado ao acesso a várias outras situações. Decidimos pela desterritorialização dos temas a serem abordados. Neste sentido, a unidade “Que país é esse?” acabou se desdobrando em três atividades que já produzimos: “Carioquices”, “O feijão nosso de cada dia” e “Regiões do Brasil”, mas em todas as dez atividades produzidas até o final desta tese, há um pouco da nossa realidade.

## 4.1 Carioquices

Começamos por analisar a atividade Carioquices, que iniciamos com a apresentação desta música de Adriana Calcanhoto.

Figura 5 – Entre nós, atividade “Carioquices” (1)

**A – Trocando ideias**

Você conhece a música “Cariocas”, de Adriana Calcanhoto? Vamos ouvi-la agora?

Cariocas são bonitos	Cariocas nascem bambas
Cariocas são bacanas	Cariocas nascem craques
Cariocas são sacanas	Cariocas têm sotaque
Cariocas são dourados	Cariocas são alegres
Cariocas são modernos	Cariocas são atentos
Cariocas são espertos	Cariocas são tão sexys
Cariocas são diretos	Cariocas são tão claros
Cariocas não gostam de dias nublados	Cariocas não gostam de sinal fechado



Fonte: Entre nós, atividade "Carioquices", em anexo.

Nos nossos encontros de supervisão, para estudos ou para elaboração de materiais, sempre levantamos questões relacionadas aos cuidados que deveríamos ter com os estereótipos impróprios, que podem gerar a imagem deturpada de um indivíduo, de uma cultura, de uma língua etc. poderia por a perder nossos princípios de respeito e integração. Nesta atividade, utilizamos uma música da compositora e cantora Adriana Calcanhoto, “Cariocas”:

A música foi debatida em sala com os acolhidos a partir das questões formuladas para que fossem respondidas por escrito ou oralmente:

Figura 6 – Entre nós, atividade “Carioquices” (2)

<p>1. Na música, os cariocas são apresentados com diferentes características. Com base em sua experiência, elas são adequadas para retratar os cariocas? Por quê?</p> <hr/> <hr/>
<p>2. A palavra “sacana” pode significar algo positivo, mas também algo pejorativo. Você conhece os dois sentidos dessa palavra? Quais são eles?</p> <hr/> <hr/>
<p>3. Observe o seguinte trecho da música:</p> <p style="text-align: center;">Cariocas nascem <u>bambas</u> / Cariocas nascem <u>craques</u></p> <p>As palavras sublinhadas são empréstimos de línguas diferentes: “bamba” é uma palavra do quimbundo, uma das línguas bantas mais faladas em Angola; “craque” é um empréstimo do inglês. Porém, podemos considerá-las sinônimos. Você sabe o que elas significam?</p> <hr/> <hr/>
<p>4. Você poderia encontrar no texto outro empréstimo feito à língua inglesa?</p> <hr/> <hr/>

Fonte: Entre nós, atividade "Carioquices", em anexo.

Na primeira questão, a frase “cariocas são apresentados com diferentes características” abre espaço para que os participantes expressem opiniões não apenas sobre os que nasceram no Rio de Janeiro, mas sobre outros povos, inclusive de seus países de origem. Durante toda a atividade, vamos integrando nossa cultura com o que podem nos retornar os acolhidos, para atender ao que nos sugeriu R<sup>a</sup>GA<sub>1</sub>: “*estamos num país diferente, **que nos estranha e nós também estranhamos**, porque temos línguas diferentes e **costumes diferentes**. Mas com o tempo, pouco a pouco a gente está integrando e **espero a compreensão de vocês para aprenderem sobre a nossa cultura, saberem um pouco da gente.**” Na próxima seção vamos discutir esses estranhamentos, bem como a noção de costumes e de culturas.*

#### 4.1.1 Culturas e representações

Poucas palavras têm tantos significados como cultura. Aliás, nem tantos sentidos quanto desdobramentos. Desde que surgiu na boca dos romanos, que a diziam *colere* para se referirem a cultivar, que o sentido tem sido ampliado. O dos romanos continua valendo, afinal, temos, por exemplo, a cultura da mandioca em seu sentido literal: o cultivo da mandioca. Entretanto, num salto polissêmico, temos também a cultura de um povo como sendo a sua



identidade: um povo sem cultura é um povo sem identidade. Ou, ainda, dizer que alguém não tem cultura pode significar que estamos qualificando a pessoa como mal-educada ou, pejorativamente, como ignorante. Para mim, no entanto, cultura tem o sentido de transculturalidade (WELSCH, 1999). Antes de chegarmos a este nosso conceito, vamos ver rapidamente as definições tradicionalistas propostas pela sociologia e pela antropologia que, como veremos um pouco mais à frente, são metaforicamente denominadas “ilhas isoladas” (WELSCH, 1999; RATHJE, 2011). Assim, cultura é vista como erudição, comportamento, manifestação artística, coletividade e identidade, não finalizando nestas as atribuições do termo.

Como erudição, este pensamento associa cultura à qualidade de quem possui conhecimento e refinamento social. Em outras palavras, cultura seria o adjetivo atribuído ao sujeito culto. Ele é culto porque tem cultura e cultura é a soma de conhecimento e refinamento adquiridos. Cultura como comportamento se refere aos hábitos e aos costumes de um povo, associados ao “todo comportamental, incluindo o emocional e o intelectual de um povo, ou, em menor escala, de uma coletividade” (GOMES, 2016, p. 34). Como manifestação artística, esta concepção dita que cultura é o conjunto das manifestações artísticas de um povo, que inclui as artes, o artesanato e o folclore, tradicional, popular e erudito. Já na concepção antropológica, o conceito se baseia, segundo GOMES (2016, p. 36), no “modo próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente e em parte inconsciente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se e reproduzir-se.” Esse “modo próprio e ser”, compreendido como uma condição natural do ser humano, é polemizado por Bauman (2005) ao lembrar que:

(...) a palavra “cultura” entrou em nosso vocabulário dois séculos atrás como portadora de um significado totalmente oposto: como antônimo de “natureza”, denotando características humanas que, em clara oposição aos obstinados fatos da natureza, são produtos, resíduos ou efeitos colaterais das *escolhas dos seres humanos*. Feitas pelo homem, teoricamente podem ser por ele desfeitas<sup>35</sup>. (BAUMAN, 2005, p. 67)

Cultura como identidade é uma posição mais complexa, em que ela é o que assemelha pares e autoriza a convivência entre eles, já que lhes imprime uma “identidade” comum, que paira acima das diferenças, tais como a classe social, a religião etc. Esta “identidade” é um conjunto simbólico que, se por um lado, permite a identificação de um coletivo, por outro, pode inferir em estereótipos impróprios do tipo “brasileiras andam nuas”, “Ingleses são pontuais” etc. Neste caso, cultura é também algo que nos é atribuído pelo outro e que se

---

<sup>35</sup> Grifos do autor.

caracteriza pela diferença, como quando dizemos: “roupas coloridas fazem parte da cultura congolês”. Então, quando vemos alguém com roupas muito coloridas, a identificamos: lá vai um congolês.

Por outro lado, Guattari & Rolnik (1996) defende que cultura é um conceito reacionário e que o termo é uma cilada. Entretanto, levando em conta que reacionário é o que estanca os processos revolucionários, a cultura tanto é reacionária quanto revolucionária. Tanto cria e avança quanto resguarda memórias. Quanto ao fato de ser o termo uma cilada, os filósofos referem-se ao que já tratamos aqui quanto aos diversos usos do termo. Para eles, a cultura é forma de sujeitar a subjetividade, mas a discussão que propõem é a de cultura de massa enquanto dispositivo capitalístico de produção de singularidades.

Ao largo das classificações que utilizei anteriormente, Guattari aponta para uma divisão tripartite da cultura: o nível A, cultura-valor, que engloba as situações em que a cultura se torna valorativa a características pessoais do indivíduo, ou aquele que citei como “cultura erudição”; no nível B, cultura-almas coletivas, estaria o conceito antropológico, associando à cultura dos povos e seus níveis territoriais. Esses dois primeiros níveis seriam apriorísticos, uma vez que os temos (ou adquirimos) subjetivamente. O terceiro nível, ou nível C é o da cultura-mercadoria, esta sim associada aos meios de produção cultural ou da chamada cultura de massa, “difundidos num mercado determinado de circulação monetária ou estatal. Difunde-se cultural como Cola-Cola, cigarros 'de quem sabe o que quer', carros ou qualquer coisas” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 17).

Nesta cultura que se produz, as mercadorias são bens móveis e imóveis (casas de cultura, museus, obras de arte etc.); bens humanos (artistas, profissionais e técnicos de cultura e de produção de cultura); bens filosóficos (conceitos, ideias, teorias); e bens semióticos (livros, filmes, quadros, músicas etc.). Esses mecanismos de produção de cultura acabam por produzir também indivíduos dentro de um padrão normativo, articulados entre si em relações de poder, através de sistemas hierárquicos, de valor e de submissão. Trata-se de uma produção de subjetividade social direcionada aos meios de produção e interesses capitalistas. A cultura, assim, seria, para Guattari & Rolnik (1996) uma grande fábrica dos nossos sonhos, de nossas paixões e de nossos desejos, mas em prol da manutenção de uma determinada função hegemônica em todos os níveis, ou seja, a cultura é uma força coletiva de controle social:

A cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder. (...) Não apenas poder sobre os objetos culturais ou sobre as possibilidades de manipulá-los e criar algo, mas também poder de atribuir a si os objetos culturais como signo distintivo na relação social com os outros. (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 20)

Essa relação social com outros e a autoatribuição de uma posição sujeito nos discursos da cultura são aquelas entradas em que o discurso na voz de uma determinada pessoa tem um peso e na voz de outra nenhum peso tem, como no caso em que um político inclui em seu discurso algum conteúdo que lhe crie um etos ao nível de cultura-valor, aquela em que dizemos que uma pessoa é culta ou inculta, se tem cultura ou se não tem.

A discussão de Guattari & Rolnik (1996) em torno do termo cultura está associada ao momento político que vivia o Brasil<sup>36</sup>, como bem colocam os autores, principalmente em relação ao então desejo de Luiz Ignácio Lula da Silva e seu Partido dos Trabalhadores de ascender à Presidência da República, o que aconteceu apenas em 2003. Para eles, a condição cultural atribuída ao ex-presidente na ocasião era apenas de nível B, ou seja, cultura-almas coletivas, que lhe atribui uma identidade por nascimento ou experiências de vida, tal como cultura de São Bernardo do Campo ou cultura proletária ou, ainda, cultura metalúrgica. O fato dele não estar enquadrado no nível A, cultura-valor, teria sido o motivo de a elite brasileira acreditar que nem ele nem o Partido dos Trabalhadores estariam aptos a presidir o Brasil, país de tantas e tão alargadas culturas.

Amparada pelos núcleos semânticos de Guattari e Rolnik (1996) ou pelos estudos antropológicos e sociais, o termo está na base de praticamente tudo o que se refere como identidade e ao que marca as diferenças.

#### 4.1.2 Representações e estereótipos

Os sentidos são adquiridos a partir de sistemas de representações (HALL, 2016), que são compostos por mapas conceituais e pela linguagem. Como já temos uma definição de linguagem, vamos nos ater a compreender o que são os mapas conceituais. Segundo Hall (2016), eles podem ser compreendidos como uma coleção organizada de conceitos, dispostos e classificados em relações complexas com outros. Por exemplo, podemos associar um pássaro e um avião, na medida que ambos voam, porém, diferenciamos-os quanto à sua origem: o pássaro foi “feito” pela natureza (ou por Deus, como queiram os leitores) e o avião, pelas mãos dos homens. Assim, os mapas conceituais compartilhados permitem que aqueles que os compartilham consigam obter um mesmo (ou quase) sentido de uma mesma

---

<sup>36</sup> 1982, ano em que Felix Guattari este no Brasil a convite de Sueli Rolnik. Guattari faleceu em 1992.

representação. Por outro lado – e é óbvio –, os que dominam mapas conceituais distintos, terão dificuldades de extraírem um mesmo sentido de uma determinada representação, ainda que dominem uma mesma linguagem.

Nosso mapa precisa ser traduzido em uma linguagem comum, para assim correlacionarmos nossos conceitos e ideias com certas palavras escritas, sons pronunciados ou imagens visuais. (HALL, 2016, p. 36-37)

A representação como a relação entre coisas, conceitos e signos que produzem sentido na linguagem (HALL, 2016, p. 38), já foi concebida como uma teoria reflexiva, em que o sentido era induzido pelo código; intencional, cujo sentido é definido pelo autor; e pela teoria construtivista, em que os sentidos são contextuais, ou seja, dependem de situações e elementos distintos de representação, e, principalmente, da troca comunicativa entre os interlocutores em seu sistema de representação. Observe que a vaca e o cachorro para nós brasileiros são dois animais, sendo que o primeiro, a vaca, é, para nós também um alimento, mas não comemos os cachorros, considerados por nós “o melhor amigo do homem”. Porém, em outros sistemas de representações, o que é um alimento para nós, não é representado da mesma forma. Em alguns países, como China, Indonésia e Coreia, o cachorro é um alimento apreciado, já a Índia não associa às possibilidades alimentares nem a vaca nem o cachorro.

Por outro lado, é possível compartilhar o mesmo mapa conceitual, mas não a mesma linguagem. Nesses casos, menos complexos do que aqueles em que conceitos diferem, basta uma tradução linguística para que os sentidos sejam postos em movimento.

Não há garantia alguma de que cada objeto em uma cultura terá sentido equivalente em outra, precisamente porque culturas diferem, às vezes radicalmente, umas das outras em seus códigos – a forma com que elas retalham, classificam e atribuem sentido ao mundo. Então, uma ideia importante sobre representação é a aceitação de um grau de *relativismo cultural* entre uma e outra cultura, certa falta de equivalência e a necessidade de *tradução* quando nos movemos de um universo mental para outro. (HALL, 2016, p. 108)<sup>37</sup>

O ponto principal seria compreender que os sentidos não são inerentes às coisas ou ao mundo e sim uma construção que levará em conta não apenas os interlocutores, mas os contextos e as práticas discursivas em que estão inseridos. Será necessário reprisar que o conceito de práticas discursivas se enlaça ao do próprio discurso, que compreendemos como um conjunto de enunciados que mais do que designar as coisas, é capaz de produzi-las. Os discursos, para o filósofo, só podem ser vistos como práticas circulares que formam sistematicamente os objetos de que falam. Portanto, os sentidos não são fixos.

---

<sup>37</sup> Grifos do autor

Retomemos a discussão sobre a formação de estereótipos. Vimos que a estereotipagem é uma tentativa de fixar significados, ou, em outras palavras, de ativar uma relação de poder, normalmente numa ação de autodefesa de um grupo em relação a outro. Rejeitamos o diferente, então, demarcamos nosso território apontando o estranho, mas sabemos que a diferença é essencial para os significados. O princípio básico de ser flamenguista é não ser botafoguense, nem vascaíno, nem fluminense etc; sou brasileiro porque não sou francês (este exemplo nem sempre é coerente, porque posso ter dupla nacionalidade). Linguisticamente, Saussure já alertava que o sentido de preto não está na negritude, mas na oposição com o branco, logo, para ele, o significado é relacional e a diferença entre os opostos é o que define, na verdade, os sentidos possíveis: homem/mulher; feio/bonito; dia/noite etc. Outro pertinente argumento “em favor” da diferença vem da concepção dialógica de Bakhtin (1999) para quem o significado é construído a partir do diálogo com o outro, ou seja, o significado é resultante da diferença entre os interlocutores. Na antropologia, também se ressalta a importância da diferença para a aquisição dos significados, como no exemplo da terra que no jardim é boa, mas no quarto de uma casa é matéria fora do lugar, é sujeira e, como tal, precisa ser varrida e posta para fora, no lixo. “As muitas culturas que se fecham para estrangeiros, intrusos, estranhos e os 'outros' fazem parte deste mesmo processo de purificação” (Kristeva, 1982, *apud* Hall, 2016).

A estereotipagem é uma prática representacional que reduz o objeto de sua representação – no caso as pessoas – a certas características que lhe são peculiares, tornando-as fixas e generalizadas. Um exemplo de estereótipo, além dos que já mencionei alguns parágrafos acima, são as representações raciais, como os traços físicos de algumas populações negras, como os lábios e narizes grossos e os cabelos. Da mesma forma, os olhos dos orientais, que são sempre representados da mesma forma, sejam eles japoneses, chineses, coreanos etc. Dessa maneira, a “estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a 'diferença’” (HALL, 2016, p. 191), e ao fixar a diferença, delimita e exclui o que está além deste limite.

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsides*), entre nós e eles. (...) A estereotipagem facilita a “vinculação”, os laços, de todos nós que somos “normais” em uma “comunidade imaginária”; e envia para o exílio simbólico todos Eles, os “Outros”, que são de alguma forma diferentes, “que estão fora dos limites”. (HALL, 2016, p.192)<sup>38</sup>

É fácil compreender porque a estereotipagem acontece mais onde há maior

---

<sup>38</sup> Aspas e grifos do autor.

desigualdade de poder e porque é chamada também de regime racializado de representação (HALL, 2016, p.216) Quando separamos “nós” do “outros” a coexistência deixa de ser pacífica, uma vez que a tendência é tentarmos aplicar as normas de nossa cultura ao outro, forçando-o à assimilação ou segregação (LANDOWSKI, 2012).

#### 4.1.3 Culturalidades

Em todos os conceitos que discutimos até aqui há uma abordagem comum, que delimita os campos culturais, homogeneizando seus núcleos e cimentando suas fronteiras. Isto significa dizer que são abordagens que asseguram a cultura como ilhas isoladas (WELSCH, 1999) ou culturas únicas. O problema desta abordagem é proporcional à importância de um novo padrão conceitual sustentável. Se por um lado, a visão de culturas únicas leva a sentimentos de pertencimento que induzem à exclusão de tudo o que a elas é estranho, por outro, uma nova concepção, em maior acordo com o mundo real em que vivemos, pode nos revelar um cenário diferente na relação entre culturas. Em vez de um mar cercando as ilhas, quem sabe pontes de que permitam o emaranhado e a produção de novos caminhos culturais, promovendo troca e interação, ao invés de separação; emaranhamento e misturas, ao invés de isolamento e conflito. Mas que concepção seria esta?

No caminho para responder a esta questão, nos deparamos, primeiramente, com os conceitos de intercultura e interculturalidade. Utilizando, ainda, a metáfora das ilhas em isolamento, a intercultura seria um espaço particionado de encontros, onde estas ilhas se colidem (RATHJE, 2011), como se houvesse dois diagramas com um espaço de intercessão entre eles. Esse espaço, onde supostamente as culturas deveriam se emaranhar, mantém cimentadas as fronteiras: minha ilha é esta aqui e a sua é essa aí; nem eu invado seu espaço, nem você invade o meu, no máximo nos relacionamos em espaços de interseção.

O paradigma da colisão intercultural com seus desafios de ignorância mútua, ameaça de identidade e o consenso limitado só tem valor na medida em que descreve a experiência intercultural como elemento comum de conflito, defesa e medo. Um exame mais atento das suas consequências revela, no entanto, que ele tende a agravar os problemas, sem fornecer um caminho para resolvê-los. (RATHJE, 2011, p. 111)

Retorno à discussão da importância de se avançar para um conceito de cultura não separatista, mas envolvente, não apenas por critérios epistemológicos, mas, principalmente,

porque os conceitos, por si só, acimentam modelos se não acompanharem a evolução humana. Revisamos há pouquíssimo tempo, por exemplo, o conceito de família – ainda que o nome continue o mesmo – que passou a designar diversas associações familiares, além do modelo clássico de um pai, uma mãe e filhos. Um olhar pela história da humanidade nos faz lembrar que as culturas são naturalmente entrelaçadas umas às outras. Quem somos nós se não uma mistura de vários outros? Vimos nos misturando desde os primórdios, tanto a nível macro – em relação aos grandes coletivos, tais como a nação, a profissão, a religião – quanto em micronível, que é o indivíduo, ou pseudoindivíduo, uma vez que “somos híbridos culturais” (WELSCH, 1999), moldados por interesses culturais, nos quais apoiamos supostas identidades.

Outro conceito no qual se tentou apoiar foi o de multiculturalidade, mas este não consegue ir muito além do anterior porque também nesta abordagem as culturas são vistas como ilhas distintas de fronteiras delimitadas: “a única diferença é que essas diferenças existem dentro de uma mesma comunidade” (WELSCH, 1999, p. 196). O que acontece com a multiculturalidade é que, segundo este conceito, há a convivência de múltiplas culturas em um mesmo espaço, mas ainda são distintas e delimitadas, o que, segundo Welsch (1999), levam à segregação e ao fundamentalismo cultural. Um exemplo de multiculturalismo são os ciganos, que apesar de conviverem com outras “tribos” estão (e são) isolados.

Portanto, compreendo que a metáfora das ilhas como descritivo das culturas, hoje, no século XXI, é ineficiente e, quiçá, perigosa. As culturas não têm essa forma isolada e homogeneizadas que os conceitos tradicionais postulam, pelo contrário, são híbridas, misturadas e permeáveis. Tal postulado pode acarretar em exclusão ou assimilação de uma cultura pela outra.

Saindo da esfera das ilhas em isolamento e avançando pela trilha conceitual, chegamos ao conceito de transculturalidade, proposto por Welsch (1999): “transculturalidade é, em primeiro lugar, uma consequência da diferenciação e complexidade internas das culturas modernas” (p.197) é compreender e aceitar que somos múltiplos no micronível e, conseqüentemente, no macro. Os movimentos migratórios, a velocidade na aquisição de informações via internet e meios de comunicação, assim como os transportes mais rápidos, nos obrigam a declinar da velha ideia de culturas internamente homogeneizadas e separadas por fronteiras concretadas. Uma mínima consequência desta visão separatista foi o recente movimento de não-apropriação cultural, que reprimia atitudes comuns, como uma mulher ocidental usar um lenço ou turbante do cabelo, hábito cultural acomodado em alguma ilha cultural isolada. No Rio e Janeiro, houve casos de agressão entre grupos que se sentiram usurpados, de um lado, de sua cultura, de outro do seu direito de expressão. Ou seja, conflito,

segregação e relação de poder numa pequena amostragem do que se poderia associar ao conceito de multiculturalidade. Para Welsch, este conceito, bem como os outros apresentados até aqui, não têm mais sentido, uma vez que

(...) para toda cultura, todas as demais se transformaram em culturas que descendem de outras ou em culturas satélites. Isso se aplica aos níveis populacional, informacional e comercial. Na maioria dos países ao redor do mundo, vivem membros de outros países; e, cada vez mais, os mesmos elementos estão se tornando legítimos pelo planeta, por mais exóticos que possam ter sido; finalmente, a tecnologia de comunicação global em rede torna todos os tipos de informação identicamente acessíveis a partir de qualquer ponto do espaço.. (WELSCH, 1999, p. 198)

Aquele espanto com o diferente, com o exótico, tende a desaparecer. Hoje, é possível acessar praticamente tudo em todos os lugares do mundo. Raras são as ilhas culturais isoladas: “a autenticidade virou folclore, é um simulacro simulado para o outro” (WELSCH, 1999, p. 198). Estamos rodeados de outras culturas; mais que isso, estamos naturalmente emaranhados em outros modos culturais em micro e macroníveis. Mesmo o que chamamos de cultura nacional, ou cívica, que supomos mais fechadas em suas fronteiras, parece ser historicamente mais um simulacro, já que a formação dos nacionais é fruto de outros, e por vezes variados, nacionais. Vejamos, por exemplo, o cidadão que possui três ou quatro nacionalidades, além de sua naturalidade. Um natural da China que tem passaporte alemão e francês, pode dizer que é francês ou alemão? E os apátridas, que, afinal de contas, nasceram em algum lugar, qual a sua cultura identitária civil? Ainda que se busque enfatizar e manter o isolamento de alguns modelos culturais, percebemos sua fragilidade pragmática. Aproximando-nos do que vivenciamos no Brasil em relação aos refugiados que recebemos, será que podemos distingui-los como diferentes de nós? Afinal, não somos também, historicamente, africanos, sul e latino-americanos, sírios etc? O brasileiro talvez seja um dos povos em que o sentido de transculturalidade seja mais bem alocado.

O que Welsch (1999) propõe ao esboçar o conceito de transculturalidade em detrimento de culturas únicas é a compreensão que, assim como a linguagem, as línguas e as demais relações humanas não estão fossilizadas, mas em devir. Cultura é processo, é culturalidade. Produzimos cultura a todo instante, em cada encontro com o outro e, principalmente, em cada contato com o diferente. Porém, para além do reenquadramento descritivo conceitual, o transculturalismo é um conceito operacional: “um fator ativo em nossa vida cultural” (p. 200). Quando se diz que cultura é uma ilha isolada que pertence a um grupo homogêneo, está-se dizendo que algo que lhe pertence deve ser protegido de um possível outro, o que gera, segundo Welsch (1999), coerções e exclusões. Por outro lado, se



recebemos a informação de que a cultura incorpora o estrangeiro e faz justiça aos componentes transculturais (WELSCH, 1999), talvez isso nos faça receber o outro não como um estrangeiro, mas como parte integrante da estrutura real de nossa produção cultural.

Este é, segundo Welsch, o principal objetivo de se propagar o transculturalismo: promover a integração num mundo globalizado, sem que haja nem assimilação entre culturas nem exclusão de uma por outra. Vê-se que há uma enorme responsabilidade ao se propagar um conceito desta natureza. A transculturalidade pretende “uma cultura e uma sociedade cujos feitos pragmáticos não existam na delimitação, mas na capacidade de se emaranhar” (p. 201). E se emaranhar não significa uniformizar, a exemplo do que pretende a globalização, mas produzir diversidades a partir dos encontros, estes sim, gerados a partir do mundo globalizado do século XXI.

As teias transculturais são, em suma, tecidas com fios diferentes e de maneira diferente. Portanto, no nível de transculturalidade, um alto grau de diversidade cultural resulta novamente – certamente não é menor do que o encontrado entre as culturas tradicionais. É que agora as diferenças não acontecem mais através de uma justaposição de culturas claramente delineadas (como em um mosaico), mas resultado entre redes transculturais, que têm algumas coisas em comum enquanto diferem em outras, mostrando sobreposições e distinções ao mesmo tempo. A mecânica da diferenciação tornou-se mais complexa – mas também se tornou genuinamente cultural pela primeira vez, não mais atendendo a estipulações geográficas ou nacionais, mas seguindo processos puramente culturais de intercâmbio. (WELSCH, 1999, p.202)

Essas redes transculturais nos remetem, ainda, ao conceito de rizoma, que vimos anteriormente neste trabalho. De seu emaranhado saem novos segmentos que se unem a outros que, por sua vez, abrem caminho para novas redes transculturais, de forma que é possível perceber a diversidade cultural, mas não será possível – como nunca foi – encontrar um autóctone neste rizoma.

A visão de cultura como transculturalidade, por fim, reduz a possibilidade de formação de estereótipos impróprios, ao mesmo tempo em que dilui a dicotomia assimilação/exclusão. Na aceitação do modelo transculturalista, refugiados não são invasores de fronteira, mas parte necessária do devir cultural que venham a integrar.

No retorno aos exercícios propostos na atividade “Carioquices”, ainda sugeridos pela música de Adriana Calcanhoto, perguntamos mais diretamente sobre estereótipos:

Figura 7 – Entre nós, atividade “Carioquices” (3)

Você conhece os estereótipos que caracterizam pessoas nascidas em outros estados do Brasil?	
Baianos fazem tudo devagar – Baianos são _____	
Paulistas gostam de trabalhar – Paulistas são _____	
Mineiros não se abrem para qualquer pessoa – Mineiros são _____	

Fonte: Entre nós, atividade "Carioquices", em anexo.

Neste exercício temos exemplos de estereótipos que podemos chamar de impróprios, ainda que eufêmico: o primeiro item assegura que “baianos fazem tudo devagar”, logo, “baianos são...”. O que conhecemos no estereótipo popularizado é que “baianos são preguiçosos”, o que seria impróprio afirmar, uma vez que é praticamente impossível que todos os baianos assim o fossem. Acredito que a intenção de apresentar o conceito e discuti-lo, polemizando junto aos refugiados, tenha sido o motivo incluir tais exemplos. Observe no segundo item: “paulistas gostam de trabalhar”, ainda que não haja uma impropriedade direta (afinal, gostar de trabalhar, para os padrões capitalistas, é uma boa qualidade, ao contrário de ser preguiçoso) apontar um é apontar o outro: se digo que alguém é bonito é porque o comparo com alguém que (no meu entendimento) não o seja. Se aponto que paulistas gostam de trabalhar e baianos são preguiçosos, crio duas ilhas de isolamento cultural. Por isso, finalizamos com um pequeno texto sobre os estereótipos alertando para as possibilidades de geração de preconceito e segregação provocados pelo mau uso deste elemento:

Figura 8 – Entre nós, atividade “Carioquices” (4)

<p>4. <b>Estereótipo</b> (ou clichê) é o conjunto de características presumidamente compartilhadas por pessoas, coisas ou categorias. Um estereótipo pode ter um sentido positivo, como, por exemplo, quando dizemos que o <b>Brasil é o país do futebol</b>. Porém, em geral, funciona como marca pejorativa e, por essa razão, é a base de funcionamento dos <b>preconceitos</b>. Você conhece outros estereótipos que funcionem como marcas positivas da coisa ou da pessoa à qual se referem? E estereótipos depreciativos?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
---

Fonte: Entre nós, atividade "Carioquices", em anexo.

## 4.2 O feijão nosso de cada dia

Este é o título de mais uma atividade, talvez a mais interessante pela gama de discussões que nos proporcionou. Nas reuniões que antecederam a finalização desta atividade, debates muito produtivos aconteceram e algumas novas linhas foram acionadas ao nosso novelo rizomático. Um delas a mudança do nome Curso de Português **para** Refugiados, como inicialmente, para simplesmente Projeto de Extensão Português **com** Refugiados. O motivo estava claro para nós, afinal somos um coletivo que inclui os refugiados, não fazemos para eles, mas com eles, não apenas nas observações em encontros com os facilitadores ou através dos depoimentos e participações nos eventos. Alguns passaram a frequentar as reuniões de elaboração de materiais, principalmente quando verificamos que, entre os refugiados do acolhimento, naquela ocasião, havia artistas plásticos que poderiam fazer as ilustrações dos materiais. A partir de então, R<sup>o</sup>CO<sub>1</sub> e R<sup>a</sup>CO<sub>1</sub> passaram a fazer os desenhos que indicávamos necessários para as atividades, e pelos quais recebiam um valor pelo trabalho. Os desenhos e ilustrações estavam em preto e branco e foram coloridas eletronicamente por mim. Em alguns casos, em que não foi possível utilizar ilustrações dos refugiados, usamos algumas de bancos de imagens gratuitas disponíveis na internet.

Ratificamos a necessidade de as atividades serem fechadas em si, para que possam ser concluídas em um ou dois encontros e para que não sejam subsecutivas, dando ao facilitador autonomia para identificar qual atividade deverá ser trabalhada em função de sua percepção e interação com os acolhidos. As atividades seriam padronizadas contando cada qual com três partes: (A) Trocando ideias, em que apresentaríamos o tema, sempre trazendo o refugiado para a interação; (B) Conhecendo mais, com algumas informações linguísticas necessárias para o entendimento e avanço na proficiência da comunicação; e (C) Vivendo melhor, que é um espaço para estimular a criatividade e para a troca de experiências.

Nesta reunião em que decidimos pelo tema dos feijões recebemos uma informação que ratificou mais ainda a urgência dos refugiados para que consigam se comunicar. TC<sup>a</sup>BR<sub>1</sub> nos trouxe o relato de que refugiados assaltados nas ruas do Rio – o que tem acontecido cada vez mais, principalmente com os recém-chegados – não conseguem preencher o boletim de ocorrência na delegacia. De três a cinco migrantes são assaltados por semana. Outro assunto abordado foi a falta de destaque na mídia sobre os africanos. Os sírios, por exemplo, têm “conseguido” mais reportagens sobre suas atividades<sup>39</sup>: a comida síria já é bem conhecida do carioca, que, por sua vez, não sabe o que é um Kitoor congolês, feito a base de camarões

---

<sup>39</sup> Referência ao ano de 2017.

secos e amendoim<sup>40</sup>. Uma das únicas reportagens que me lembro ter visto no jornal O Globo nos últimos dois anos sobre a comunidade congoleza no Rio de Janeiro dizia respeito ao fato de morarem entulhados em favelas de Brás de Pina, no subúrbio carioca<sup>41</sup>. Um trecho da reportagem, cujo título é “Congolezes no Rio: Entre a fome, o desemprego e o desejo de partir” (20/08/2017), diz:

O Rio é a capital do Congo no Brasil, como mostram dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Das 1.305 carteiras de trabalho já emitidas para congolezes no país, mais da metade (686) foi destinada aos “cariocas”. Aqui, eles se concentram no bairro de Brás de Pina, quase todos nas ruas estreitas da favela Cinco Bocas. A maioria nunca foi à praia. A comunidade se encontra nos cultos em lingala, da Assembleia de Deus Betesda Internacional, onde o pastor é conterrâneo.

Todos nós que estamos envolvidos neste trabalho de acolhimento linguístico sabemos de suas realidades, das dificuldades por que passam para sobreviverem, mas também conhecemos seus potenciais de trabalho, prejudicados pela falta de fluência na língua do Brasil. Essa dificuldade faz com que o migrante acredite que o melhor caminho para melhorar sua qualidade de vida é a assimilação.

#### 4.2.1 Integração e Assimilação

Eu poderia repetir o que venho estudando nos últimos anos, mas peço aos leitores que cheguem até aqui buscando conhecimento em Stuart Hall (2013, 2015), Tomaz Tadeu da Silva (2013), Zygmunt Bauman (2005), citados e estudados em SOARES (2014), entre outros, a partir dos quais sigo em frente buscando novas referências.

Uma dessas novas referências são os estudos de Eric Landowski (2012) sobre a produção das diferenças. Para o semiótico do discurso, o sujeito, que pode ser tanto individual quanto coletivo, é concebido como uma grandeza, e esta se define a partir de sua identidade, ou melhor, das diferenças que a compõem, afinal, é na presença de um Outro que ele se constitui. Para Landowski, porém, não basta que diferenças sejam reconhecidas:

Com efeito, o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a

<sup>40</sup> Ingredientes conhecidos dos brasileiros.

<sup>41</sup> <https://oglobo.globo.com/rio/congolezes-no-rio-entre-fome-desemprego-o-desejo-de-partir-21726113>

alteridade do outro atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele. Assim, quer a encaremos no plano da vivência individual ou (...) da consciência coletiva, a emergência do sentimento de “identidade” parece passar necessariamente pela intermediação de uma alteridade a ser construída. (LANDOWSKI, 2012, p. 4)

O Outro é estrangeiro em relação ao nós de referência. Diante desta estranheza, ou seja, desta diferença, há dois caminhos possíveis e contrários: conjunção (por assimilação) e a disjunção (por exclusão). A assimilação é a aceitação do outro desde que ele deixe de lado suas marcas de distinção e absorva a cultura de referência; a exclusão, por sua vez, é a impossibilidade de integração do outro no meio de nós.

Avançando um pouco mais nos conceitos de assimilação e exclusão, vamos exemplificar usando como base o caso dos refugiados em acolhimento linguístico no Rio de Janeiro. Uma preocupação que tenho é que o material que estamos produzindo não conduzam a assimilação dos dessemelhantes, ou seja, conhecemos seus motivos de estarem no Brasil e compreendemos que não seria esta a sua opção se seu país de origem estivesse em tempos de paz, logo, o material que se pretende produzir bem como a condução o Projeto Português com Refugiados devem levar em conta as suas próprias culturas, respeitando as diferenças entre eles e nós e entre eles enquanto grupos distintos: sírios, bolivianos, congolese, afegãos etc., mas entendendo que a transculturalidade nos liberta dos muros de fronteiras e nos une em nossas diferenças, fazendo-nos produtores transculturais.

Impôr nossa cultura através dos procedimentos pedagógicos e materiais didáticos é produzir uma assimilação forçada e não conscientemente desejada, ou seja, o aniquilamento das diferenças pelo desbaratamento cultural do outro. Lembremos o caso citado no depoimento de R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> em relação ao uso do biquíni, ou de R<sup>a</sup>GA<sub>1</sub> quando afirma que só quer se adequar às coisas boas dos brasileiros. Afinal, não precisamos nem queremos que estas pessoas, que estão hoje em situação de refúgio no Rio de Janeiro, assimilem a nossa brasilidade, nem que sejam nossos iguais. Queremos e podemos, isto sim, conviver e aprender com as diferenças existentes entre nós e nos emaranharmos na transculturalidade.

Já em relação à disjunção, o aniquilamento acontece diretamente, via exclusão, e se manifesta, como temos conhecimento, sempre de forma violenta. Entretanto, se por um lado, surgem na forma de grandes conflitos, tais como as guerras e as segregações raciais e culturais, por outro, observamos a exclusão também nos modos subjetivos, como, por exemplo, naquelas ideias continuamente difundidas nos meios sociais de que "asiáticos são sujos", "portugueses são menos inteligentes", “negros são fedorentos”, “mulheres dirigem

mal”, “muçulmanos são terroristas”, “gaúchos são machos, tchê (sqn<sup>42</sup>)” etc. Discursos como estes assumem e veiculam o preconceito, ao reforçarem estereótipos negativos ou impróprios.

Com base nesses dois critérios<sup>43</sup>, é, portanto, a partir de agora, uma nova configuração que se espera que se esboça, bem distinta daquela que nos serviu de referência inicial diferentemente do discurso de assimilação que se desenvolvia a partir de um desconhecimento, mas “pensado”, daquilo que fundamenta a alteridade do dessemelhante, o discurso de exclusão procede de um gesto explicitamente passional que tende a negação do Outro enquanto tal. E, uma vez acesa, sabe-se até que extremidades pode levar a fúria coletiva do ser Si. Se nada vier contê-la ou, com mais razão ainda, se a própria autoridade política transformá-la em princípio de sua ação, bastará então pouca coisa – não faltariam exemplos tanto hoje quanto ontem – para que a ideia de “solução final”<sup>44</sup>, sob uma forma ou outra, encontre de repente uma nova atualidade. (LANDOWSKI, 2002, p. 09)

Esse receio de uma nova “solução final” – termo com o qual os nazistas se referiam ao assassinato dos prisioneiros nos campos de concentração – é compartilhado por Agamben (2017) que indica a desnacionalização de povos como um passo para a constituição de novos “campos”. O termo é uma associação aos agrupamentos de pessoas de “vida nua”, ou seja, sem os formalismos e direitos que imprimem cidadania e lhes atribuem direitos e, principalmente, o direito de ter direitos (ARENDETT, 1994). Num seguimento temerário acerca do termo “campo” teremos os campos de refugiados, os campos de concentração e os campos de extermínio. Observe que um “campo” pode tomar o lugar do outro, assim, um campo de refugiados pode se transformar num campo de concentração e este num campo de extermínio. Nesse sentido, podemos entender que as favelas – ou comunidades, como chamamos agora – sejam campos. Agamben (2017) também alerta que um “campo” pode não estar definido como espaço físico, mas uma espécie de campo ideológico, móvel, ou o que ele sugere como “local sem ordenamento”: “o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a se tornar regra” (p. 42). O “campo” também é descrito pelo filósofo como uma matriz oculta, um modelo, um dispositivo do estado de exceção, em que o ordenamento sofre uma suspensão temporária. O que vemos hoje com a extensa movimentação de refugiados é o declínio do Estado-Nação em função da permanência do estado de exceção. Então, um barco que atravessa o Mar Mediterrâneo com centenas de pessoas em fuga da África para a Europa, é um campo de refugiados (ou de extermínio?), bem como as fileiras moventes de rohingya perseguidos em Mianmar, desde 2017.

---

<sup>42</sup> Refere-se à expressão de internet “só que não”.

<sup>43</sup> O autor refere-se à conjunção e à disjunção

<sup>44</sup> Grifo do autor, que se refere ao genocídio de minorias, incluindo cinco milhões de judeus durante a segunda guerra mundial, evento conhecido como holocausto.

Se isso é verdade, se a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na consequente criação de um espaço para a vida nua como tal, teremos que admitir, então, que nos encontramos virtualmente em presença de um campo todas as vezes em que for criada uma estrutura semelhante, independentemente da entidade dos crimes que são cometidos ali e qualquer que seja sua denominação e topografia específica. Será um campo tanto estádio de Bari<sup>45</sup>, no qual em 1991, a polícia italiana amontoou provisoriamente os imigrados clandestinos albaneses antes de devolvê-los a seu país, quanto o velódromo de inverso no qual as autoridades de Vichy<sup>46</sup> recolheram os judeus antes de entregá-los aos Alemães. (...) Mas também certas periferias das grandes cidades pós-industriais e as *gated communities*<sup>47</sup> estadunidenses começam, hoje, a assemelhar-se, nesse sentido, aos campos, nos quais vida nua e vida política entram, ao menos em determinados momentos, numa zona de absoluta indeterminação. (AGAMBEN, 2017, p.45)

Devo dizer que sempre tive uma dúvida em relação ao tempo de permanência dos judeus em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, mas fui esclarecida por Agamben, (2017) que as pessoas permaneciam nos campos de concentração durante o tempo necessário para sua desnacionalização, ou seja, para a supressão legal de seus direitos, amparada nas Leis de *Nuremberg*, que salvaguardavam as pretensões do *Reich* e suas teorias racistas idealizadas pela Alemanha Nazista. No momento do enquadramento e da perda da nacionalidade e dos direitos cidadãos, ou seja, no momento em que apenas a “vida nua” (AGAMBEN, 2017) lhes restava, eram encaminhados para os campos de extermínio, afinal de contas, os nazistas não exterminariam cidadãos nacionais, mas corpos sem ordenamento.

#### 4.2.2 Territórios e identidades

O movimento de migração é também um movimento de identidades, uma mudança no paradigma “eu”, como sujeito. O “eu” que enuncia na língua materna não é o mesmo que enuncia na estrangeira, principalmente quando a língua estrangeira sequer foi uma escolha. Muitos africanos que hoje se encontram na condição de refugiados no Rio de Janeiro não escolheram o país para onde ir. Em meio ao desespero da diáspora, qualquer porão de navio que levasse para longe da zona de morte era bem-vindo. Muitos só ficaram sabendo que estavam no Brasil ao chegarem aqui. Quanto à relação com a língua que falamos, Revuz (2006) nos elucida:

---

<sup>45</sup> Itália, região da Apúlia

<sup>46</sup> França, Auvérnia-Ródano-Alpe, Departamento de Allier

<sup>47</sup> Conjuntos de unidades residenciais com perímetros definidos por muros, cercas e aparatos de segurança privados. Pequenas comunidades independentes.

A língua estrangeira não recorta o real como faz a língua materna. Essa constatação que se impõe desde os primeiros momentos da aprendizagem provoca com frequência surpresa e escândalo. Que haja somente uma palavra em russo para dizer braço e perna, que o sol seja feminino em alemão, que os ingleses digam “eu sou frio” e os russos “a mim, 25 anos”, é desconcertante, e muitos são os que ficarão fiéis a suas faltas de gênero ou de sintaxe antes de adotar uma outra maneira de ver as coisas. O que se estilhaça ao contato coma língua estrangeira é a ilusão de que existe um ponto de vista único sobre as coisas, é a ilusão de uma possível tradução termo a termo, de uma adequação da palavra à coisa. Pela intermediação da língua estrangeira se esboça o descolamento do real e da língua. O arbitrário do signo linguístico torna-se uma realidade tangível, vivida pelos aprendizes na exultação... ou no desânimo. (REVUZ, 2006, p. 223)

Associando a língua a uma ilha cultural isolada, verificamos, no caso dos nossos refugiados, que aprendem o português apenas o suficiente para se comunicarem em suas urgências, a mudança paradigmática do “eu”, além de culturalmente traumática, se acomoda na insuficiência de uma possível fossilização de uma interlíngua que não avançará.

A comunicação linguística se realiza através da enunciação. Ao serem capazes de enunciar em PBr, os refugiados adentram a rede rizomática (Cf: DELEUZE & GUATTARI, 1995) da discursividade que assujeita através da língua (ORLANDI, 2007). Ao mesmo tempo em que estamos sujeitos à língua, somos sujeitos dela. Se até então, o congolês refugiado era sujeito e assujeitado da Lingala, passa a ser do PBr. Entretanto, uma e outra língua são distintas em forma e função e em formações e práticas discursivas, que aqui entendemos, a primeira como o que pode e deve ser dito dentro de uma dada conjuntura (cf. CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012), e a segunda, como a relação entre as formações e as comunidades discursivas que a produzem (MAINGUENEAU, 1997, p. 56) e que são por elas produzidas, em relação de circularidade.

O referido conceito nos permite considerar que a aquisição de uma língua – função que se expressa por intermédio da produção de textos – supõe a inscrição do falante em uma comunidade que será responsável por tal produção e que ganhará legitimidade por meio desses textos que é capaz de produzir e de fazer circular. Tal circularidade é absolutamente desejável quando lidamos com sujeitos cuja marca central é precisamente a de serem refugiados, situação na qual se explicita de modo contundente a indissociabilidade entre o exercício da língua e o direito – a ser conquistado pelo sujeito – de participação como integrante de grupo(s). (ARANTES, DEUSDARÁ e ROCHA, 2016, no prelo)

Os refugiados, acomodados em suas comunidades<sup>48</sup> formadas, e a partir das trocas nos encontros linguísticos, vão consolidando uma variante cujas formações e práticas discursivas estarão em conformidade com suas realidades e lhes resguardarão direitos, na medida em que

---

<sup>48</sup> No Rio de Janeiro, o bairro Brás de Pina é endereço de uma grande população congoleza.



a partir delas se reterritorializam<sup>49</sup>. Uma reterritorialização presume uma desterritorialização que, no caso dos nossos protagonistas, além de físico-geográfica, também se refere à língua e às culturas, a partir das quais somos identificados, e, se a língua nos identifica, a perda da língua, que podemos entender como o desuso, acarretará um movimento em relação aos nossos pertencimentos culturais. A estes movimentos, Deleuze e Guattari (1996) chamam de subjetividade desterritorializada.

Falando um pouco mais sobre a identidade retalhada, a imagem que se forma é a de uma colagem de fragmentos, ou mosaico (HELSCH, 1999), alguns trazidos da origem, outros adquiridos nos movimentos de territorialização e reterritorialização, e outros, ainda, emprestados do momento em que se encontra o elemento assujeitado. Tomaz Tadeu da Silva (2013) também menciona a movimentação que produz identidades, referindo-se em especial, às populações em diáspora, chamando de hibridismo identitário o produto subjetivo destas movimentações:

O hibridismo, por exemplo, tem sido analisado, sobretudo, em relação com o processo de produção das identidades nacionais, raciais e étnicas. Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, o hibridismo – a mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. O processo de hibridização confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas. A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas. (SILVA, 2013, p.87)

Verificamos que as ideias de Deleuze & Guattari (1996), Silva (2013) e Hall (2013) se aproximam do transculturalismo welschiano, enfatizando ainda mais a necessidade desta abordagem conceitual adequada ao mundo em movimento acelerado neste início de milênio.

Embora guardem traços de suas identidades originais, alguns (incontáveis) fragmentos se perderam no caminho ou ainda se perderão durante o período de refúgio, mas, afinal, “quem precisa de Identidade?”. Stuart Hall (2013) é quem nos faz esta pergunta, lembrando que a discussão acerca da identidade vem permeando a modernidade que, se por um lado tece críticas sobre o termo e sobre a própria discussão, por outro amplia cada vez mais as abordagens sobre o tema, por vezes renomeando e atribuindo sua formação a diversos mecanismos. Eu, como já mencionei neste trabalho, concordando com Maingueneau (2008), prefiro associar identidade a pertencimento em formações e práticas discursiva, o que significa dizer que entendo as identidades não como unidades fixas, mas como lugares de fala de um sujeito assujeitado por meios diversos.

---

<sup>49</sup> O conceito de territorialidade está expresso em Deleuze & Guattari, 1996.

A República Democrática do Congo (anteriormente, Zaire) é um país da África meridional que tem Rwanda como fronteira leste. Esta fronteira, apesar de estar politicamente traçada, não reflete o que a população dos dois territórios aceita. A identidade nacional não tem o mesmo valor que aqui no Brasil, por exemplo. Por lá, é mais significativa a etnia (se é Tutsi ou Hútus na Rwanda e Bantôs, na RDC) do que a nacionalidade, e esta relação identitária é o que causou na década de 1990, ao genocídio de Rwanda, em que mais de meio milhão de pessoas foram mortas brutalmente e outras duzentas mil fugiram, principalmente, para o leste do Congo, intensificando os conflitos em RDC e gerando novos. Por isso, muitos refugiados congolezes que aqui estão, sequer reconhecem o conflito no qual estão envolvidos como sendo seus, mas sim dos ruandeses que, segundo eles se amparam no Congo do presidente Kabila, que é por muitos considerados um ruandês e acusado de fornecer armas aos rebeldes.

Eu queria falar sobre a África. A África não é um país só, são 54 ou 56 países, e em um país só tem muitas culturas, muitas etnias que cada uma tem sua cultura, então é sempre rico em culturas e são muitas forças. África é bonito, é lindo, a gente é vítima de pessoas que nos ... não temos bons governantes, eu diria que em meu país o problema é esse, a gente tem qualquer coisa para ser pessoas de bem, mas a gente tem no nosso país muito orgulho, a gente sai do nosso país mas a gente não procura isso. É uma oportunidade que se apresenta e a gente procura aproveitar melhor. Em qualquer país tem pessoas preconceituosas, como R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>, minha irmã, estava falando, mas sempre eu acho que tem pessoas educadas que sempre estão dispostas a ajudar as pessoas. Bom, essa é minha história. (R<sup>a</sup>GA<sub>1</sub>)

Estas pessoas, que identificamos como refugiados africanos, já vêm, de longa data num processo de desterritorialização e reterritorialização, num incessante movimento de resistência, no mínimo desde que aquela região esteve sob o domínio do Império Alemão, ainda no século XIX, e, posteriormente, entregue à Bélgica, que lhes impôs o francês como língua oficial, em detrimento de todas as outras faladas (muitas ágrafas) por aqueles povos. Assim, entendemos que a língua trazida como principal “patrimônio cultural” para estes cidadãos, constitui-se em importante elemento de resistência, não à transculturalidade, mas à violência sofrida pelos que concebem a cultura como ilhas isoladas em fronteiras fechadas. Esta necessidade de resistir, ou seja, de manter este marco de resistência que é a sua língua materna, deve ser levada em conta nas discussões de elaboração das atividades do acolhimento linguístico.

### 4.2.3 Brasil de muitos feijões

O que vislumbramos com a atividade produzida relacionada aos feijões, depois de uma agradável e produtiva discussão, foi que é possível associar a leguminosa às regiões do Brasil, por exemplo, o feijão cariquinho que, apesar do nome, pouco é consumido no Rio de Janeiro, que prefere o feijão-preto; na Região Nordeste temos o feijão-de-corda e o feijão-verde – que parecem ser a mesma coisa, mas não são –; na Bahia, o feijão-fradinho dá origem ao acarajé; os asiáticos trouxeram o feijão-adzuki; no sudeste tem o feijão-guando; há o feijão-jalo, no Centro-oeste; o feijão-rajado no sul do país etc. Assim como cada um de nós, certamente, em seus países de origem, os estrangeiros acolhidos também têm suas leguminosas preferidas. Pensamos, inicialmente, em começarmos a atividade conversando sobre o tipo de comida preferida, para em seguida, introduzir os verbos “gostar”, “comer” e “preferir”, apresentados em quatro pessoas, como no quadro a seguir:

Figura 9 – Quadro de verbos

<b>Presente do indicativo</b>		
Gostar	Comer	Preferir
Eu gosto (Eu gosto de sorvete)	Eu como (Eu como arroz com feijão)	Eu prefiro (Eu prefiro comer arroz e feijão)
Você/Ele/Ela/ a gente gosta (Ela gosta de animais)	Você/ Ele/Ela/ a gente come (Você come muito)	Você/Ele/Ela prefere (Ele prefere morar no Rio)
Nós gostamos (Nós gostamos de vocês)	Nós comemos (Nós comemos feijão)	Nós preferimos (Nós preferimos feijão à lentilha)
Vocês/Eles/Elas gostam (Vocês gostam do Brasil)	Vocês/Eles/Elas comem (Eles comem muito chocolate)	Vocês/Eles/Elas preferem (Elas preferem viver no litoral)
<b>Pretérito perfeito do indicativo</b>		
Gostar	Comer	Preferir
Eu gostei (Eu gostei de estudar Português)	Eu comi (Eu comi arroz com feijão ontem)	Eu preferi (Eu preferi estudar português)
Você/Ele/Ela/ a gente gostou (Ela gostou de conhecer o Brasil)	Você/ Ele/Ela/ a gente comeu (Você comeu muito na semana passada)	Você/Ele/Ela preferiu (Você preferiu ficar em casa)
Nós gostamos (Nós gostamos de vocês)	Nós comemos (Nós comemos feijão ontem)	Nós preferimos (Nós preferimos carne a peixe)
Vocês/Eles/Elas gostaram (Vocês gostaram do Brasil)	Vocês/Eles/Elas comeram (Eles comeram muito bolo pela manhã)	Vocês/Eles/Elas preferiram (Elas preferiram viajar de carro)

Fonte: A autora, 2018.

Discutimos que o uso do pronome “tu” é dispensável para o acolhimento – e quiçá para o Português falado na maior parte do Brasil –, enfatizando que não temos a intenção de ensinar a Língua Portuguesa nos dois meses em que, em média, nos encontramos com o refugiado, mas oferecer meios para sua comunicação imediata. A escolha dos verbos “gostar” e “preferir” pretende dar oportunidade de manifestar o que desejam e o que não desejam. Já o verbo “comer” permite que se informe esta necessidade. Os tempos presente e pretérito perfeito garantem ao acolhido alguma

flexão verbal e, se associada aos advérbios ainda formulam o tempo futuro, como nas expressões:” Amanhã eu canto esta música”; “mais tarde eu faço isso” etc. Entretanto, como eu disse no primeiro parágrafo desta seção, nós apenas pensamos numa atividade assim e chegamos a usá-la nos encontros, mas preferimos deslocar a aplicação dos verbos para as atividades ligadas mais diretamente à oralidade, ou seja, sem as marcas estruturais da conjugação *in loco*, mas associada à comunicação oral.

Para falar um pouco mais do Brasil, associado aos feijões, apresentamos um mapa (vide imagem nos anexos). Desta forma, além de conhecer os feijões, também verificam as divisas das regiões e dos estados brasileiros e se localizam em relação ao país que os acolhe, conhecendo, inclusive, as divisas e fronteiras marítimas e terrestres. Esta atividade consiste em localizar no mapa as regiões e/ou os estados os tipos de feijões mostrados no início. Finalizando a atividade dos feijões, usamos o tema para incluir algumas informações nutricionais e os males causados pela falta dos nutrientes. Nesta parte, usamos as ilustrações de R<sup>o</sup>CO<sub>1</sub>, dispostas na atividade mostrada na próxima página.

Figura 10 – Entre nós, atividade “Feijões” (1)

**C – Vivendo melhor**

O feijão é um grão rico em ferro, vitaminas B1, B2, B3 e B9, além de conter proteína e minerais. É muito importante para a nossa saúde, pois:

- (a) ajuda a evitar a anemia (falta de ferro no sangue)
- (b) ajuda a manter o coração saudável
- (c) ajuda a evitar câimbras
- (d) ajuda a evitar cáries
- (e) ajuda a evitar prisão de ventre

Relacione os benefícios do feijão às imagens abaixo:

( )  ( ) 

( )  ( ) 

( ) 

Fonte: Entre nós, “Feijões”, em anexo.

Ao receber as ilustrações – e estas foram as primeiras – percebi o que o leitor deve estar percebendo também: todas as figuras têm traços predominantemente de pessoas brancas. Mesmo usando o artifício de colorir eletronicamente, não foi possível promover uma variação étnica, afinal, acolhemos pessoas de todas as cores, raças, etnias ou como queiram chamar. O alerta foi posto em discussão nos encontros de supervisão e passados aos ilustradores que prontamente compreenderam e deram

vazão à diversidade nas ilustrações apresentadas posteriormente. Para abrir um diálogo transcultural, a atividade apresenta um espaço para que o refugiado nos dê uma receita de seu país:

Figura 11 – Entre nós, atividade “Feijões” (2)

3. Escreva uma receita de comida de seu país de origem.

a) Liste abaixo os principais ingredientes. Não se esqueça de indicar as quantidades que você costuma usar:

Quantidades	Ingredientes

b) Agora, descreva o modo de fazer:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Fonte: Entre nós, Feijões, em anexo.

Como sempre, depois que a atividade foi apresentada nos encontros de acolhimento, o(a) facilitador(a) relata em reunião como foi a aceitação dos exercícios, o que se discutiu a partir dos temas, as críticas, enfim, conta como foi. Na reunião posterior à atividade dos feijões, V<sup>a</sup>FR<sub>1</sub> contou que uma refugiada, depois de ver os males causados pela falta das vitaminas do feijão disse que a partir daquele dia comeria feijão todos os dias “porque aqui no Brasil pra ficar doente é preciso agendar com muiiiitttaa antecedência”<sup>50</sup>, e que a discussão em sala, então girou em torno das dificuldades de atendimento no sistema público de saúde do Rio de Janeiro que, se é difícil para o carioca, muito mais será para o estrangeiro que não domina a língua sequer para marcar um atendimento e, muito menos para indicar os sintomas de sua doença. Debates a necessidade de produzirmos uma atividade ligada à saúde pública, que ajudasse nestas situações. Acabamos por elaborar duas.

<sup>50</sup>Referindo-se, naturalmente à demora em se conseguir uma consulta pelo SUS.

### 4.3 Regiões do Brasil

Iniciamos a atividade “Regiões do Brasil” conversando com os refugiados sobre quais lugares eles já conheceram, levando em conta que chegaram ao Brasil de inúmeras maneira e atravessando fronteiras diversas, e que, do ponto onde pisaram no país pela primeira vez até o Rio de Janeiro onde se encontram, podem ter percorrido algumas das regiões do país. A escolha pela capital carioca também foi tema de debate. Também a partir de um mapa, os refugiados puderam identificar locais por onde passaram e outros que gostariam de ainda conhecer.

Também foi o espaço que encontramos para discutirmos com eles sobre dessemelhanças física, psicológica e cultural entre os brasileiros, e os grandes contrastes entre os estados, com suas diferenças climáticas, topográficas, cobertura vegetal, econômicas, culturais, sociais e históricas.

Nesta atividade, apresentamos a música “Querelas do Brasil”, de Maurício Tapajós e Audyr Blanc, cantado por Elis Regina:

Figura 12 – Regiões do Brasil

Você conhece a música “Querelas do Brasil”, de Maurício Tapajós e Aldyr Blanc?  
Vamos ouvi-la agora.



<p>O Brasil não conhece o Brasil O Brasil nunca foi ao Brasil Tapir, jabuti, liana, alamanda, alialaúde Piau, ururau, aqui, ataúde Piá, carioca, porecramecrã Jobim akarore Jobim-açu Oh, oh, oh</p> <p>Pererê, camará, tororó, olererê Piriri, ratatá, karatê, olará</p> <p>O Brasil não merece o Brasil O Brasil ta matando o Brasil Jereba, saci, caandrades Cunhãs, ariranha, aranha Sertões, Guimarães, bachianas, águas E Marionaima, ariraribóia Na aura das mãos de Jobim-açu Oh, oh, oh</p>	<p>jererê, sarará, cururu, olerê Blabláblá, bafafá, sururu, olará</p> <p>Do Brasil, SoS ao Brasil Do Brasil, SoS ao Brasil Do Brasil, SoS ao Brasil</p> <p>Tinhorão, urutu, sucuri O Jobim, sabiá, bem-te-vi Cabuçu, Cordovil, Cachambi, olerê Madureira, Olaria e Bangu, Olará Cascadura, Água Santa, Acari, Olerê Ipanema e Nova Iguaçu, Olará Do Brasil, SoS ao Brasil Do Brasil, SoS ao Brasil</p>
--	--

Fonte: Entre nós – Regiões do Brasil

A atividade que procede da música propõe o debate sobre as palavras que fazem parte da Língua Portuguesa falada no Brasil e de outras que são emprestadas. A diferença ortográfica que altera o sentido entre Brasil e Brazil também foi apontada como a situação real do Brasil e como ele é visto no estrangeiro. Com esta atividade, além de apresentar as

regiões do Brasil através do mapa, também mostramos um Brasil através das palavras que nomeiam lugares, animais, gírias e a mistura de povos que nos caracteriza. Também foi a deixa para introduzirmos discussões acerca das diferenças socioeconômicas entre as regiões que são, entre outros, motivo de deslocamentos internos.

#### 4.3.1 Brasil à deriva

Dois acontecimentos me levaram a uma reflexão sobre o movimento de migração, que não acontece somente do estrangeiro para o Brasil, mas também entre regiões: o chamado migrante interno ou deslocado. O primeiro acontecimento foi assistir ao filme “Era o Hotel Cambrigde”, cuja narrativa conta às vésperas da reintegração de posse do edifício que abrigava centenas de pessoas, entre refugiados e deslocados brasileiros. Na película, é possível tecer uma comparação entre as realidades dos que chegam aos grandes centros do sudeste brasileiro em fuga, tanto por risco de morte por guerra, quanto por risco de morte por condições climáticas, sociais e principalmente, pelo desamparo do governo que devia proteger e amparar estas populações, mas que, ao contrário, promove e apoia ações como as narradas no filme de Eliane Caffé<sup>51</sup>. O outro foi a capa da Revista de História da Biblioteca Nacional<sup>52</sup>, que trazia a chamada para uma reportagem intitulada “Refugiados, humanidade à deriva”, ilustrada com uma obra de Cândido Portinari, da série “Retirantes”, de 1944.

Assim como o filme, a capa da revista une as duas situações como um alerta a uma situação que perdura há décadas: brasileiros buscam refúgio em seu próprio país. Se o filme retrata os que já estão em São Paulo, mas sem lugar para morar (os chamados sem-teto), a imagem de Portinari mostra uma suposta família com nove pessoas em retirada, ao que parece pelo ambiente em que se encontram, do sertão nordestino. Os olhares assustados dos adultos se contrapõem à tristeza dos das crianças. A luz que incide sobre o ventre da adulta com o bebê no colo, infere uma gravidez, assim como a pequena barrigudinha nos deixa a dúvida se é verme, ascite ou se está grávida, outra situação possível. Segundo dados de 2017 do Ministério da Saúde<sup>53</sup>, 32% das crianças nascidas na Região Nordeste são filhos de mães entre 10 e 17 anos. Em todo o Brasil, o percentual é de 2,9%, segundo a mesma fonte. O isolamento da família retratada pressupõe a possibilidade de ambas terem engravidado do

---

<sup>51</sup><http://www.elianecaffe.com>

<sup>52</sup>Ano 11, nº 124, junho 2016

<sup>53</sup><http://www.brasil.gov.br/editoria/saude/2017/05/numero-de-adolescentes-gravidas-cai-17-no-brasil>



mesmo homem, o que também é realidade. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal (2017), o abuso sexual contra crianças e adolescentes representa 21% das violações de direitos da população infantojuvenil. Destes, em 85% dos casos, é o pai (ou o padrasto) da criança vitimizada o principal agressor.

A imagem retrata dois homens, sendo um mais idoso cujo corpo se confunde com o da mulher à sua frente que, por sua vez, carrega no colo uma criança desnutrida, o que verificamos por sua magreza de costelas aparentes. A realidade desta situação no Brasil retratada pelo artista em 1944 não difere muito do que verificamos ainda hoje. A seca no cerrado aliada à falta de estrutura, e de uma reforma agrária sustentável, continua gerando o degredo dos nossos compatriotas em nosso próprio país. A matéria a que se refere a capa<sup>54</sup> também faz a abordagem sobre os retirantes brasileiros associando a nossa realidade à dos povos estrangeiros em degredo. Veja na próxima página.

---

<sup>54</sup>Disponível nos anexos desta pesquisa.

Figura 13 – Capa da revista História



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

Sob o amparo no conceito de cenografia (MAINGUENEAU, 2013) que discutimos em capítulo anterior, é possível verificar que o deslocamento do quadro cênico indicado no título “Refugiados Humanidade à deriva” para um segundo plano, sobrepujado pela forte imagem

portinaresca, cria o que o autor chamou de “cilada” (p.98), principalmente por causa da ambiguidade que a composição do título com a imagem pode causar ao leitor. Essa ambiguidade, Maingueneau chama de “enlaçamento paradoxal”: “deste modo, a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra” (p.98).

É possível observar esse “enlaçamento paradoxal”, inclusive, no título da matéria que, em sua forma nominal lança três palavras, cada qual com sua carga discursiva. Se, em relação à palavra, Bakhtin diz que “toda palavra comporta duas faces” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 113), porque seu significado depende tanto de quem a enuncia quanto de para quem ela é enunciada e que ela é o produto de uma inteiração, para Maingueneau “a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente” (2008, p. 80), a não ser quando elaboradas a partir de um discurso, em que há o interesse, uma vez que “entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (p.81). No título da matéria estampada na capa da revista, a ausência de um verbo de ação ou de ligação possibilita inferências, tais como:

(i) Refugiados levam a humanidade à deriva. E nesse caso estão sendo responsabilizados pela própria crise que enfrentam;

(ii) A humanidade se restringe aos refugiados. E assim todos os outros sofrimentos e crises internas e externas dos povos de todo o mundo deixam de ser considerados, como, por exemplo, a fome, as epidemias, as violências de gêneros, a negação dos direitos humanos principalmente ligada ao sistema carcerário de alguns países (Brasil no topo da lista), o tráfico de drogas, de pessoas, de órgãos humanos e mais uma infinidade de itens;

(iii) “à deriva” é termo usado na navegação quando a embarcação navega intencionalmente conduzida pela ação dos ventos e das correntes marítimas, mas usado na cenografia da capa, produz o sentido de estar perdido, sem rumo. Entretanto, a humanidade não está perdida, sem rumo, ela conduz seu destino e é a única responsável pela escolha dos ventos e das correntes que usa em sua navegação, em outras palavras, não são os refugiados os responsáveis pela crise humanitária que leva a humanidade à perdição, mas a humanidade que, por suas ações, produz a situação em que se encontram os povos em degredo.

Esta preocupação com as ciladas possíveis a partir de uma cenografia mal empregada é uma das nossas preocupações, principalmente em relação à formulação da capa do nosso material, como veremos a seguir.

#### 4.3.2 O Brasil derivado

Sabemos que o Brasil é múltiplo: em etnias, culturas, religiões, línguas etc. Por vezes nos rendemos à transculturalidade, mas há internamente, também, uma visão multiculturalista que acaba por gerar estranhezas entre os brasileiros. Lidamos com controversas distinções entre regiões geográficas, que acabam delimitando fronteiras também culturais. A região sul, vez por outra quer se separar do país; alguns acham que a região nordeste atrasa a nação; para outros, ainda, a cultura sertaneja da região centro-oeste arruinou o espaço conquistado por movimentos de vanguarda como o tropicalismo; o povo da região norte destrói a floresta; o sudeste está tomado pelo tráfico de drogas; etc. Enfim, se acusações de lá e cá ainda dificultam a transculturalidade e a integração entre os brasileiros, com aqueles que não estão aqui movimentando a economia do turismo, a segregação é armamento pesado. Mais uma vez, é necessário ressaltar que somos um povo derivado de muitos outros, nossas culturas, com exceção da cultura indígena<sup>55</sup>, não é autóctone, mas derivada de muitas outras. Basta um olhar sobre nossas principais manifestações culturais, como o Carnaval, por exemplo, para enxergar várias culturas estrangeiras envolvidas: as máscaras venezianas, os ritmos africanos, o entrudo português, a tradição católica etc. E, hoje, como exemplo singular de transculturalidade, o carnaval do Brasil enlaça essas ilhas e produz novas tradições rítmicas: há quem brinque o carnaval ao som de frevo, da calunga, do axé e até mesmo do funk carioca, entre tantos outros.

Os elementos pontuais da culturalidade carioca vieram à tona em várias das nossas discussões. Atendendo à necessidade de apresentarmos o Brasil transcultural, buscamos elementos que não apenas significasse o Rio de Janeiro – mesmo sendo um material contextualizado – mas todo o país. A primeira proposta de capa que apresentei, com base nas nossas primeiras conversas, era ilustrada com a imagem de um semáforo que, a princípio, tinha o alerta vermelho aceso. Entretanto, após observações bastante pertinentes, mudamos para o alerta verde, associando ao nome provisório “Por aqui”, na próxima página.

---

<sup>55</sup> Mesmo a cultura indígena deve ser fruto de outras.

Figura 14 – Por aqui, capa provisória (1)



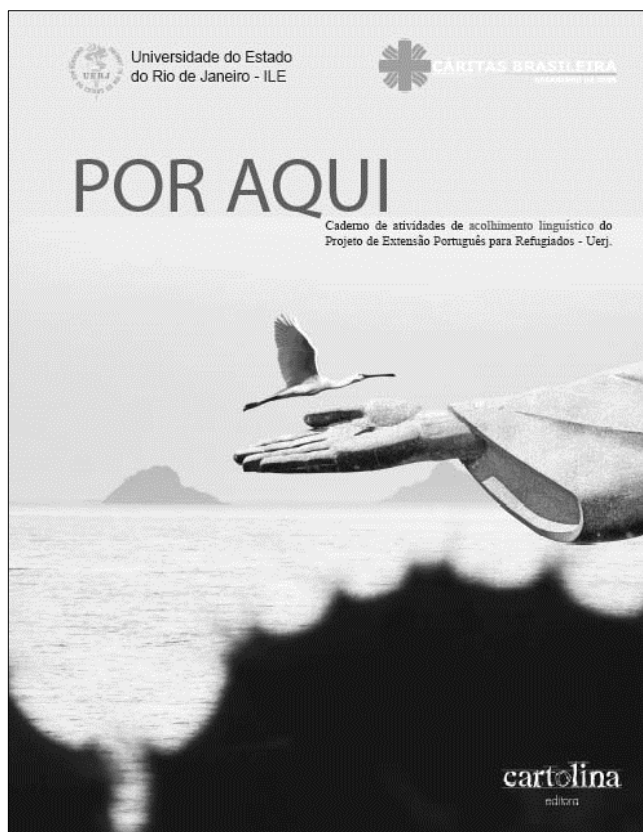
Fonte: A autora, 2017.

O sinal verde associado ao nome até então escolhido pretendida mandar uma mensagem de caminho livre para seguir em frente, diante de uma encruzilhada, marcada pela presença do segundo semáforo. Esta imagem do semáforo infere dois campos discursivos interligados: o de liberdade, através do sinal verde, e o do respeito ao outro, uma vez que se o sinal está verde para um, estará vermelho para o outro, levando à máxima representativa destes campos: “a liberdade de um termina quando começa a liberdade do outro”. Entretanto, uma análise por outro ponto de vista, lembra que o semáforo maior serve aos automóveis e o menor aos pedestres. Os veículos representam um poder dominante sobre os pedestres, não apenas o poder financeiro, mas, principalmente, o poder de vida e morte: se o pedestre não respeitar a passagem dos veículos será atropelado. Neste caso, a imagem do sinal verde para os carros acarreta em estar vermelho para o pedestre, o que confirma a hegemonia de uma classe dominante sobre uma dominada, podendo ser representada verbalmente por “o sinal

está fechado pra nós...<sup>56</sup>”. A capa não emplacou porque, além de tudo, queríamos, como foi dito, elementos que ilustrassem o Rio de Janeiro e o Brasil pelo olhar do migrante e este seria o olhar da classe dominante. As letras recheadas de bandeiras, que pretendiam introduzir o estrangeiro, acabava por ser uma marca de seu estrangeirismo.

Vale lembrar, ainda, que a capa acima, ainda se referia a uma unidade, intitulada “Mobilidade Urbana”, que, depois, veio a ser apenas uma das dez atividades. Alguns encontros e discussões adiante, formulei e apresentei mais uma proposta de capa, desta vez com elementos que eu acreditava que exporiam tanto a carioquice quanto a brasilidade, aliados ao “olhar do refugiado”. Propus desta vez uma capa mais leve, em tons pastéis e com símbolos “genuinamente<sup>57</sup>” nacionais:

Figura 15 – Por aqui, capa provisória (2)



Fonte: A autora, 2017

O nome ainda era “Por aqui” e a imagem do braço da estátua Cristo Redentor identificava tanto o Rio de Janeiro, quanto o Brasil; a garça também é símbolo carioca e, como todo pássaro em voo livre, insere-se no campo discursivo da liberdade. O mar pretendia

<sup>56</sup>Alusão à música “Como nossos pais” (1976), de Belchior (1946-2017), cantada por Elis Regina (1945-1982)

<sup>57</sup>Hoje, rio da minha ingenuidade.

uma alusão ao principal caminho de chegada dos migrantes. As bandeiras foram retiradas. Quando analisamos esta proposta, o material já estava dividido em atividades, que seriam não mais agrupadas em unidades. Então, esta já seria a capa do principal e não apenas de uma unidade, como a outra. Apesar da simbologia, esta capa esbarrou na questão da laicidade. Todo o trabalho realizado é mérito também da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, instituição ligada à Igreja Católica que, não obstante, acolhe pessoas independentemente de seu credo. Ainda assim, e por sugestão, inclusive, de representantes da instituição, preferimos não usar, tão em evidência, a imagem religiosa. Por outro lado, neste momento da discussão, já havíamos compreendido a necessidade de maior participação do grupo de imigrantes na confecção dos materiais, então rejeitamos esta segunda proposta de capa e partimos para novas conversas.

Nestes encontros posteriores, ainda buscando inspirações, informações e embasamentos para a capa do nosso material, analisamos a capa do “Pode entrar”:

Figura 16 – Pode Entrar, capa.



Fonte: Cartilha Pode Entrar, em anexo.

As quatro figuras humanas que ilustram a capa são esterótipos de pessoas cujas etnias e/ou nacionalidades são completamente imprecisas. As caricaturas, todas de face negra e

lenços dos cabelos inferem serem imagéticas as pessoas em situação de refúgio e não seres reais. Por outro lado, sabemos que nem todo mundo cobre a cabeça/cabelos. Entre os que participam do acolhimento, há pessoas que se inscrevem em culturalidades diversas umas das outras, cujos hábitos e costumes, respeitamos e indicamos respeito entre todos. Latino-americanos não usam lenços e são hoje (2019) em maioria no acolhimento. As quatro figuras (os quatro cantos do mundo?), cada uma num dos quadrantes da capa, fecham o circuito com imagens de pessoas de origem caricaturalmente africana e asiática. A cor preta das faces mostra a ausência de luz, o desconhecido e como tal, o temerário. Assim, devemos temer os refugiados? O nome do material “Pode entrar” é um convite amigável e acolhedor, porém, insere uma relação de poder entre o que permite a entrada e o que busca entrar, afogando os direitos humanos na permissão da existência de um pelo outro. Por fim, a luz que emana da porta ilustrada na figura central alude ao universo discursivo religioso, ao remeter aos relatos de quem, em situação de quase-morte, diz ter visto uma luz muito forte (luz divina) vinda de uma porta aberta, da qual era necessário se afastar para continuar em vida. Então, os refugiados devem se afastar da porta aberta, recusando o convite feito pelo elemento verbal da capa? Não demorou muito e recebemos a primeira imagem para a capa do material, cujo nome já havíamos decidido por “Entre nós: português com refugiados”.

Figura 17 – Entre nós, ilustração provisória da capa.



Fonte: Arquivos da Editora Cartolina

A imagem da favela colorida já se tornou um ícone nas telas de grandes artistas nacionais e internacionais. Além de muito bem representar o Rio de Janeiro, há favelas em todas as partes do Brasil. Elas representam não apenas um modelo arquitetônico caótico,



quanto o estilo de vida em modelo de resistência. Nas comunidades residem trabalhadores e pessoas em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Ao mesmo tempo é símbolo de segregação e guetificação, em função da condição sócio econômica do cidadão brasileiro que se refugia nas comunidades. O Cristo Redentor também aparece na imagem, mas desta vez contextualizado, em cima do morro e acima da favela, retratando uma realidade em que a atração, para boa parte dos que residem não apenas nas favelas, mas em toda a cidade, é um tanto inacessível, um passeio que está acima de suas possibilidades financeiras, levando-se em conta os valores de deslocamento e ingresso na atração turística. A imagem nos emocionou e revelou que estávamos no caminho idealizado, porém, a falta de humanidade, que reportamos na capa do “Pode entrar”, estava presente também nesta imagem. A artista esclareceu que o quadro não estava finalizado e nos pediu um pouco mais de tempo.

Quando retornou para nós, a imagem já trazia novos elementos que a complementavam:

Figura 18 – Entre nós, ilustração definitiva da capa.



Fonte: Arquivos da Editora.

O elemento humano trouxe ao quadro em estilo “Naif<sup>58</sup>” a verossimilhança que almejávamos. A imagem retrata um pouco do cotidiano na favela, que, no caso de vários refugiados que recebemos no acolhimento, é sua própria vida no Rio de Janeiro. Nela, as pessoas têm vida, não estão fossilizadas nem impropriamente estereotipadas. São retratos


<sup>58</sup>Arte primitiva

artísticos: sobem as escadas do morro, usam roupas que refletem o clima dos trópicos, têm atividades profissionais, algumas crianças soltam pipas – prática ainda comum no Brasil –, vemos roupas no varal, o cachorro na laje, a caixa d’água aparente, enfim, o brasileiro associado às cores e aos tons que nos refletem. A bandeira do Brasil no alto da favela, estendida na murada de uma laje, distingue o local, já que outros países da América Latina têm semelhante estrutura. A mulher que reboca a parede de seu estabelecimento comercial evoca o empoderamento feminino face a uma atividade predominantemente masculina, que é a função de pedreiro, ao mesmo tempo em que aponta para uma atividade comum entre as mulheres: a de cabeleireira e manicure. Outro indicativo que remete a uma paixão do carioca é o número da camisa do rapaz que sobe as escadas. Por conseguinte, todos os elementos apontam para um estilo de vida popular, do preço da refeição a dez reais o prato feito até as cores das casas em que ou se usa cal com corante (daí a multiplicidade de cores) ou deixa-se em tijolos com ou sem o emboço de cimento (produto caro para os padrões populares do Brasil). O serviço precário de luz elétrica, indicado nas gambiarras da iluminação pública, contrastam com a presença de antenas parabólicas, indicativo de que há, na maioria das casas, pelo menos uma televisão. Outro paradoxo é a borracharia num local onde não passam carros, já que a figura mostra apenas área da favela em que não há ruas, apenas escadas. Por fim, as bandeirolas penduradas remetem ao festejo junino, tema de uma das atividades que aprontamos.

Na atividade Festa Junina – uma das que pretendemos fazer relacionadas ao folclore brasileiro – usamos textos do site da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) que contam um pouco da história das festas juninas. Escolhemos estes textos porque eles trazem informações que reforçam o discurso da transculturalidade:

Figura 19 – Entre nós, atividade “Festa Junina” (1)

**A origem das festas juninas**



O mês de junho era celebrado antigamente pelos povos que viviam da agricultura no hemisfério norte. Para festejar a época das colheitas, eles acendiam fogueiras, dançavam e cantavam para seus deuses. Essa era a maneira de homenagear a natureza que tinha sido generosa, oferecendo-lhes alimento.

Séculos depois, a igreja católica converteu esses povos à religião cristã. Mas eles não abandonaram as festas de junho e passaram a homenagear da mesma maneira os santos católicos (Santo Antônio – 13 de junho; São João – 24 de junho; São Pedro – 29 de junho) ao invés dos seus antigos deuses.

Fonte: Entre nós, em anexo.

Em outro trecho faz menção à dança de quadrilha, usada nas festividades do meio do ano e alude a sua origem francesa: a *quadrille*, trazida para o Brasil pela corte de Dom João VI. Muito dançada nos salões da aristocracia carioca, a quadrilha caiu no gosto popular e acabou incorporada às festas juninas. Vale lembrar que o gosto do brasileiro pelas danças coletivas é compartilhado por parte da humanidade, em que se encaixam os africanos que temos acolhido. Em um último fragmento, o texto alerta para os riscos dos fogos de artifício e dos balões soltados nesta época, que “podem resultar em mortes ou queimaduras graves...”. Percebemos o caminho que tomou a comemoração pagã de boa colheita montada no lombo da Igreja Católica medieval até chegar ao Brasil trazida pelos navios portugueses, que trouxeram também o fortalecimento da agricultura. Os santos católicos continuam presentes nas comemorações, mas num país multirreligioso como o nosso, já não dominam a cena das festas juninas, por muitas conhecidas como festas caipiras, por se configurarem, como vimos, como festejos predominantemente rurais.

A festa caipira é talvez uma das que mais oferecem símbolos que nos remetem à transculturalidade: fogueira, santo antônio casamenteiro e são joão fogueteiro, dança de quadrilha, bandeirolas, as inúmeras brincadeiras e gincanas e as variadas comidas feitas predominantemente com o milho – principal produto colhido na ocasião. Se formos esmiuçar todos eles, como fez Luis da Câmara Cascudo, chegaremos a um livro maior do que o seu Dicionário do Folclore Brasileiro (Brasil: Instituto Nacional do Livro, 1972), com quase mil páginas, mas encontraremos marcas de muito e variados povos.

Intercalando os três textos que assuntamos, propomos atividades que, seguindo a linha de ação interacionista de produção dos materiais, trazem as experiências dos refugiados para o ambiente de acolhimento, ao mesmo tempo em que insere informações necessárias, como os meses do ano e outros elementos de ordem lexical.

Figura 20 – Entre nós, atividade “Festa Junina” (2)

2. Quais são as festas populares típicas do seu país de origem? Em que mês do ano elas acontecem?					
_____					
<input type="checkbox"/> janeiro	<input type="checkbox"/> fevereiro	<input type="checkbox"/> março	<input type="checkbox"/> abril	<input type="checkbox"/> maio	<input type="checkbox"/> junho
<input type="checkbox"/> julho	<input type="checkbox"/> agosto	<input type="checkbox"/> setembro	<input type="checkbox"/> outubro	<input type="checkbox"/> novembro	<input type="checkbox"/> dezembro

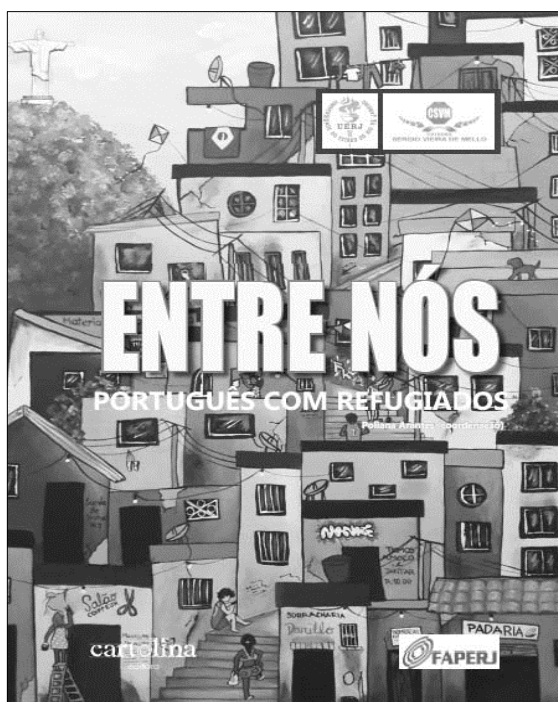
Fonte: Entre nós, em anexo.

O resultado desta atividade junto aos refugiados foi muito bom, com participação ativa

de todos, trocas de receitas e de memórias.

Retornando à capa do material, finalizo esta seção apresentando a arte-final tal como foi impressa, esclarecendo que o uso da cor amarela na fonte do título não foi uma alusão nacionalista, mas a que julgamos que ganharia maior destaque diante de imagem tão colorida<sup>59</sup>.

Figura 21 – Entre nós, capa impressa



Fonte: Entre nós – capa definitiva da primeira impressão.

#### 4.3.3 Nós à deriva

Na elaboração das dez atividades, que já estão sendo utilizadas no acolhimento, houve sempre (antes e durante suas produções efetivas) a preocupação em oferecer aos refugiados a língua que falamos aqui no Brasil, de maneira que eles consigam interagir conosco e seguir com suas vidas em nosso país pelo tempo que lhes for permitido e/ou desejado. De todas as maneiras, procuramos retardar e minimizar os efeitos de uma provável assimilação cultural, preservando as diferenças e até respeitando “ilhas” eventualmente (e ainda) intransponíveis, mas propondo sempre a transculturalidade. Não incorrer em estereótipos impróprios nem

<sup>59</sup>Veja imagem original colorida nos anexos desta tese.

forçar uma assimilação indesejada podem ser objetivos difíceis de serem alcançados, mas são os que almejamos.

Desde o início desta pesquisa, entendi que nosso material não deveria forçar a assimilação cultural através da língua, ou seja, conduzir a um pertencimento não desejado pela pessoa em situação de refúgio, muito menos a seu estereótipo de forma negativa. Ela não está em nosso país por desejo, mas por imposição em uma condição de risco. A situação de refúgio é, em princípio, temporária, o refugiado “quer” voltar ao seu país, recuperar sua vida, parentes e amigos, e isso implica em recuperar sua língua, afinal, a língua também está em constante transformações e mudanças (MARTELLOTA, 2011). Em sua permanência no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, é importante que o acolhimento linguístico não fira o direito que todos temos aos afetos, afinal, a língua materna é o depositário de nossas memórias, é onde se ampara o social, onde o indivíduo encontra seus pares, e ambas, a língua materna e as ilhas culturas que conseguimos (ou não) transpor, são a base da formação do sujeito.

Por isso, na preparação nos materiais, temos o cuidado de valorizar a diversidade cultural, o que não é difícil em se tratando de Brasil, trazendo para os encontros de acolhimento linguístico as experiências, as histórias e as línguas dessas pessoas que acolhemos: transculturalizando. Ao propor uma atividade abordando o tema vestuário e compras, por exemplo, temos a preocupação de que as chamadas permitam as alternâncias culturais, evitando pressupostos e subentendidos que possam favorecer o surgimento de estereótipos. Assim, a utilização do material que tínhamos disponíveis em mãos tornou-se inviável neste tema. Veja a imagem para discutirmos a questão:

Figura 22 – Pode Entrar.



Fonte: Cartilha Pode Entrar, p. 42

Observe que se eu pergunto a alguém o que você tem em casa, pressuponho que meu interlocutor tenha uma casa, o que no caso dos refugiados nem sempre é uma proposição verdadeira. Em seguida, ao solicitar que sejam marcados os objetos “presentes na sua casa”, além de pressupor que o refugiado tenha uma casa, aponta para um quadro de consumismo capitalista, que impõe que numa casa deva necessariamente ter os objetos ilustrados e não outros. Ora, não sabemos o que as pessoas tinham em suas casas em seus países de origem – ou há quanto tempo o que tinham – se é que tinham algo – lhes foi tomado ou destruído pela guerra que os expulsou de seus lugares –, se tinham casas em seus países, se em seus países a aquisição de casas é como em nosso, se é permitido que se tenha propriedades e outras questões que podem suscitar desconfortos e assujeitamentos. Alguns podem nunca ter visto um micro-ondas, por exemplo. Numa atividade como esta proposta, é grande o risco de não haver círculo sobre nenhum dos objetos listados. Por outro lado, não há espaço para a interação, ou seja, para que se escreva ou desenhe ou mesmo apenas cite oralmente, algum

objeto que possa eventualmente existir no local onde moram e, incentivando a memória, os que outrora haviam em seus lugares originais. Ou, ainda, a formulação de perguntas que remetam ao desejo e, principalmente, ao futuro, como esperança de melhores tempos: – Você gostaria de ter trazido algum objeto de sua terra? – Você pensa em adquirir algum objeto para sua casa aqui no Brasil? O que você gostaria de adquirir, se pudesse?

Para os congoleses, por exemplo, possuir tecidos coloridos tem muito mais valor do que um eletrodoméstico em sua casa, que, por sinal, não é a “sua” casa, mas a de sua família (gostam de morar todos em uma mesma casa), e ainda assim, o conceito de família, como vimos nos depoimentos, é diferente do nosso. Para este povo, que chegou a representar a maioria dos refugiados que participam do acolhimento linguístico no Rio de Janeiro, as relações de parentescos são bem diferentes das nossas. Em uma ocasião, por exemplo, no início dos nossos encontros, um monitor sugeriu a música do cantor Dicró, “A vaca da minha sogra”<sup>60</sup>, os congoleses presentes rejeitaram totalmente a atividade, pelo tom pejorativo com que se tratava aquela que para eles não se diferencia de sua mãe. Veja parte da letra da música:

Ninguém aguenta mais a vaca da minha sogra  
 Vaca da minha sogra  
 Vaca da minha sogra

A família da minha mulher  
 Vejam só que situação  
 Todo mundo da família  
 Tem um animal de estimação

A ambiguidade contida no enunciado “a vaca da minha sogra” gerou um desconforto quando foi explicado que “vaca”, além de significar o animal – sagrado para alguns povos – também é usado pejorativamente para xingar uma mulher. Sem o alerta sobre o duplo significado da expressão e levando em conta a preposição que inicia o adjunto de pertencimento, a rejeição talvez não tivesse ocorrido, afinal, outras expressões semelhantes, como “a panela da minha sogra” ou “a meia da minha sogra” não soariam uma ofensa. No Brasil, usamos inexplicavelmente, associações com animais para pejorar aqueles que queremos ofender: “a cadela da minha sogra”, “a galinha da sua irmã” ou “a anta do seu marido” têm efeito de sentido semelhante ao da música acima.

Porém, não foi só a expressão ambígua “a vaca da minha sogra” que causou a rejeição. Outros enunciados da canção geram incompreensão para aquele povo, tal como “a família da minha mulher”, uma vez que, para eles, “a família da minha mulher” é a sua própria família.

---

<sup>60</sup>Este cantor tem pelo menos mais duas ou três canções com este tema

Se por um lado, usar esta música como parte de uma atividade pedagógica pode ser um percalço, por outro, a manifestação do grupo nos indicou novos caminhos. Entendemos a rejeição do grupo como um movimento de resistência baseado em sua memória coletiva, e aceitamos a recusa porque respeitamos nossas diferenças e, através desse movimento de interação, aprendemos mais sobre como produzir nossos materiais.



## 5. E AGORA, JOSÉ?

Seguimos adiante, chegando no último capítulo deste trabalho, em que trago para a discussão a relação entre trabalho e afeto, baseado nos pensamentos de Karl Marx (2008) e Vladimir Safatle (2017). Do nosso material, retiro enunciados das atividades Habilidades, Mobilidade urbana, Provérbios, Roupas e das duas que realizamos assuntando a saúde. A atividade Habilidades foi a que usamos para inserir no material informações sobre o trabalho no Brasil, em que apresentamos a Carteira de Trabalho e Previdência Social, além de abordar a relação entre trabalho e cidadania. Em Mobilidade urbana, atividade suportada nos transportes públicos disponíveis na cidade do Rio de Janeiro, apresentamos a possibilidade que o PBr tem de inferir sentidos diversos a um mesmo léxico. Já em Provérbios, retomamos o que discutimos sobre as inferências. Na atividade Roupas comparo a abordagem com a cartilha Pode Entrar e retomo à transculturalidade para analisar nossa proposta. E, finalmente, as duas atividades que se relacionam ao tema saúde abrem espaço para aprofundarmos, a partir da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, não apenas os tais direitos listados na Carta, mas as inferências ali contidas e os discursos em que se insere o documento.

Quanto ao título deste capítulo, ele é também título de poema de Carlos Drummond de Andrade. O verso, que se repete várias vezes durante a poesia, rodeia a solidão de um personagem, hipoteticamente, numa cidade grande. Perdido nas negações e ausências, José não tem mais para onde ir. O empréstimo é mais que uma homenagem ao grande poeta brasileiro, é uma ilustração verbal da situação de refúgio no Rio de Janeiro. Imagino ser esta a pergunta que o refugiado faz a si mesmo e aos seus pares ao chegar no país. E agora?

Depois, começou a vida, né, de **verdade** aqui no Brasil. Era muito **difícil**, porque não tinha como sair, andar na rua, eu não tinha como ir no supermercado para comprar uma coisa, porque não sabia como pergunta(r) para achar alguma coisa para comprar. Era muito difícil. (R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>)

Observemos neste recorte do depoimento de R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> a associação das palavras *verdade* e *difícil* relacionadas à vida do chegante. A “vida de verdade” implica a existência de uma outra vida não verdadeira, irreal. Sabemos, no entanto, que esse marco inicial é uma tomada de decisão por permanecer no Brasil, ainda que temporariamente. O pensamento imediato tem sido, invariavelmente, o que fazer para sobreviver, ou seja, como ganhar algum dinheiro que garanta o seu sustento e dos que dele dependem. Essa também é uma preocupação que temos e que discutimos muito no acolhimento. Chegamos a pensar – e não descartamos a ideia – em

criamos uma rede de apoio funcional que fizesse uma ponte entre o mercado de trabalho e os refugiados. Estes comentaram várias vezes – e não temos dúvidas disso – que o maior dificuldade em conseguir trabalho é não saber falar o português. Os que já possuem pelo menos o status de solicitantes de refúgio têm permissão para trabalhar e direitos trabalhistas tal qual qualquer brasileiro. É o que informa a Cartilha para Solicitantes de Refúgio no Brasil (Acnur)<sup>61</sup>. A maioria tem a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) brasileira.

a Cáritas me encaminhou a algumas para procurar emprego, mas tinha um dia que eu fui e tinha dez pessoas comigo, foi na Copacabana, era uma restaurante que Cáritas falou que eles estavam contratando as pessoas para trabalhar, e quando chegamos lá, começamos a perguntar e falar com as pessoas para fazer o serviço e a pessoa disse... *Essas vagas são para um, não posso contratar todo mundo, não posso pagar todo mundo... Só quem fala Português.* (R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub>)

Sabemos, entretanto, pelos relatos, como este de R<sup>a</sup>CG<sub>1</sub> que é muito difícil conseguir emprego, mesmo que temporário e muito menos com registro em carteira, cujos encargos, alegam os empregadores, inviabilizam o contrato.

Ainda que haja urgência em ter alguma remuneração, o trabalho é mais que isso. Neste sentido, há pelo menos duas questões que julgo pertinente discutir. A primeira é a relação da Carteira de Trabalho com a identificação do trabalhador: numa abordagem policial, a CTPS “assinada” (ou seja, com registro do emprego atual) é o que vai distinguir o “cidadão de bem” trabalhador do “vagabundo/malandro/bandido/traficante”. Não são levados em conta nem o índice de desemprego, nem a informalidade funcional que permeia as relações de trabalho. Um vendedor ambulante que não tem registro na Prefeitura não é considerado um trabalhador, mas um infrator. A lei que serve a alguns o coloca imediatamente na marginalidade, ou seja, à margem da sociedade “dos alguns”. Esta situação não é privilégio dos refugiados, uma vez que ocorre também com o brasileiro que se encontra desempregado, subempregado ou atuando na informalidade. Nesta vertente, o trabalho – ou, no caso, a Carteira “assinada” – é estrutura e não fator de reconhecimento social (Hegel, apud Safatle, 2015) e muito mais do que apenas produção de valores.

[...] o trabalho nunca foi apenas uma questão de produção de riqueza e de valor. Ao menos desde Hegel, ele é compreendido como uma estrutura fundamental de reconhecimento social, mas não foram poucos os que colocaram radicalmente em questão a possibilidade de o trabalho ser modelo de ação que não se reduziria à simples expressão de sujeição disciplinar à lógica utilitarista que nos aprisiona indefinidamente nas sendas da racionalidade instrumental. (SAFATLE, 2015, p. 229).

Safatle (2015) diz que o desemprego prolongado leva à experiência de “morte social”

<sup>61</sup>Disponível em <http://www.acnur.org>

(p. 237), que, se para o filósofo é uma “sensação” subjetiva, no meu entendimento pode ser entendida como uma sentença, imputada aos “sem-registro”, capaz de reduzir os índices oficiais de desemprego: um marginal é um marginal, não é um desempregado. Nesta batalha de índices oficiais, o que recuperamos pela mídia são instituições prisionais acomodando muito mais pessoas do que sua capacidade, num flagrante desrespeito aos direitos humanos, aumento da população de rua e guetificação das favelas.

À sentença de morte social se opõe o conceito de alienação (MARX, 2008) como uma consequência de ser o trabalho, não uma produção autônoma do trabalhador, mas algo exterior a ele, que lhe despoja de suas individualidades e lhe assujeita. Então, preso à necessidade de obter meios de subsistência material e social, o sujeito trabalhador se aliena para a produção de bens que lhe são externos, que não lhe pertencem e sim ao que (ou a quem) lhe assujeita. Para Marx (2008), a alienação do trabalho consiste, primeiramente, no fato de ele ser exterior ao trabalhador, ou seja, “não pertence à sua natureza, que não se realiza no seu trabalho, que se nega nele” (p.81). Dessa forma, o trabalhador só seria verdadeiramente ele mesmo quando não está trabalhando, já que o trabalho é uma obrigação e não “a satisfação de uma necessidade, mas somente uma forma de gratificar a necessidade de outrem” (p.83).

Sob os dois aspectos, portanto, o trabalhador se converte em escravo do objeto: primeiro, por receber um objeto de trabalho, isto é, receber trabalho, e em segundo lugar por receber meios de subsistência. Assim, o objeto o habilita a existir, primeiro como trabalhador e depois como sujeito físico. (...) O apogeu dessa escravização é ele só poder se manter como sujeito físico na medida em que é um trabalhador, e de ele só como sujeito físico poder ser um trabalhador. (MARX, 2008, p. 83)

No Brasil, a exemplo de diversos países latino-americanos, formou-se uma subclasse de sujeitos que, se na visão marxista seriam possuidores de certa autonomia e, conseqüentemente, liberdade e valores, em verdade, são assujeitados à margem da sociedade. A classe trabalhadora, como a conhecemos, com suas associações e sindicatos, não acomoda grande parte dos que movimentam na informalidade a economia do país.

Vladimir Safatle, ainda na introdução do já mencionado livro *O Circuito dos Afetos* (2015), citando Kafka diz que “o principal motor da sujeição é a ignorância em relação aos meandros do poder” (p.13). O pensamento é do personagem Joseph K., em uma passagem de “O processo”, na qual consegue autorização para abrir alguns livros legislativos que se encontram na mesa de um tribunal e verifica que o conteúdo é obsceno. Safatle ironiza lembrando que “leis são como salsicha, melhor não saber como são feitas” (p.14). Apesar da ironia, sabemos que a ignorância de um povo é favorável apenas aos que detêm a hegemonia do poder. Por isso, além de acreditar que é através do domínio da língua que se garante o

acesso a direitos, julgamos fundamental que o material usado no acolhimento linguístico traga além da aquisição da descrição linguística do português falado no Brasil, informações úteis que garantam ao refugiado o aporte aos seus direitos.

Ainda seguindo com a dicotomia emprego e desemprego, passo a discutir os afetos nela dispostos. Para isso, exponho a tabela a seguir, demonstrativa das euforias (valores positivos) e disforias (valores negativos):

Quadro 2 – Emprego versus desemprego (1)

Emprego		Desemprego	
Euforia	Disforia	Euforia	Disforia
esperança	medo	esperança	medo
segurança	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	insegurança
vida social	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	morte social
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	alienação do corpo	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	alienação da alma

Fonte: A autora, 2018

A partir do quadro acima pretendo demonstrar que estar empregado oferece ao sujeito euforias de esperança, segurança e vida social, e disforias tais quais o medo e o controle do corpo, aqui entendido como a alienação. Já no desemprego, a única euforia é a esperança. Seguindo o pensamento de Safatle (2015), os indivíduos são afetados principalmente por dois afetos: o medo e a esperança, que são complementares, ou seja, um não existe sem o outro. Por exemplo: o sujeito que está empregado tem medo de ficar desempregado e esperança de continuar no emprego; já o sujeito que está desempregado tem esperança de conseguir um emprego e medo das disforias do desemprego. Entretanto, todos os outros afetos listados no quadro, se rendem ao medo e à esperança. Numa análise mais profunda destes dois principais afetos, reflito se o medo será sempre uma disforia e a esperança sempre uma euforia. Para isso, busco inspiração no próprio Safatle, quando ele afirma que ambos têm a mesma temporalidade, ou seja, acontecem ao mesmo tempo:

Mas há ainda uma dimensão estrutural profunda que aproxima medo e esperança. Ela refere-se à dependência que tais afetos demonstram em relação a uma mesma forma de temporalidade, dominada pela expectativa. Pois um corpo é uma maneira de experimentar o tempo. Cada corpo tem seu regime de temporalidade e regimes de temporalidade idênticos aproximarão corpos aparentemente distantes. Seja a expectativa da iminência do dolo que nos amedronta, seja a expectativa da iminência de um acontecimento que nos redima, medo e esperança conhecerão o mesmo tempo fundado na ordem própria a um horizonte de expectativa, mesmo que se trate de procurar, dependendo do caso, sinais futuros negativos ou positivos. (SAFATLE, 2015, p.24)

Então, se acontecem simultaneamente, os afetos medo e esperança não podem ser considerados uma dicotomia, de forma que refaço meu quadro, como o que segue:

Quadro 3 – Emprego versus desemprego (2)

Emprego		Desemprego	
Euforia	Disforia	Euforia	Disforia
esperança/medo		esperança/medo	
segurança	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	insegurança
vida-social	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	morte-social
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	alienação do corpo	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	alienação da alma

Fonte: A autora, 2018

Em busca das euforias implicadas na situação de emprego, o indivíduo não consegue se esquivar do assujeitamento e do controle que lhe aliena. Se por um lado, estar empregado infere no controle do corpo físico, uma vez que o sujeito estará aprisionado na obrigatoriedade da produção de bens e valores que não lhe pertencem, por outro, o desemprego lhe controla a alma, na medida em que achata o sujeito à condição do que poderíamos chamar de “subsujeição”, ou seja, à marginalização. Esta, por sua vez, vem acompanhada da morte social (SAFATLE, 2015) e da insegurança, causada, afinal de contas, pelo afeto da esperança, já que só há insegurança mediante a possibilidade de segurança, isto é, da esperança de estar seguro. Então, a insegurança passa a ser, inclusive, uma euforia no campo do desemprego e, se assim o é, a segurança estará acompanhada do medo de perdê-la. A segurança, então, no campo do emprego, passa a fazer parte também do quadro das disforias, como demonstrado a seguir:

Quadro 4 – Emprego versus desemprego (3)

Emprego		Desemprego	
Euforia	Disforia	Euforia	Disforia
Esperança/Medo		Esperança/medo	
Segurança		Insegurança	
Vida social	XX		Morte social
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	alienação do corpo	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	alienação da alma

Fonte: A autora, 2018

Neste sentido, a diferença entre estar empregado e estar desempregado gira apenas em torno de vida social ou morte social, que são afecções disfóricas resultantes de um sistema de assujeitamento e controle de corpos. Esse estado de vida ou de morte social é vivenciado mais intensamente por aquele que chegou aqui já em estado de sobrevivência e desterritorializado de seus afetos: o refugiado.

### 5.1 Habilidades

Além de informar sobre os procedimentos que envolvem a retirada de sua CTPS, a atividade Habilidades propõe uma conversa com os refugiados sobre suas atividades em seus países de origem e sua afetividade no nível profissional. Na seção (A) Trocando ideias, apresentamos várias fotos de atividades reais, com pessoas em situações reais de produção: padeiro com a mão na massa, lixeiro recolhendo lixo, cabeleireiro atuando, pescador pescando, professor dando aula etc. Ao todo, oito imagens retratam profissões ligadas ao comércio, à indústria e ao terceiro setor. O comando pede, então, que sejam relacionadas as imagens aos setores correspondente. Em seguida, outras duas questões trazem a oportunidade de interação com o refugiado, tanto a nível oral quanto escrito:

Figura 23 – Entre nós, atividade “Habilidades” (1)

<p>2. No seu país de origem, você trabalhou em outros setores? Quais?</p> <hr/> <hr/>
<p>3. Que tipo de trabalho você gostaria de fazer atualmente?</p> <hr/> <hr/>

Fonte: Entre nós, em anexo.

A atividade abre dois campos de discussão. O primeiro relativo ao setor de trabalho do refugiado em sua terra de origem, ativando memórias e propondo trocas de informações e experiências não apenas entre brasileiros e estrangeiros, mas entre os estrangeiros das várias nacionalidades que participam do acolhimento. A ideia é que através desta interação verbal,

haja também interação social e, quiçá, profissional, já que desses encontros podem surgir oportunidades de trabalho conjuntas, que levam diretamente ao segundo campo, a questão de número 3, que aborda sua realidade atual, afinal, em muitos casos, não é mais possível o exercício imediato de sua profissão original, como no caso de médicos e de outros profissionais que precisam revalidar seus diplomas e se inteirarem de elementos essencialmente brasileiros, tal qual um advogado em relação à nossa legislação. O verbo utilizado, “gostar”, infere certo eufemismo que minimiza os efeitos de sentido que seriam obtidos com “poder”. As formas “poderia” e a que usamos, “gostaria” são forças de tração disfórica e eufórica, respectivamente, causadas pelo uso do futuro de pretérito: poderia é disfórico porque há em tração a possibilidade de não poder. Neste sentido, “poder” requer permissão dada por uma autoridade material ou imaterial:

(i) Posso trabalhar como médico porque meu diploma foi validado.

(ii) Posso fazer isso porque sou capacitado.

Em (i), para que se possa trabalhar como médico, o diploma precisou ser validado por uma instituição com esta autoridade; em (ii), a permissão vem da capacidade de fazer. Já “gostar”, flexionado no mesmo modo/tempo verbal causa efeito de sentido eufórico pela subjetividade que imprime à ação, ou seja, supostamente, “o tipo de trabalho que será feito” dependerá apenas do desejo de quem responderá a questão.

Na seção (B) desta atividade, depois de apresentarmos texto sobre um modo de formatação de currículo, comenta-se quais seriam as principais informações a serem descritas, tais como habilidades e experiências profissionais e idiomas que falam – característica importante, uma vez que boa parte dos refugiados falam mais de uma língua, o que pode ser um diferencial para a inserção no mercado de trabalho. Na interação desta seção, seguimos com o esquema de perguntas subjetivas que podem ser respondidas na forma escrita da língua ou oralmente:

Figura 24 – Entre nós, atividade “Habilidades” (2)

<p>1. Na apresentação das suas experiências, quais habilidades você prefere destacar?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>2. Quais conhecimentos e habilidades você quer adquirir?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>3. Como você pretende adquirir esses conhecimentos e habilidades?</p> <hr/> <hr/> <hr/>

Fonte: Entre nós, em anexo.

No primeiro item, fizemos questão de deixar claro que partimos do pressuposto que o refugiado tem experiências e habilidades. Além de ativar memórias, pretendemos que reflitam sobre a forma como suas experiências podem ser úteis na busca por uma (re) colocação profissional. Se, por ventura, em seus países, o refugiado possuía, além de uma atividade principal, habilidades secundárias, estas poderiam passar eventualmente a principal atividade aqui no Brasil, provisoriamente ou definitivamente. Assim, uma pessoa que além exercer a profissão docente tem a habilidade de cortar cabelos, pode ampliar suas expectativas de trabalho, até que seu diploma seja validado. Já na segunda questão, relativizamos o pressuposto da primeira, ao sugerir que, ainda que o refugiado não tenha experiências profissionais anteriores, pode adquirir conhecimentos e habilidades no Brasil, e, finalmente, na terceira questão, temos a intenção de discutir possíveis ofertas de qualificação técnica que facilitem encontrar trabalho.

Alguns direitos são apresentados na última parte desta atividade, tais como o repouso semanal remunerado, o vale-transporte, o seguro-desemprego, hora-extra etc. A orientação é que a discussão neste encontro caminhe para as possibilidades de formalização de atividades profissionais que, por ventura, estejam sendo exercida em caráter informal, principalmente porque, ao contrário do que acontece com um brasileiro que vende produtos como camelô, o refugiado pode perder o direito de permanência no país se infringir alguma norma. Por isso, alertamos para o risco da informalidade e apresentamos algumas opções como o registro de autônomo na prefeitura ou o empreendedorismo individual (MEI). Finalizando a atividade, chamamos novamente uma discussão crítica sobre o sistema de trabalho brasileiro e suas implicações:



Figura 25 – Entre nós, atividade “Habilidades” (3)

<p>Na sua opinião, o que precisa ser aprimorado entre os direitos mencionados?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
--

Fonte: Entre nós, em anexo.

O refugiado, como todo cidadão, tem direito a opinar sobre os modos sociais do grupo ao qual pertence ou está pertencendo. Dessa maneira, subjetivamos a questão ao solicitar que o participante exponha sua opinião sobre o assunto, indicando: por pressuposição que (1) há algo que precisa ser aprimorado entre os direitos mencionados; e por sugestão que (2) há algo desmazelado entre os direitos mencionados. Esses elementos semânticos conduzem à interação e ao senso crítico, fazendo do acolhimento, também um espaço de discussão e troca de experiências e opiniões.

### 5.3 Mobilidade Urbana

Esta atividade, mais do que as demais, nos foi demandada e praticamente conduzida pelos acolhidos. Os inúmeros bilhetes de transporte associados aos diversos meios de locomoção geram confusão para os estrangeiros tanto quanto para os brasileiros. Nesta atividade listamos: Bilhete Único Carioca (BUC), Bilhete Único Intermunicipal (BUI), RioCard e MetrôRio. E perguntamos se conhecem algum outro. Em um dos encontros, houve quem questionasse o sentido da palavra “único”, uma vez que há tantos outros. O que aproveitamos como exemplo de polissemia, característica lexical da Língua Portuguesa. O bilhete é único porque não há outros bilhetes semelhantes? Sim e não. Existem outros bilhetes semelhantes, então, neste caso, a palavra “único” se assemelha a singular e se opõe à plural. Dessa forma, são plurais os bilhetes de mobilidade. Porém, na situação em que está posto, o mesmo sintagma desvia para outra possibilidade de sentido da palavra “único”, como unitário, ou seja, basta uma unidade de bilhete para se locomover entre diversas estações/municípios, seguindo regras, resumidas na atividade. Com base no exposto, podemos dizer que o adjetivo “único” é um ponto na matriz que vai de zero (não existe um único refugiado aqui hoje) a infinito (há inúmeros refugiados aqui hoje):

nenhum <=> um único <=> alguns a inúmeros.

A discussão serviu, ainda, para abordarmos os efeitos de sentido de um enunciado conforme a situação de comunicação, a partir de outra palavra polissêmica inserida nos mesmos sintagmas, “bilhete”, cujos sentidos se alternam pelo menos entre:

- (1) mensagem verbal curta;
- (2) ingresso;
- (3) passagem;
- (4) cédula de acesso às loterias da sorte e azar.

Nas questões subjetivas perguntamos sobre o transporte público nos países de origem, bem como o meio de transporte usado para chegar até a Uerj. Com isso, queríamos evidenciar os diferentes caminhos tomados pelos refugiados para participar do acolhimento e, ainda, obtermos informações sobre seus locais de residência, mostrando mapas para que eles se localizem e aos seus colegas. Para esta interação, lançamos mão novamente do recurso musical, utilizando o funk “Nosso sonho” (1996, MCA, Universal Music), de Claudinho e Bochecha. Usamos apenas parte da extensa letra, mais precisamente a que menciona os bairros da periferia do Rio de Janeiro e comunidades cariocas, onde reside a maior parte dos refugiados.

#### 5.4 Saúde





Seguindo a via do trabalho e da mobilidade urbana, produzimos duas atividades abordando o tema saúde. Uma ligada ao atendimento pelo Sistema Único de Saúde e a outra relacionada ao estado de saúde do indivíduo. O adjetivo “único” vem, novamente, nos chamar a atenção, desta vez questionado o fato de ser o SUS o único sistema de saúde no Brasil. Além de alternativas populares herdadas dos índios e tomadas pelos métodos fitoterápicos mais modernos, há, ainda, a procura pelos “curandeiros”, rezadeiras” e outras aplicações alcunhadas “pajelanças”, em alusão à prática de curandeirismo indígena. Em outra frente, há o império dos planos de saúde, aos quais nem todo brasileiro e menos ainda os refugiados têm acesso, por causa dos valores altos cobrados na mensalidade. Até em relação à saúde, a busca por um emprego torna-se evidentemente essencial pelas garantias que proporciona, pois que oferece, muitas vezes, planos particulares aos empregados. Melhor adjetivado estaria o

sistema se o “único” fosse substituído por “integrado”, já que é este o sentido que se pretende e que informa que todas as ações do governo em relação à saúde em todo o Brasil estão integradas no Sistema. Abrindo a atividade e as discussões sobre o SUS, perguntamos aos refugiados:

Figura 26 –Entre nós, atividade “SUS” (1)

1. Você já precisou usar o Sistema Único de Saúde (SUS)?  
 nunca       Sim, 1 ou 2 vezes       Sim, mais de 3 vezes

2. Caso já tenha usado o SUS, de que tipo de atendimento você precisou?


	
<input type="checkbox"/> tratamentos	<input type="checkbox"/> diagnósticos
	
<input type="checkbox"/> consultas	<input type="checkbox"/> vacinação

Fonte: Entre nós, em anexo.

Ainda que tenhamos muitas vezes usado os trabalhos de alguns ilustradores em situação de refúgio, temos a preocupação de, em alguns casos, utilizar imagens fotográficas, para nos mantermos centrados na situação real do país/estado/cidade em que nos encontramos. A atividade SUS segue anunciando a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (do Ministério da Saúde, 1996). Relendo, hoje mesmo, os seis tópicos da Carta, sinto-me um tanto constrangida por não acreditar no que dizem, apesar de concordar que é preciso anunciar e dar conhecimento dos direitos para que possamos cobrá-los. Veja a próxima figura.

Figura 27 – Entre nós, atividade “SUS” (2)

A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (Ministério da Saúde, 2006) baseia-se em seis princípios básicos de cidadania, que asseguram ao cidadão o direito básico ao ingresso digno nos sistemas de saúde, sejam eles públicos ou privados. São eles:



1. Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.
2. Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema.
3. Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
4. Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos.
5. Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada.
6. Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos.

Fonte: Entre nós, em anexo.

Contrapondo tais princípios com as notícias que lemos diariamente nos jornais, vemos que faltaria um sétimo item que indique o direito do cidadão de punir gestores que não cumpram tais determinações, pois o que acontece verdadeiramente é bem diferente do discurso que se pode destacar em “todo cidadão tem direito”. Vejamos algumas manchetes jornalísticas colhidas em apenas um veículo midiático, em apenas três dias, de 9 a 11 de janeiro deste ano de 2019, 23 anos após a Carta:

1) Pacientes dizem que Hospital Pedro II tem falta de médico, ar-condicionado, macas e até água (Por Guilherme Peixoto, Jornal Hoje, 11/01/2019)<sup>62</sup>

2) Calorão no Miguel Couto: hospital continua com área sem ar-condicionado (Exibição em 10 jan 2019)<sup>63</sup>

3) Escorpião é encontrado em ala infantil de hospital em Jundiaí (Por G1 Sorocaba e Jundiaí, 10/01/2019)<sup>64</sup>

4) Hospital demite 145 funcionários após prédio apresentar problema estrutural (Por G1 Santos, 10/01/2019)<sup>65</sup>

<sup>62</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/11/pacientes-dizem-que-hospital-pedro-ii-tem-falta-de-medico-ar-condicionado-macas-e-ate-agua.ghtml>, acesso em 11/01/2019

<sup>63</sup><https://globoplay.globo.com/v/7289594/>, acesso em 11/01/2019

<sup>64</sup><https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/01/10/escorpio-e-encontrado-em-ala-infantil-de-hospital-em-jundiai.ghtml>, acesso em 11/01/2019

<sup>65</sup><https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/01/10/hospital-demite-145-funcionarios-apos-predio-apresentar-problema-estrutural.ghtml>, acesso em 11/01/2019

5) Hospital de Bonsucesso em crise no atendimento vai gastar R\$156 mil para comemorar 70 anos da unidade (Por Ari Peixoto, RJ2, 10/01/2019)<sup>66</sup>

6) Hospital infantil é alagado durante chuva em Porto Velho (Por G1 RO, 09/01/2019)<sup>67</sup>

A realidade do sistema de saúde do Brasil desmonta o discurso de dignidade contido da Carta do Ministério da Saúde que, afinal de contas, ainda está em vigência – mas não em voga. Ainda assim, como mencionei, sabemos da importância de dar conhecimento sobre direitos e deveres, ao mesmo tempo em que abrimos discussão sobre eles. Assim, sobre a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, perguntamos:

Figura 28 – Entre nós, atividade “SUS” (3)

<p>a) O que você considera ser um “atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação”?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
---

Fonte: Entre nós, em anexo.

A discussão sempre se mostra acalorada nos encontros ao adentrarmos na questão da saúde e, principalmente, na fragilidade do sistema e em como ele tenta se construir a partir de um etos humanizado e coerente com os princípios da dignidade humana. As intenções de sentido contidas nas expressões “atendimento humanizado”, “atendimento acolhedor” e “atendimento sem discriminação” são desmanteladas pelas práticas a que são submetidos os usuários do sistema de saúde. Dentre os seis princípios da Carta, o penúltimo imputa ao cidadão a responsabilidade pela exequibilidade dos demais. Veja a seguir.

<sup>66</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/10/hospital-de-bonsucesso-em-crise-no-atendimento-vai-gastar-r156-mil-para-comemorar-70-anos-da-unidade.ghtml>, acesso em 11/01/2019

<sup>67</sup><https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/01/09/hospital-infantil-e-alagado-durante-chuva-em-porto-velho.ghtml>, acesso em 11/01/2019

Figura 29 – Entre nós, atividade “SUS” (4)

b) Para você, quais são as responsabilidades do cidadão para que seu atendimento aconteça de forma adequada?

---



---



---

Fonte: Entre nós, em anexo.

Resgato para cá o princípio quinto da Carta: “Todo cidadão também tem responsabilidades para que o tratamento aconteça de forma adequada”. O uso do advérbio de inclusão “também” indica que deve ser incluído entre as “posses” do cidadão – até então listados apenas seus direitos -, o dever de fazer com que sejam validados os seus direitos. Em outras palavras, transfere para o cidadão, a responsabilidade pelo sucesso e, conseqüentemente, pelo eventual fracasso das diretivas. Este sentido é corroborado no último item, cuja argumentação lógica confunde toda a estrutura de sentidos. Vejamos:

1. todo cidadão tem direitos;
2. É responsabilidade do cidadão fazer valer tais direitos (ter um tratamento adequado);
3. O comprometimento do gestor da saúde é mais um direito do cidadão que – não esqueçamos – tem a responsabilidade de fazê-los valer.

Portanto, não é tarefa fácil responder à pergunta formulada em (b), principalmente quando o cidadão que precisa fazer valer seus direitos, ainda não tem domínio suficiente da língua de acolhimento e é um refugiado. A atividade nos valeu para inserir no conteúdo linguístico o sentido de “possibilidade”, através do futuro do pretérito em oposição a outros tempos, como no exercício abaixo:

Figura 30 – Entre nós, atividade “SUS” (5)

2. Observe as duas frases abaixo:

Todo cidadão **tem** direito a atendimento de saúde.  
 Todo cidadão **deveria ter** direito a atendimento de saúde.

Qual a diferença de sentido entre “tem” e “deveria ter”?

---



---



---

Fonte: Entre nós, em anexo.

Neste sentido, além de apresentar duas formas verbais do PBr, promovemos o debate

entre o que deveria ser o atendimento público de saúde e o que realmente é.

### 5.5 O que falar quer dizer?

A atividade linguística acontece a partir tanto daquele que fala no momento em que fala, quanto por aquele que ouve, no momento em que ouve, ou seja, todo e qualquer enunciado só adquire sentido na recepção do enunciatário e, ainda assim, ele só se concretizará se os sujeitos compartilharem os mesmos códigos, sejam estes linguísticos, culturais, morais, religiosos etc. O que equivale a dizer que enunciador e enunciatário são partes indelévels da interação comunicativa. Pensando em apresentar aos acolhidos mais algumas características do nosso modo de nos comunicarmos, formulamos a atividade Provérbios – de que tanto gostamos, segundo Câmara Cascudo (1978), para quem eles são autênticos representantes da literatura oral e “constituem uma literatura incrivelmente atual” (p. 74). Leonardo Mota, que reuniu milhares de adágios em seu Adagiário Brasileiro, de 1991, lembra que

Platão pensava que seguiria um curso completo de moral quem lesse os incontáveis provérbios da Ática. Eu não tenho a petulância de parodiar Platão, mas também acredito que quem ouvisse os muitos milhares de ditados sertanejos que vivem na boca da experiente gente matuta seguiria um curso completo de sagacidade e astúcia. (MOTA, 1991, p.339)

Não é à toa que os provérbios são um gênero meta enunciativo conhecido como “sabedoria popular”, e de caráter essencialmente oral. O pesquisador afirma, ainda, que é tão grande a paremiologia brasileira que seria possível a comunicação apenas com eles:

Um dos aspectos mais estudáveis da paremiologia roceira é a contradição dos anexins, são conceitos que se repelem e se destroem. Se, por exemplo, um ditado ensina que *Cobra que não anda engole sapo*, outro o invalida, insinuando *Pé que não anda não dá topada*. Se este acentua que *Cada um em sua casa, o diabo não tem o que fazer*, aquele recorda que *Pra se encontrar o diabo, não se precisa sair de casa*. Diz alguém que *Quem foi molhado de chuva não tem medo de sereno*, mas outrem sustenta que *Quem foi mordido de cobra tem medo até de minhoca*.<sup>68</sup> (MOTA, 1991, p.339).

Basta atinarmos para quantas vezes recorremos a estes aforismos todos os dias para compreendermos que fazem parte de nosso modo de comunicação. Assim, utilizamos esta

---

<sup>68</sup>Grifos do autor.

atividade para focar a diversidade de sentidos que podem ser produzidos a partir de tais construções. Em outubro de 2017, em uma reunião, recebemos um engenheiro ambiental angolano. Neste dia, discutíamos as expressões idiomáticas e perguntamos ao rapaz se ele poderia nos apresentar alguma de Angola. Ele teve muita dificuldade em compreender o que seria o sentido figurado de uma expressão. Em minhas anotações de campo, escrevi:

Refletimos que a apresentação das expressões idiomáticas deve acontecer sempre dentro de contextos de utilização. Além disso, associar nossas expressões às expressões de suas línguas. Então, verificamos que os congoleses, por exemplo, são muito literais, a linguagem conotativa é muitíssimo pouco usada tanto no francês que eles utilizam quanto na lingala, sua língua mater. *P.* ponderou em relação às expressões, que deveríamos associá-las por campo semântico, por exemplo: mão de vaca e olhos da cara têm a ver com dinheiro. *D.* lembrou que é muito difícil ilustrar as expressões. Eu: - Como é que vamos ilustrar por exemplo “tirar a barriga da miséria”? Então, nestes casos, a ilustração deve representar a situação e a expressão verbal viria num balão. Por exemplo, um morador de rua recebe uma lauda refeição e pensa (num balão): - Oba! Vou tirar a barriga da miséria. (MINHAS ANOTAÇÕES, ANEXO xx, REUNIÃO 09/2017).


Para os dois colombianos presentes, entretanto, foi mais fácil compreender os provérbios que propomos para a atividade e, como ilustradores, não tiveram dificuldade em realizar os desenhos para alguns, tais como:

Figura 31 – Entre nós, atividade “Provérbios” (1)

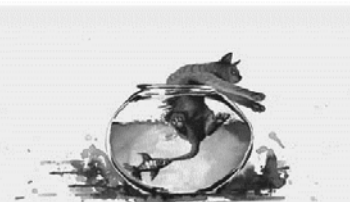
(1) Roupa suja se lava em casa.  
 (2) Um dia é da caça, outro do caçador.  
 (3) É melhor prevenir do que remediar.

Você já ouviu alguma das frases?      Você saberia dizer o significado delas? Será que todas podem ser usadas em conversas cotidianas?

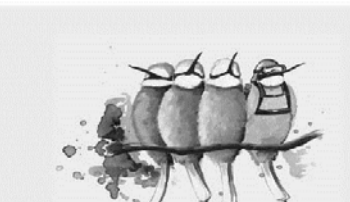
1. Numere a imagem que ilustra cada uma das frases acima.



( )



( )



( )

Fonte: Entre nós, em anexo.

Na primeira ilustração, há um casal discutindo. Esta figura deve ser associada ao provérbio (1) do exercício. Para nós pode parecer óbvio que “roupa suja” refira-se a algum desacordo entre pessoas e que “lavar em casa”, conseqüentemente, ordene que os acordos sejam formados reservadamente e não em público. Para um estrangeiro, entretanto, a



expressão dissociada de seu sentido literal não fará nenhum sentido.

Mais do que representantes da literatura oral a que se referiu Câmara Cascudo, os provérbios carregam uma espécie de memória social. Por isso, se em um primeiro momento, alguns acolhidos poderiam não compreender que o enunciado “roupa suja se lava em casa” não se refere propriamente à lavagem de roupa em um lar, em outro, as discussões que viriam, eventualmente, a surgir a partir das inferências possíveis foi um dos objetivos desta atividade, afinal, compartilhar os modos como formulamos os sentidos das expressões idiomáticas e de nossas parêntias corrobora não apenas com a comunicação, mas situa os refugiados no caminho da transculturalidade que proponho nesta tese e na compreensão da polifonia inerente à comunicação proverbial.

A enunciação proverbial é fundamentalmente polifônica; o enunciado apresenta sua enunciação como retomada de inúmeras enunciações anteriores, as de todos os locutores que já proferiram aquele provérbio. (MAINGUENEAU, 2013, p. 215).

Os provérbios em geral são proferidos como resposta a alguma enunciação que requer uma reação verbal do interlocutor. Ao ser interpelado e não encontrar em seu repertório termos responsivos, ou mesmo por preferência, o coenunciador lança mão desse repertório essencialmente popular, de forma a usar como sua a voz de outrem, ao mesmo tempo em que se atribui um ethos sábio, afinal “a voz do povo é a voz de Deus”, ou, nas palavras de Maingueneau (2013, p. 217-218), “o provérbio é uma asserção sobre a maneira como funcionam as coisas, sobre como funciona o mundo, dizendo o que é verdadeiro”. (p.217-218).

Na atividade proposta, apresentamos algumas características dos provérbios, entre as quais o sentido figurado comumente presente. A intenção é que o acolhido consiga identificar o axioma, ainda que o tropo não seja imediatamente compreendido. Assim, ao ouvir uma sentença tal qual “mais vale um pássaro na mão do que dois voando”, o refugiado não correrá o risco de caçar pássaros para tê-los à mão como moeda de valor, mas refletirá sobre o efeito de sentido produzido pela enunciação, com base no contexto e nos aspectos extralinguísticos. Em relação aos tropos contidos na fala proverbial, eles atendem aos que não querem explicitar o que pensam e, por isso utilizam formas de fazer com que os ouvintes precisem inferir suas ideias, utilizando-se, entre outros recursos, da linguagem figurada, cuja compreensão exige que o leitor faça inferências como acontece nos provérbios.

Observamos que dos três provérbios que utilizamos nesta atividade, apenas um poderá ser compreendido em seu sentido literal: “é melhor prevenir do que remediar”, bastando que o enunciatário tenha relativo domínio do código, que o permita compreender a formação da palavra remediar, derivada de remédio: aquilo que aplaca os males da vida. Por outro lado, os

enunciados “roupa suja se lava em casa” e “um dia é da caça, outro do caçador”, por seu caráter metafórico, exigem inferência de sentidos baseados não apenas no conhecimento de mundo, mas no conhecimento mnemônico compartilhado por um grupo.

A compreensão de “um dia é da caça, outro do caçador” também requer certa maestria. Longe de pretender distribuir dias entre caçadores e suas caças, brasileiros inferem o sentido como não como vencer sempre, ou seja, se hoje você venceu (ou perdeu) amanhã pode ser diferente. Da mesma forma, será necessário que o estrangeiro

(1) reconheça um axioma, seja ele provérbio, ditado etc.

(2) tenha domínio discursivo que lhe permita inferir sentidos.


Avançando na atividade Provérbios, na seção B – Conhecendo mais, aplicamos a seguinte atividade:

Figura 32 – Entre nós, atividade “Provérbios” (2)

**B – Conhecendo mais**

Considere os seguintes provérbios:

Quem espera sempre alcança.  
 Quem fala o que quer ouve o que não quer.  
 Quem não tem cão caça com gato.  
 Quem tem pressa come cru.  
 Quem vê cara não vê coração.




Fonte: Entre nós, em anexo

Através dos cinco provérbios iniciados pelo pronome “quem”, demonstramos o caráter genérico destas enunciações, indicando que qualquer um poderia ser colocado como sujeito neste enunciado. Aproveitamos, também, para a compreensão do tempo presente dos verbos contidos nos cinco enunciados, assim como da função conativa inerente a este gênero discursivo. Por fim, utilizando a música “Bom conselho”, de Chico Buarque de Holanda, demonstramos que todo dito pode ser desdito, contestado e trazemos, mais uma vez (e sempre) o acolhido para a discussão com o exercício final da atividade:

Figura 33 – Entre nós, atividade “Provérbios” (3)

Ouça agora a música “Bom conselho”, de Chico Buarque

<p>Ouça um bom conselho que eu lhe dou de graça: inútil dormir que a dor não passa.</p> <p>Espere sentado ou você se cansa. Está provado: quem espera nunca alcança.</p> <p>Venha, meu amigo, deixe esse regaço; brinque com meu fogo, venha se queimar!</p>	<p>Faça como eu digo, faça como eu faço, aja duas vezes antes de pensar.</p> <p>Corro atrás do tempo, vim de não sei onde. Devagar é que não se vai longe.</p> <p>Eu semeio o vento na minha cidade. Vou pra rua e bebo a tempestade.</p>	
--	---	---

Fonte: Entre nós, em anexo.

O comando da questão acima, que segue esta tarefa proposta, também exemplifica a necessidade constante de se ter capacidade de inferir o que está pressuposto e o que está subentendido nos enunciados. Assim, se enunciamos “Que efeito esse emprego (o emprego de provérbios na música do Chico) tem sobre as regras sociais e morais veiculadas por esses provérbios em sua forma original?”, afirmamos (i) há regras sociais e morais veiculadas nas formas originais dos provérbios; (ii) é possível transgredi-las. Nesse sentido, demonstramos a relatividade da enunciação e a dinamicidade da língua, assim como que o que está posto, pode ser disposto de variadas formas, tal qual acontece na utilização dos diversos aforismos presentes numa língua.

### 5.6 Com que roupa que eu vou?

Temos evitado listar em nossos materiais palavras em vocabulários por entendermos que os sentidos dependem dos contextos. Vimos que na música do Dicró, A vaca da minha sogra, a palavra “vaca” deixou de ser o nome de um animal para ser uma expressão de xingamento. Já o vocábulo “sogra” sequer consta do vocabulário de uso dos congoleses, para quem a mãe de seu cônjuge é simples e completamente “mãe”.

Para evitar estes estímulos objetivos, preferimos usar perguntas mais diretas e subjetivas no apanhado geral de todas as atividades, como nesta que elaboramos dentro da temática roupas e compras:

Figura 34 – Entre nós, atividade “Roupas” (1)

<b>A – Trocando ideias</b>				
1. O que você está usando hoje?				
<input type="checkbox"/> calça	<input type="checkbox"/> bermuda/ <i>shorts</i>	<input type="checkbox"/> camisa/camiseta	<input type="checkbox"/> saia	<input type="checkbox"/> tênis
<input type="checkbox"/> vestido	<input type="checkbox"/> sapato	<input type="checkbox"/> sandália/chinelo	<input type="checkbox"/> botas	<input type="checkbox"/> _____
2. Onde você adquire suas roupas?				
<input type="checkbox"/> lojas	<input type="checkbox"/> feiras	<input type="checkbox"/> brechós	<input type="checkbox"/> eu faço minha própria roupa	
<input type="checkbox"/>	_____			

Fonte: Entre nós, em anexo


No mundo “civilizado”, todos usamos roupas (e/ou adereços), então, a pergunta “o que você está usando hoje?” além de dar um tom intimista que chama o interlocutor para dentro do ato de fala, é uma proposição verdadeira: ele está usando alguma roupa hoje, não temos dúvidas disso. Em relação às respostas possíveis, apesar das opções indicarem vestimentas usuais no Brasil, há um espaço para que seja escrita uma alternativa não prevista, como, por exemplo, uma túnica, uma bata ou outro traje qualquer. Dessa maneira, além de apresentarmos a cultura vestimental do Brasil, abrimos espaço para que o refugiado nos apresente a sua.

No enunciado da questão seguinte, “onde você adquire suas roupas” damos três opções comuns à classe socioeconômica mais popular, ou seja, alocamos opções onde seria provável que o acolhido tivesse acesso às suas roupas: lojas, feiras e brechós, onde são vendidas roupas a preços módicos. Não indicamos, por exemplo, boutique, magazines, shoppings e outras opções mais caras, mas deixamos espaço para essas ou outras opções. A escolha lexical de aquisição esteve em nossas discussões. Eu sugeri a forma “conseguir”, já que nem sempre as roupas são compradas, às vezes as são recebidas como doação da Cáritas ou de outras instituições, trocadas na comunidade, ganhadas de amigos e/ou de parentes. Cozer suas próprias roupas ou tê-las costuradas por outra pessoa também são opções. Entretanto, acordamos que a forma adquirir não tem apenas o sentido de comprar, mas de obter algo, de formas variadas. Da mesma maneira, a escolha do advérbio “onde” em detrimento de “como” alarga o sentido e as opções, uma vez que colocado neste contexto, “onde” é advérbio tanto de lugar como de modo.

Seguindo adiante nesta mesma atividade, em seu segundo tópico, “Conhecendo mais”, sugerimos um texto que fala sobre o mercadão de madureira, já que a maior parte dos acolhidos mora na Zona Norte da cidade ou no subúrbio, e que aquele comércio popular é

uma tradição carioca. Vejamos o tópico na próxima página:

Figura 35 – Entre nós, atividade “Roupas” (2)



O Mercado de Madureira é um dos mais populares centros de compras da cidade e um dos maiores mercados do país. Fundado em 1914, o espaço conta com lojas e quiosques de moda, gastronomia, artes. Cerca de 80 mil pessoas passam por lá diariamente. Hoje em dia, a variedade de produtos, os preços baixos e a diversidade cultural encontradas no local são os principais atrativos do Mercado, que já faz parte da história da cidade do Rio de Janeiro.

Adaptado de <http://www.guiadasemana.com.br/rio-de-janeiro/compras/estabelecimento/mercado-de-madureira>.

Fonte: Entre nós, em anexo.

A atividade, então, propõe um debate, que pode iniciar (e permanecer) na oralidade, sobre este e outros mercados populares. O enunciado do quarto exercício, “Quais outros mercados você conhece”, pressupõe que o acolhido conheça pelo menos um mercado, mas se até aqui não conhecia, já tem pelo menos, a partir do tópico, ideia de como funciona no Brasil um comércio popular, o que abre espaço para o diálogo entre as culturas, em que cada acolhido pode comentar sobre seus países. Por fim, o quinto exercício apresenta um “link” com outro famoso mercado brasileiro situado na capital baiana, onde se pode encontrar roupas típicas. O conceito de tipicidade é apresentado sem estereótipos comumente encontrados em resvalos pedagógicos, ou seja, recorrendo a imagens reais disponíveis gratuitamente na internet, como as que sugerimos na atividade seguinte, no tópico “Vivendo melhor”:

Figura 36 – Entre nós, atividade “Roupas” (3)

**C – Vivendo melhor**



Dalai Lama **usa** roupa tradicional dos monges tibetanos.  
Barack Obama **está usando** paletó, camisa e calça social.

**Algumas ocasiões necessitam de roupa específica. O que você usa nas situações abaixo?**

Fonte: Entre nós, em anexo.

A história das civilizações aponta para o fato de que em todos os povos estudados, tem havido escolhas diferentes para ocasiões diferentes: armaduras para combatentes, casacos para o inverno, adereços especiais para nubentes, acessórios e roupas religiosos, e assim por diante. Explorar estas diferenças pretendeu esclarecer que o uso de vestimentas e adereços específicos deve ser respeitado em todas as situações. Temos entre nós, acolhidas que usam véu, outras com vestimentas multicoloridas e acolhidos de túnica comprida e calças largas, entre outros. É certo que alguns já assimilaram a moda carioca (ainda que via importação) e vêm aos encontros com bermudas, jeans e camisetas, mas há os que preferem conservar hábitos e culturas, preservando memórias e identidades.

O enunciado “O que você usa nas situações abaixo?” incita a subjetividade deixando em aberto as opções. Entretanto, proponho que seja alterado o tempo verbal de “usar”, do presente do para o futuro do pretérito do indicativo, ou seja, de “usa” para “usaria” para indicar que esta é apenas uma possibilidade, não uma determinante, ou seja, condicionada ao contexto, como por exemplo: “em meu país, em outubro, eu usaria...”, “aqui no Brasil, eu fui a uma entrevista de emprego vestindo um calção e não consegui a vaga”, ou outras manifestações subjetivas.

As roupas são mais do que vestimentas, mais do que simples proteção do corpo, elas são uma manifestação do ser individual e coletivo. Assim como afirmava Saussure que a língua é o social porque é sistêmica e comum a todos e a fala é o individual porque contém as características subjetivas de cada falante, a roupa que se veste obedece a um sistema

semelhante. O conjunto de peças unitárias possíveis (calça, camisa, túnica, vestidos etc) é o sistema, o social, aquilo que é partilhado por todos, já a forma como cada indivíduo as usa é o lado subjetivo da moda. Dessa maneira, uma exposição vocabular como esta abaixo do livro *Pode Entrar* é o mesmo que apresentar o alfabeto, seus desenhos e sua grafia fora de um contexto, sem o qual, os sentidos se prejudicam.

Figura 37 – *Pode Entrar*, p. 41



Fonte: cartilha *Pode entrar*, página 41, em anexo.

Penso que deve ser muito estranho para uma acolhida de origem síria, por exemplo, associar a imagem do vestido contido nesta listagem ao que ela usa comumente, ou, ainda, o maiô como roupa de banho para uma cristã congoleza. As roupas íntimas femininas e masculinas também não condizem com as realidades de parte dos acolhidos. Enfim, muitos olharão para estas figuras e estes nomes sem compreender do que se trata. Optamos em nosso material por apresentar as roupas de uso dentro de contextos de uso e, principalmente, com seres humanos dentro delas, mostrando como nos vestimos no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, onde eles estão, mas deixando claro sempre que a escolha da vestimenta é subjetiva e deve ser respeitada em todos os contextos.

## **PESQUISAR É PRECISO, CONCLUIR NÃO É PRECISO**

Os sentidos não são inerentes às coisas ou ao mundo, mas sim uma construção que levará em conta não apenas os interlocutores, mas os contextos e as práticas discursivas em que estão inseridos. Será necessário reprimir que o conceito de práticas discursivas se enlaça ao do próprio discurso que, para Foucault (2012), é um conjunto de enunciados que, mais do que designar as coisas, é capaz de produzi-las. Os discursos, para o filósofo, só podem ser vistos como práticas circulares que formam sistematicamente os objetos de que falam. Portanto, os sentidos não são fixos.

Este ensinamento do filósofo me orientou no processo de pesquisa do acolhimento linguístico aos refugiados no Rio de Janeiro. Concluo que este trabalho será constante e adaptável a novas realidades que surgem na medida em que conflitos e guerras gerem fluxos de migrantes forçados e que os recebamos em nosso país. Se o grupo que acolhemos inicialmente era de sírios, congolezes, colombianos etc, atualmente, em 2019, vemos crescente a chegada de venezuelanos, e poderemos receber pessoas de outras nacionalidades, cada grupo trazendo sua língua, sua cultura, sua memória e sua identidade um tanto esmagadas pela dor de um específico degredo. Por causa desta grande movimentação de pessoas, afetos e sentidos é que não associo o que realizamos com um curso de português. Tentei demonstrar ao longo desta investigação que a atividade curso se distingue do acolhimento linguístico. Um curso é dormente, cristalizado, seguidor de um programa estável e amparado, no caso de curso de Português, num sistema metalinguístico. Já um acolhimento associa a uma recepção respeitosa dos valores linguísticos trazidos pelos refugiados, aliada à ambientação linguístico cultural dos acolhidos. Acolhimento é, ainda, sinônimo de refúgio e de hospitalidade, característica que atribuo ao trabalho realizado não apenas na produção destes materiais, mas no tratamento dado às pessoas acolhidas. Por outro lado, há uma entrega humanística que passa pelo trabalho voluntário dos monitores/facilitadores/professores. O que recebemos em troca? Acolhimento. Somos reciprocamente acolhidos pelos que acolhemos. Recebemos deles sua cultura, suas experiências e habilidades, suas contribuições para os movimentos de transculturalidade que regem o mundo atual e que discutimos a partir de Welsch (1999), Rathje (2011), Hall (2016) e Landowski (2012) ao longo desta pesquisa, e que foi uma reflexão importante para a compreensão do fenômeno identitário. Quando me refiro à identidade, refiro-me às identidades ou, ainda, aos modos de pertencimento, algo que gire em torno dos movimentos de territorialidade. O que eu sou hoje é aquilo a que pertenço, ao mesmo tempo em que meu pertencimento é condição de existência do território que estou a



ocupar.

Foi muito significativo os estudos que efetuei em torno da relação entre os conceitos de gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997) e gêneros de atividades (CLOT & FAÏTA, 2000). Delimitar as fronteiras entre os dois modos permitiu compreender que qualquer atividade genérica remete não apenas aos enunciados produzidos, mas também às ações que os produzem. Em outras palavras, se promovemos acolhimento, produziremos textos que reflitam esta condição genérica, ainda que por meio do que Maingueneau (2008) chamou de cenografia. Convém lembrar que permanecer com o nome enunciado Curso de Português com (ou para) refugiados em nada modifica o produto, uma vez que ele é o que ele é. Porém, estará criando um ethos efêmero que se diluirá no discurso em que a atividade se sustenta e nos textos produzidos a partir dela, entre os quais, o material didático que produzimos.

Esse cuidado em distinguir o tratamento dado ao acolhimento passa pelos temas que abordamos nas atividades e, principalmente, pela forma como abordamos. Tentamos sobremaneira respeitar as diferenças e atender às necessidades imediatas dos acolhidos. Esse respeito, passa, por exemplo, pela escolha dos tópicos que compõem e que ilustram as dinâmicas propostas. É lamentável apresentar elefantes e rinocerontes, entre outros, como animais pertencentes à nossa fauna, como ocorre na cartilha Pode Entrar, mas também lamentamos o uso da música do cantor Dicro sobre “a vaca da minha sogra”, cujo sentido depreciativo ofendeu a alguns acolhidos. No nosso caso, aprendemos, acatamos, respeitamos e mudamos a atividade.

Não tive a intenção de reduzir a importância de nenhuma iniciativa de acolhimento aos que buscam refúgio no Brasil, pelo contrário, precisamos do maior número possível desses investimentos. O que intentei ao propor uma análise discursiva de enunciados que se materializaram durante esta investigação – entre os quais, depoimentos, atividades nossas e externas – foi contribuir para nortear as inúmeras investidas que esperamos que surjam para minimizar o sofrimento de pessoas em degredo. Qualquer pessoa (pelo menos é o que parece) que permanece em um país de língua diferente da sua por dois, três, cinco meses, um ano, quem sabe, acabará por aprender a se comunicar. Então, ao estarem conosco em acolhimento linguístico, durante o pouco tempo que conseguem, os refugiados não recebem apenas noções da língua, mas diretivas de cidadania, estas sim, acomodadas em atividades linguísticas. Nenhuma das dez atividades propostas é simplesmente uma atividade didática. Em cada uma delas, há um conteúdo que remete aos direitos de um cidadão no Brasil, ainda que, como sabemos, mesmo aos brasileiros – e apesar da Constituição – tais direitos nem sempre estão garantidos.

A atividade “Habilidades”, por exemplo, dá espaço não apenas para que o refugiado

conheça os dispositivos ligados ao trabalho no Brasil, mas para que ele se reconheça em atividades exercidas em nosso país e/ou no dele. Ao analisar esta atividade, inevitavelmente, recorri a Marx (2008) e Safatle (2015), já que o trabalho é um dos maiores afetos humanos e a falta de uma atividade profissional remunerada pode representar, no Brasil, a morte social do cidadão. Demonstra-se em “Habilidades” a importância da Carteira de Trabalho como documento de identidade cidadão, ao mesmo tempo em que se lista alguns direitos dos trabalhadores brasileiros e argui ao refugiado sua opinião sobre tais direitos. Essa interação acontece em todas as outras atividades propostas pelo material Entre Nós.

Durante a elaboração dos materiais, uma das nossas preocupações, que renderam muitas discussões, era a de termos cuidado com os conteúdos escolhidos para as atividades. Assim, analisamos músicas, pesquisamos sentidos e possíveis inferências, ouvimos os refugiados e os que circulam nesta órbita, enfim, tivemos um enorme cuidado para que nada do que fosse dito ou abordado resultasse em estereótipos ou viesse a ofender culturalmente os refugiados. Pensamos – e acho que conseguimos – em ambientar o chegante na cultura e modo de vida do carioca e do brasileiro, deixando claro que há espaço para a integração. Esse é o meu pensamento, o que indico que deve ser priorizado na recepção de grupos refugiados, em todas as esferas de acolhimento, principalmente na linguística. O contato entre culturas deve ter por princípio a ideia da transculturalidade, ou seja, a consciência de que somente diferentes culturas formam novas culturas e que essas novas formações culturais em nada abala suas culturas formadoras já que estas estão contidas naquelas.

Dessa maneira, se uma refugiada muçulmana não usar biquíni como traje de banho, isso não será uma ofensa para a brasileira, por exemplo. Da mesma forma que aquela que cobre seu corpo não se deve ofender pelo minimalismo vestimental presente nas praias cariocas. Estou ciente da diferença entre o ideal e o real, mas essa complexidade é fruto da concepção de cultura como ilhas de isolamento, conforme discutido nesta tese. Um exemplo desse isolamento é o que atualmente chamam de “apropriação cultural”, em que uma mulher branca “não pode” usar um turbante sem que uma africana se sinta invadida em sua cultura.

Acredito no trabalho que realizamos junto aos refugiados. Tanto assim que reflito se um acolhimento linguístico também não seria um modelo mais adequado para outros grupos “refugiados”. Falo de populações específicas, não apenas grupos étnicos, como os índios, mas populações segregadas em nosso próprio país. Ao propor a alfabetização de adultos, por exemplo, penso que um acolhimento é método melhor do que um curso de letramento como preconiza a norma. Saber quem é o público que se vai acolher, quais as suas demandas, quais os recortes da língua lhe são urgentes etc, ajudará a conduzir aquele que precisa aprender a ler e escrever ao mundo cidadão iluminado pelas letras.

O educador brasileiro, Paulo Freire, já dizia que não há educação sem pesquisa. Na verdade, nada avança sem ciência, então, pesquisar é sempre preciso. Entretanto, nem sempre é possível concluir. No caso específico desta investigação, não se concluirá, pois não haverá precisão em nada do que possa ser dito a guisa de conclusão, a não ser que um acolhimento linguístico necessitará sempre de uma pesquisa concomitante, em tempo real, de acordo com a população que se acolhe e com o recorte contextual em que se vive. O que espero desse trabalho é que ele dê calço para que novas pesquisas aconteçam com o objetivo de romper barreiras e aproximar os seres humanos, independentemente de suas identidades.

“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.” (Paulo Freire)

FIM.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. C. Costa; DEUSDARÁ, B.; BRENNER, A. K. *Língua e alteridade na acolhida a refugiados: por uma micropolítica da linguagem*. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 1196-1207, jul. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2V1Y36S>. Acesso em: 19 mar. 2017.
- ARANTES, P. C.; DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Ensino de línguas com refugiados: implicações éticas, políticas e conceituais em tempos de biopoder*. Prelo. 2016.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- AGANBEN, G. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.277-326.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008;
- BARROS, Laura P.; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRASIL. *Secretaria de Direitos Humanos*, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2PK2uSy>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- CÂMARA CASCUDO, L. *Literatura oral no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CLOT, Y. ; FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. *Travailler*, n. 4, p.7-42, 2000.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, v. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DUCROT, O. *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*. O dizer e o dito. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-218.
- FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2016.

- GOMES, M. P. *Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2016.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
- KOLTAI, C. Traumas decorrentes do deslocamento forçado. *Revista Diversitas-Usp*, n.1. Disponível em: <https://bit.ly/2Y1YmQO>. Acesso em: 10 dez.2016.
- KRISTEVA, J. *Powers of horror*. Nova York: Columbia University Press, 1982.
- LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- LOURAU, R. UERJ – *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Análise dos textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARTELOTA, M. E. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- MOTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.
- PASSOS, E.; BARROS, R. *A cartografia como método de pesquisa-intervenção*. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*, (1969). In: GADET, F. ; HAK, T. *Por uma Análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1990.
- PETTER, M. M. T. *Línguas africanas no Brasil*. Gragoatá, Niterói, n. 19, p. 193-217, 2. sem., 2005.
- RATHJE, Stefanie. The cohesion approach of culture and its implications for the training of intercultural competence. *Journal Advances in Higher Education*. 95-114, 2011.
- REVUZ, C. A Língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI (org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- RUELLAND-ROGER, D. Gênero de atividades profissionais, variantes estilísticas e genericidade em clínica atividade. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 16, n. esp. 1, p. 133-144,2013.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São

Paulo: Cosac Naify, 2015.

SILVA, T.T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOARES, M.M.P. *O reino encantado de um (in)certo sertão visto do alto de uma catingueira: uma análise discursiva da obra de Elomar Figueira Melo*. Rio de Janeiro: Cartolina, 2015.

SOARES, M. M. P. Língua e refúgio: o ensino de português para refugiados no Rio de Janeiro e o efeito identitário como desafio para a composição dos materiais didáticos. *Anais do X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: pesquisa linguística e compromisso político*. Niterói: UFF, 2017. p. 1225.

WELSCH, Wolfgang. *Transculturality. Spaces of Culture: City, Nation, World*, ed. by Mike Featherstone and Scott Lash, London: Sage, 1999. p. 194-213.

**ANEXO A**

Livro “Entre nós: português com refugiados”, disponível para download em

[www.editoracartolina.wordpress.com/](http://www.editoracartolina.wordpress.com/)

**ANEXO B**

Livro “Pode entrar”, disponível para download em

[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Pode\\_Entrar\\_ACNUR-2015.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Pode_Entrar_ACNUR-2015.pdf)

**ANEXO C****DEPOIMENTOS****Depoimento de Refugiada em 16 de maio de 2016,  
no evento Vozes do Refúgio, no Museu do Amanhã**

Eu to aqui há um ano e oito meses, estou trabalhando no Cáritas, ajudando as pessoas que chegam. A maioria das pessoas que eu estou ajudando são as mulheres, que chegam hoje como eu cheguei em 2014, sem falar nada, sem saber nada sobre o Brasil, sendo que eu cheguei sozinha e a maioria das mulheres que chegam hoje, estão chegando com crianças ou grávidas, e sozinhas.

Uma situação bem grave que eu estou percebendo hoje, porque quando eu cheguei não era assim, mas as coisas estão mudando. Eu vou tentar falar um pouquinho porque as coisas estão mudando hoje Porque hoje chega muitas... a maioria das pessoas que chegam hoje, quase 50% das pessoas que chegam hoje são as mulheres e as crianças. O problema é que em vários lugares do mundo está acontecendo guerra, mas vou tentar falar um pouquinho do meu país, que é o Congo, que é o lugar que eu conheço bem, que as pessoas que chegam de lá, a situação deles eu posso falar porque eu vivia também lá, eu estava lá, eu posso falar. Acontece que no Congo tem guerra. São muito grupos, várias milícias, além disso, tem vários conflitos: político e étnico, enfim, são muitos. Quando acontece a guerra num país, acontece muitas coisas, e muitas vidas são perdidas, então, a maioria das pessoas que está sofrendo muito lá são as mulheres e as crianças. Esses grupos, os rebeldes estão visando muito as mulheres.

Na África o corpo da mulher é sagrado, e eles sabem, porque eles são africanos, eles sabem tudo. Se eles sabem que o corpo é sagrado, se eles chegam numa casa para fazer uma coisa com o marido, se você não tem como fazer, só vai fazer a coisa com a mulher, é como se você tivesse feito esta coisa com o homem. Então, eu acho que eles resolviam essa questão de começar a fazer o estupro com as mulheres. Não sei se vocês sabem, mas o Congo hoje é a capital mundial do estupro. Eu não gosto de falar sobre isso, mas eu não posso fechar minha boca para não falar, porque é uma coisa ruim, não é bom, mas... Eles começam a fazer o estupro. E isso acontece em outros lugares do mundo, as mulheres estão sofrendo a violência sexual, eu sei, mas no meu país é diferente. E é diferente por quê?

Porque os grupos rebeldes, eles estão usando o estupro como uma arma da guerra, eles sabem que a mulher é a força da família, a mulher é tudo o que pode existir num casal, nua vida, num país, ela é a força mesmo, e como ela é a força e a educação, tudo fica com ela, eles vão começar a fazer estupro e quando eles fazem isso, eles sabem que quando eles fazem isso o marido fica... não sei... como vou dizer... ele fica afetado e ele não pode mais fazer nada,



porque ele fica com vergonha primeiramente, porque a mulher dele foi estuprada, então tudo dele já está para fora, e como o corpo dela é sagrado ela não pode mais fazer nada na sociedade e a mulher fica como tipo lixo, ninguém conversa mais com ela, ninguém quer fazer mais nada com ela e todo mundo olha para ela com uma cara diferente, elas ficam marginalizadas na sociedade. E as crianças também.

Eles estão fazendo “estupriação” com as mulheres e também com as crianças. Eles não tem coração para dizer “esta é uma criança de um ano ou dois anos e ela pode ficar...” Não, ele faz tudo, ele estupra mesmo as meninas de um, dois ou três anos, depois disso eles pegam um objeto de guerra e colocam nas partes íntimas da mulher, essa mulher fica sofrendo a vida inteira. E a família mesmo fica embaixo, humilhada... E não pode falar nada. Fica muito difícil para esta família e para a comunidade mesmo, fica muito difícil. A maioria das famílias hoje... Além disso, quando eles fazem isso,... tem também algumas que depois do estupro eles matam, ou quando ele chega e a mulher está grávida, eles estupram a mulher e depois pegam a faca e abrem a barriga da mulher ali mesmo e fazem sair o bebê. São estas coisas que estão acontecendo lá no Congo.

As mulheres estão fugindo porque hoje em dia, mais de 50% das mulheres aqui no Brasil, porque as famílias entendem hoje, eles já sabem algumas coisas, eles te dizem, como estes estupros, estas pessoas, eles não fazem mais a guerra com nossos homens, eles usam as mulheres como arma, é melhor ajudar estas mulheres, é melhor colocar as mulheres fora do ar, então no momento, as famílias, juntas, depois de fugir, eles podem, no lugar onde eles vão fugir, podem juntar um dinheiro para poder fazer tudo, porque a mulher fica longe da cidade, em outro país, em segurança, ela com as crianças. Então, a mulher depois do estupro, se não morrem, ficam grávidas, tem aqui mesmo as mulheres que chegaram grávidas e já tiveram o neném, outras estão grávidas. Os pais das crianças, elas não conhecem porque elas foram estupradas por dez homens. É muito difícil.

Isso tudo é consequência da tudo que o Congo tem, eu acho. Por questões políticas, pela situação do Congo na África, que é a situação geopolítico dela, porque o Congo é muito rico, como o Brasil. A riqueza do Congo faz com que todo mundo queira esta riqueza, e a principal riqueza que o mundo que é o coltan<sup>1</sup>, que a maioria das pessoas conhece, pois é o que ajuda hoje em dia a tecnologia, para poder fazer o computador, o controle remoto da televisão, o satélite, tudo isso... é o coltan, mais de 80% de todo o coltan do mundo está no Congo. Eu não sei se um dia esta guerra vai acabar, mas eu to pedindo, como mulher, no lugar das outras mulheres, mas não só das mulheres, mas dos homens também, porque eles também estão sofrendo, não só as mulheres que estão saindo, mas os homens também, eu estou pedindo aos brasileiros, que é um povo acolhedor, que continuem ajudando estas pessoas, para que

tenhamos emprego e poder seguir e ter uma vida melhor do que tínhamos em nosso país de origem.

### **Depoimentos colhidos em evento público na Uerj, em maio de 2016**

#### **Refugiada 1**

Cheguei aqui em 2014, to aqui já com um ano e quase sete meses. Vou tentar falar pouquinho. Era muito difícil pra mim quando eu cheguei, porque no meu país, o Congo, a gente não fala português, a gente fala francês e outros idiomas do país, outros dialetos. Mesmo quando eu cheguei na aeroporto era muito difícil, não tinha como perguntar para saber como eu deveria caminhar para sair do aeroporto, até mesmo achar um ônibus, o metrô, era muito difícil, mas, graças a Deus, eu consegui, que tinha umas congolezas no aeroporto que me ajudou, quando eu cheguei.

Depois, começou a vida, né, de verdade aqui no Brasil. Era muito difícil, porque não tinha como sair, andar na rua, eu não tinha como ir no supermercado para comprar uma coisa, porque não sabia como pergunta(r) para achar alguma coisa para comprar. Era muito difícil.

Antes de sair eu deveria esperar as pessoas do meu país, as congolezas, que deveria sair comigo para me ajudar. Era muito difícil, mesmo quando eu estava andando na rua era também difícil, porque eu não falava, mas deveria conversar. Eu deveria ficar com boca fechado, então, era difícil, pra conversar porque eu deveria conversar só na lingala<sup>69</sup> ou na francês.

Teve algumas pessoas que estavam com preconceito, que não aceitam. Tinha um dia, eu estava saindo da Cáritas, eu peguei um trem, dentro do trem meu telefone tocou, peguei meu telefone e começou a falar, alô, eu comecei a falar na lingala, tinha uma moça que estava sentada assim perto de mim, ela começou... ela me olhou assim que entrou, depois ela se levantou e foi longe de mim e de lá continuou me olhando, de longe mesmo. Não era bom para mim, porque eu fiquei com muitas perguntas na cabeça, eu comecei a pensar: o que foi que eu fiz? Eu me perguntava, mas depois, como eu deveria ficar aqui, viver, trabalhar, fazer tudo aqui, eu comecei a estudar na Cáritas.

A Cáritas oferece um curso para refugiados, eu começou a fazer o curso, até que eles mesmo me contratou, graças a Deus, mas antes de começar a trabalhar lá, a Cáritas me encaminhou a algumas para procurar emprego, mas tinha um dia que eu fui e tinha dez pessoas comigo, foi na Copacabana, era uma restaurante que Cáritas falou que eles estavam contratando as pessoas para trabalhar, e quando chegamos lá, começamos a perguntar e falar

<sup>69</sup>

Língua do tronco Bantô falada na República Democrática do Congo

com as pessoas, para fazer o serviço, e a pessoa não... Essas vagas são para um, não posso contratar todo mundo, não posso pagar todo mundo... Só quem fala Português.

Se hoje eu estou falando, eu tive algumas pessoas, alguns brasileiros que me ajudou. Depois de tudo isso, a Cáritas me contratou. Mesmo no começo eu não falava como estou falando hoje, mas no começo era muito difícil, mas eles acreditou em mim, e me ofereceram esta oportunidade. Tem muitas pessoas maravilhoso que tá nos ajudando, que tá oferecendo as oportunidades.

### **Refugiada 2**

Eu sou (...), eu sou africana também, da Gâmbia, tenho 26 anos e quero falar um pouquinho sobre a minha história, e a minha relação com o português. Para mim, o meu primeiro contato com o português foi meio difícil porque eu estudei o inglês, e tem muitas coisas que tem em português que não tem em inglês. Foi muito difícil mas graças a deus os professores tiveram muita paciência com a gente e eu consegui aprender o português em dois meses. Eu consigo entender mais ou menos e não sei se vocês também conseguiram me entender... (risos) (Plateia: - muito bem!!!). Essa é minha experiência com o português.

Eu sou de Gâmbia, eu vim aqui porque nos nossos países a gente passa por matrimônio infantil e no meu caso eu não queria isso para a minha vida e eu queria (...) logo, para estudar e ser diferente. E por isso que eu estou aqui. É uma experiência muito diferente e muito difícil, porque a gente não fala português, estamos num país diferente, que nos estranha e nós também estranhamos, porque temos línguas diferentes e costumes diferentes. Mas com o tempo, pouco a pouco a gente está integrando e espero a compreensão de vocês para aprenderem sobre a nossa cultura, saberem um pouco da gente.

Eu queria falar sobre a África. A África não é um país só, são 54 ou 56 países, e em um país só tem muitas culturas, muitas etnias que cada uma tem sua cultura, então é sempre rico em culturas e são muitas forças. África é bonito, é lindo, a gente é vítima de pessoas que nos ... não temos bons governantes, eu diria que em meu país o problema é esse, a gente tem qualquer coisa para ser pessoas de bem, mas a gente tem no nosso país muito orgulho, a gente sai do nosso país mas a gente não procura isso. É uma oportunidade que se apresenta e a gente procura aproveitar melhor.

Em qualquer país tem pessoas preconceituosas, como “Refugiada 1”, minha irmã, estava falando, mas sempre eu acho que tem pessoas educadas que sempre estão dispostas a ajudar as pessoas. Bom, essa é minha história.

**Pergunta: Quais as diferenças principais que vocês sentiram entre o Brasil e o seu país?**

**Refugiada 2:** Sempre tem muitas diferenças, por exemplo, nós, os africanos, somos mais colegas, a gente tem sempre mais confiança para dar, mas aqui tem pessoas que dá essa confiança, mas tem pessoas que são muito... meio...

**Refugiada 1:** Algumas coisas que os brasileiros fazem, que lá na África, no meu país, a gente não pode fazer. Tem algumas coisas que a gente faz lá e que aqui não pode fazer, tipo aqui, por exemplo, para casar, se você quer se casar... Duas pessoas que quer se casar no meu país, o marido, ele tem que pagar na família da esposa, e ele tem que pagar caro, tipo, por exemplo, ele tem que pagar o dote, que pode ser mil e quinhentos a dois mil dólares, ou até três mil dólares. E tem ainda a lista. A família da esposa faz... manda para família do marido a lista para ele comprar essas coisas para a família da esposa, tipo roupas, panelas é muita coisa que a gente pede. Aqui não, você quer se casar, vai no cartório e... (risos) Não pode, no meu país, não pode. Então, essa situação é o que está fazendo na África, tem muita gente que não estão conseguindo se casar, é uma dificuldade muito maior.

Mas tem muitas coisas, muitas coisas, por exemplo, eu tenho direito de bater nesse bebê, é o filho do meu irmã, então eu posso bater também, mas aqui no Brasil, não posso. Dá polícia. Vou dar um exemplo: eu não posso chamar ...

(Para a plateia, dirigindo-se a um senhor): - Como é o seu nome, por favor?

Homem responde: Vitor.

**Refugiada 1:** Na África, eu não posso chamar ele de Vitor, não posso, é “papa Vitor” ou “monsieur Vitor”. Outra coisa, este aqui (dirige-se a um garotinho congolês). Este garoto não pode chamar outro menino pelo nome, tem que chamar “mano”. É assim na África. As pessoas, na África tem essa vida comum, as pessoas vivem assim. Eu não posso falar que aquele ali é o filho do meu irmão, ele é meu filho; a gente são irmãos, vocês são uma família, não tem mais diferença, ela pode ser a filha da minha tia, ela é minha irmã, minha irmã mesmo, de sangue. Eu não posso fazer esta diferença, na África é assim. A gente come junto, a gente se faz os presentes, nossos presentes são, tipo, eu vou procurar um emprego, graças a deus eu consigo um emprego bom, eu to recebendo uma boa salário, então esse salário não é só para mim, esse salário é para nós, quando eu recebo, na minha cabeça eu sei que eu tenho que dividir na família, tenho que dar a pessoa, o que ele precisa, quando ele chega, eu não

posso mandar ele embora não. Quando ele chega eu recebe, oferece a comida, a gente come junto.

Mas a gente está aprendendo a cultura de vocês porque hoje em dia a gente tá vivendo aqui. A gente não está vivendo mais lá. Como a gente está aqui, a gente está fazendo como vocês. As coisas boas né?... Eu não posso andar de sutiã, não posso; não posso andar de calcinha, não posso. Tipo... não posso... Na África, uma menina, uma moça grávida não pode deixar a barriga de fora, não pode. Na África, o corpo da mulher é sagrado. É sagrado.... Aqui uma moça grávida, vocês vão, mostram o barrigão... Na África não pode. Uma moça, quando ela começa a gravidez, ela não fala mesmo, ninguém sabe, só ela sabe disso, as pessoas, todo mundo começa a perceber, mesmo quando você pergunta, ela nega. Mesmo se você se casou legalmente. Na nossa cultura, antes de engravidar você tem que se casar. Você não pode engravidar antes de casar. Se você faz isso, porque tem as pessoas que fazem isso, a família, os amigos, ninguém vai fazer nada para você.

Não temos muito mais tempo para falar sobre isso, mas no meu país tem muita guerra, muitos grupos rebeldes e é muito difícil de ficar lá, porque todo dia muitas pessoas morrem. Todos os dias, no meu país, tem as mulheres que são estupradas, todo dia...O meu país é o país no mundo que tem maior violência contra a mulher. As pessoas no mundo falam que o meu país é a capital do estupro. É uma coisa muito difícil pra gente. Hoje em meu país, ele está usando essa arma. Eu acabei de falar aqui que o corpo da mulher é sagrado e hoje em dia os rebeldes estão usando isso como uma arma, a violência, o estupro. Por isso que as pessoas estão fugindo. Não importa se é para um país rico ou pobre, o importante é sair porque ficar pode significar a morte.

**ANEXO D**

Atas das reuniões com anotações e comentários

<b>ANO: 2015</b>
------------------

**Comunicado via e-mail, em 30 de abril de 2015**

Rio de Janeiro, 30/4/2015. Caros e caras colegas,

Escrevo-lhes para informar-lhes sobre o andamento de nosso querido projeto de português para refugiados!

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ na última segunda-feira, 27, às 17h com Angela, Bruno e os bolsistas, foi feita uma apresentação, pelos bolsistas, do material desenvolvido para duas aulas da primeira unidade: trabalho e emprego. O próximo passo agora é apresentar o material aos professores e acompanhar as aulas (As reuniões de elaboração de material didático têm sido feitas toda segunda-feira às 17h). Durante a reunião, Angela sugeriu que tivéssemos informações sobre o grau de escolaridade dos refugiados. Eu solicitei essas informações à Cáritas e recebi o material hoje, que segue em anexo para vocês.

Bom, os informes e datas importantes que temos sobre o projeto são:

– conseguimos as salas na Psicologia (!!!) para que as 4 turmas de português para refugiados passem a funcionar na UERJ: 10.092F, 10.093F, 10.096F, 10.097F. Hoje fui até lá com Dominique e, provavelmente, as aulas se iniciarão na semana que vem nessas salas; O único problema agora é resolver se as crianças irão ou não às aulas acompanhando os pais, pois o décimo andar é muito perigoso para a circulação de crianças tão pequenas! Alguém teria alguma ideia?

– conseguimos uma parceria com a Enfermagem (!!!), que pretende atuar junto às mães gestantes e saúde das crianças. Pré-agendamos uma visita com as professoras da Enfermagem, Patrícia e Benedita, à Cáritas no dia 07/05 às 09:30h (vamos ainda confirmar com as professoras);

– às segundas-feiras às 17h sempre realizamos uma reunião com os bolsistas voluntários envolvidos no projeto de elaboração de material (Rafael Bernardo, Ingrid Perez e Ana Cecília). Da última vez usamos a sala do LerUERJ, que nos foi gentilmente cedida pelo prof. Victor Hugo. Sendo assim, perguntarei à Mirna se podemos deixar esse dia e horário reservados para fazermos as reuniões sempre neste espaço.

– agendamos uma reunião com os professores para apresentarmos o material desenvolvido pelos bolsistas sob nossa coordenação: 06/05 às 10h. Ana, Rafael e Ingrid, vcs

podem participar?

Bom, é isso, pessoal! Estou muito feliz que o projeto esteja dando passos tão importantes e que tenha sido desenvolvido de forma tão cooperativa e colaborativa! Agradeço-lhes pela parceria!

Um grande abraço e um ótimo feriado a todos! Poliana

ANO 2016
----------

<b>Reunião 01/2016, em 4 de abril de 2016</b>
---

**ATA**

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 04 de Abril de 2016, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana Arantes, Ana Karina Brenner, Larissa Oliveira, Roberto Nascimento Jr., Jéssica, Raíza, Morgana, Thaís, Charles Moreira.

Durante a reunião foram discutidos os seguintes pontos:

– A professora. Poliana deu as boas-vindas a todos e todas e apresentou os pontos a serem discutidos durante a reunião.

– **Apresentação do projeto da professora Ana Karina:** criação de plataforma online. Este projeto conta com uma bolsista de extensão: Thaís. A professora sintetizou o projeto para os novos bolsistas e expôs a importância do material produzido ser disponibilizado na plataforma online e em PDF. Sugeriu também que criássemos um acervo de leituras usadas no projeto.

– **Publicação do material:** a professora. Poliana expôs a atual situação dos materiais produzidos e conversou sobre o planejamento para a publicação: 1º semestre de 2016. Morgana disponibilizou-se para fazer a editoração.

– **Tarefas e planejamento:** foi feito um planejamento de levantamento de materiais para serem apresentados na reunião de **02/05/16**, para a unidade “Que país é esse” e divididas as tarefas em:

- a) acervo de músicas (Morgana);
- b) busca por textos (Roberto);
- c) busca por imagens (Larissa);
- d) levantamento de gírias e expressões idiomáticas (Thaís e Raíza)
- e) levantamento de lugares e espaços significativos na cidade (Charles)
- f) levantamento de vídeos (Jéssica).

\* A professora Poliana ressaltou a importância em utilizarmos textos autênticos e dados contextualizados no material.

– **Utilização da UERJ durante o período de greve:** as salas que estão sendo utilizadas para as aulas das turmas de português para refugiados são as da Geografia, bloco F do 4º andar.

– **Periodicidade das reuniões:** serão feitas duas vezes por mês: uma para a discussão teórica e outra para apresentação do material desenvolvido. Durante o período de greve as reuniões serão sempre às segundas-feiras, às 14h, na sala 11.111 (LERUERJ), bloco F.



– **Textos teóricos:** Poliana enviará dos textos a serem discutidos na reunião do dia 18/04/16.

– **Próximas reuniões:** agendamos as duas próximas reuniões, que serão nos dias 18/04 e 02/05.

Esses foram os principais pontos discutidos e encaminhados na reunião.

### **Reunião extra (não numerada), em 4 de abril de 2016**

#### **ATA**

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ na última segunda-feira às 14h, a professora Ana Karina sintetizou o projeto para os novos bolsistas e expôs a importância do material produzido ser disponibilizado na plataforma online e em pdf. Sugeriu também que criássemos um acervo de leituras usadas no projeto.

Conversamos sobre a publicação do material, que tentaremos fechar no 1º semestre, as possibilidades e meios de fazê-la. Morgana ficou responsável pela editoração.

Discutimos a unidade "Que país é esse": contextualização histórica, elaboração de atividades, um acervo de músicas para serem utilizadas nas aulas, busca por textos e imagens, levantamento de gírias e expressões idiomáticas, levantamento de lugares e espaços significativos na cidade e levantamento de vídeos.

\* A professora Poliana ressaltou a importância em utilizarmos textos autênticos e dados contextualizados no material.

Morgana ficou responsável pelas músicas; Roberto pelos textos; Jéssica pelos vídeos; Thais e Raíza pelas gírias expressões idiomáticas; Charles pelos locais, e Larissa pelas imagens.

Informes e datas importantes sobre o projeto:

– as salas que estão sendo utilizadas para as aulas das turmas de português para refugiados são as da Geografia, bloco F do 4º andar.

– nossas reuniões serão feitas duas vezes por mês: uma para a discussão teórica e outra para apresentação do material desenvolvido. Durante o período de greve as reuniões serão sempre nas segundas-feiras, às 14h.

– Poliana enviará dos textos a serem discutidos na reunião do dia 02/05.

– agendamos as duas próximas reuniões, que serão nos dias 18/04 e 02/05.

Esses foram os principais pontos discutidos e encaminhados na reunião.

## Reunião 02/2016, em 18 de abril de 2016

### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 18 de Abril de 2016, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana Arantes, Larissa Garcia, Morgana Pessoa, Amanda Mesquita, Cristiane Pinto, Maria Adelina, Thais de Lima, Lena Lustosa, Marcos Frota, Dominique Sendra, Charles Antonio, e Viviane Nascimento.

Durante a reunião discutimos:

- A professora Poliana deu as boas-vindas a todos e todas e apresentou os pontos a serem discutidos durante a reunião.
- **Texto teórico:** fizemos a leitura do texto “Os gêneros do discurso”, de Bakhtin, discutimos e analisamos as formas que isso poderia se aplicar às aulas do projeto.
- **Modelos e métodos de formatação do material:** Morgana apresentou um novo modelo de formatação do material, para que os mesmos fiquem padronizados.
- **Próxima reunião:** a próxima reunião será dia 02/05, para a discussão e apresentação do material produzido.

### MINHAS ANOTAÇÕES

Reunião teórica, discutimos gêneros do discurso e dialogismo. Propus uma unidade chamada “Lá e Cá” para a troca de conhecimentos e comparações entre as culturas. Mencionamos (propus) pela primeira vez a necessidade de padronização dos materiais a serem produzidos.

Resolvemos procurar músicas que pudessem nos ajudar na administração do conteúdo didático assim como provérbios e frases de caminhão. Fiquei encarregada de escolher algumas músicas e disponibilizá-las no *dropbox*.

Reflexão a partir dos temas estudados: o sentido é capturado por uma comunidade linguística, conforme valores, contexto, conhecimento de mundo etc.

Comprendemos já de início que as unidades devem ser fechadas em si, ou seja, as aulas devem ser compactadas num encontro, com começo, meio e fim no mesmo dia, no máximo em dois dias, uma vez que a rotatividade do grupo é grande. O grupo que temos num dia de aula não é o mesmo que poderemos ter na aula seguinte. Pensamos que as unidades poderiam utilizar como suporte fichas que o acolhido utiliza para montar um “manual” conforme suas necessidades, mas desistimos desta ideia porque os voluntários insistiram que os acolhidos preferem ter um livro ou um suporte mais convencional.

Nessa ocasião, foi publicado o artigo “(...)”, de Poliana, Bruno e Luciana, na Revista Desenredo.

### Reunião 03/2016, em 2 de maio de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 02 de Maio de 2016, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana Arantes, Ana Karina, Giovanna Giffoni, Dominique Sendra, Gabriella Coutinho, Bruno Deusdará, Raíza Leonídio e Larissa Garcia.

Durante a reunião discutimos:

– **Materiais levantados para as unidades**

Músicas: Foram apresentadas as músicas sugeridas pela Morgana, e discutimos modo como elas podem ser usadas nas aulas e o quanto podem ser significativas.

Imagens: Falamos sobre como imagens apresentadas poderiam ser aplicadas nas unidades, e a possibilidade de serem abordados temas como mobilidade urbana, trabalho e reurbanização da cidade com esse tipo de arquivo.

\*A professora Ana Karina sugeriu que fizéssemos um catálogo com os links dos sites onde os materiais obtidos foram encontrados, os nomes e o que podem ser trabalhados neles.

– **Catálogo dos materiais coletados:** Foi sugerido pela Professora Poliana que fosse criada uma tabela para cada pasta de arquivos (imagens, músicas, vídeos, gírias) indicando os temas que podem ser trabalhados com os materiais selecionados.

– **Atividades para próxima reunião:** Gabriela e Giovanna ficaram responsáveis por elaborar uma atividade com os materiais coletados. Os demais participantes devem se dedicar por continuar com a compilação de materiais e organização dos mesmos em forma de catálogo, como explicado acima. Quem não esteve presente nas reuniões anteriores, também pode preparar uma atividade com os materiais coletados que se encontram no Dropbox.

– **Próximas reuniões:** agendamos as duas próximas reuniões, que serão nos dias 16/05 (apresentação das atividades e discussão sobre processos de avaliação- a professora Ana Karina nos enviará o texto teórico para leitura) e 30/05.

### Reunião 04/2016, em 16 de maio de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 16 de Maio de 2016, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana Arantes, Morgana Pessôa, Raíza Leonídio, Amanda Mesquita, Giovanna Giffoni, Thais de Lima, Larissa Garcia, Dominique Sendra, Maria Adelina, Gabriella Coutinho, Charles Antonio e Larissa Guida.

Durante a reunião discutimos:

– **Página do projeto:** Thais ficou responsável por criar uma página, no formato blog, com informações sobre os projetos com refugiados e que disponibilize o material utilizado.

- Morgana ficou responsável pela editoração e formatação do material já encaminhado.
- **Evento com os refugiados:** A professora Poliana deu informes sobre o bate-papo com os refugiados, que ocorrerá no dia 24/05, no 1º andar, das 11h30 às 14h.
- **Oficina de escrita:** A professora Poliana falou sobre a possibilidade de fazermos uma oficina de produção de escrita com os refugiados, sugerida pelo professor Victor Hugo. (Morgana ficou responsável por entrar em contato com ele).
- **Material apresentado:** Raíza, Amanda, Gabriella e Giovanna apresentaram o esboço das atividades que prepararam e material que recolheram para a unidade.
- **Próxima reunião:** Nossa próxima reunião foi agendada para o dia 30/05, quando discutiremos o texto sugerido pela professora Ana Karina e faremos a apresentação dos materiais produzidos ao longo das semanas.

### Reunião 05/2016, em 6 de junho de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 06 de Junho de 2016, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana Arantes, Thais de Lima, Morgana Pessôa, Viviane Nascimento, Amanda Mesquita, Larissa Guida, Victor Hugo, Maria Adelina, Ana Karina, Larissa Garcia e Anna Carolina e Dominique Sendra.

Durante a reunião discutimos:

- **Página do projeto:** Thais apresentou a página que ela criou no Wordpress, onde ficarão disponíveis informações sobre o projeto e links dos materiais utilizados. O endereço da página é “portuguescomrefugiados.wordpress.com”
- **Curso de escrita com refugiados:** o prof. Victor Hugo falou sobre a proposta de curso de escrita e redação com os refugiados. Discutimos sobre a importância do curso no auxílio para ampliar a dominação da língua portuguesa, na preparação pro vestibular de alguns alunos e as maneiras de viabilizar esse projeto.
- **Capa das unidades:** Morgana apresentou o layout de capa das unidades do material. Também falamos sobre a padronização do mesmo, incluindo a quantidade que páginas das atividades, que devem ser entre três e quatro.
- **Material produzido:** Por fim, Amanda, Larissa e Morgana apresentaram as atividades por elas preparadas.
- **Próxima reunião:** Nossa próxima reunião foi agendada para o dia 20/06, às 14h, quando faremos a apresentação dos materiais produzidos ao longo das semanas.

### Reunião 06/2016, em 27 de junho de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 27 de Junho de 2016, das 14h às 16h, estiveram presentes: Ana Karina, Dominique Sendra, Thais de Lima, Viviane Nascimento e Larissa Garcia.

Durante a reunião discutimos:

-**Andamento do projeto:** conversamos sobre o andamento das turmas e do projeto, com repasses de alguns informes feitos pela professora Ana Karina e Dominique.

-**Atividades produzidas:** vimos as atividades prontas e já diagramadas da Unidade 1, e discutimos sobre os conteúdos que podem ser trabalhados nas próximas atividades, como pretérito perfeito, conjunções e advérbios.

- **Próxima reunião:** falamos sobre a próxima reunião, que ficou agendada pro dia 4/07, quando faremos a discussão do texto sugerido por Ana Karina. (O local da reunião ficará a ser confirmado, caso haja o trancaço da UERJ nesse dia.)

### Reunião 07/2016, em 4 de julho de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 04 de Julho de 2016, das 14h às 16h, estiveram presentes: Ana Karina, Amanda Mesquita, Thais de Lima, Poliana Arantes, Bruno Deusdará, Dominique Sendra e Larissa Garcia.

Durante a reunião discutimos:

– **Informes:** Ana Karina e Dominique deram informes sobre calendário e atividades do curso de Português para os refugiados.

– **Discussão do texto:** discutimos o texto “EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA”, de Moacir Gadotti, e conversamos sobre o modo como os conteúdos e conceitos nele trabalhados podem ser aplicados na nossa didática e produção de material.

– **Atividades extracurriculares:** Poliana informou sobre a parceria que Viviane conseguiu entre o curso e o Sesc, que viabiliza e oferece passeios culturais com os refugiados.

– **Ciclo de estudos:** falamos sobre a possibilidade de fazermos um ciclo de estudos de textos pedagógicos em Agosto, na Cáritas, período em que a UERJ estará fechada.

– **Próxima reunião:** nossa próxima reunião prática ficou agendada para o dia 18/07, às 14h, para a apresentação de atividades e organização de novas. (Adelina, Gabriela, Giovanna e Viviane poderão apresentar as atividades por elas já produzidas.)

### Reunião 08/2016, em 25 de julho de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 25 de Julho de 2016, das 14h às 15h30, estiveram presentes: Poliana Arantes, Thais de Lima, Larissa Garcia, Maria Adelina e Anna Carolina.

Durante a reunião discutimos:

– Thais deu informes sobre o conteúdo do Encceja, pelo qual ela tinha ficado responsável de pesquisar.

– A professora Poliana informou que a revista de extensão da UERJ está com o prazo de recebimento de artigos até o dia 15/08, e falou sobre escrevermos um em conjunto.

– Anna Carolina contou sobre a experiência e impressões que teve ao assistir a aula da turma de Francês, e deu sugestões do que ela acha importante de ser trabalhado com os refugiados.

– Conversamos sobre a pouca visibilidade que os refugiados congolezes têm na mídia. Poliana sugeriu que fossem recolhidos depoimentos deles para serem publicados em redes sociais.

– **Próxima reunião:** Nossa próxima reunião prática ficou agendada para o dia 12/09, às 14h, para a apresentação de atividades e planejamento de próximas. (Gabriela, Giovanna e Viviane poderão apresentar as atividades por elas já produzida.)

### Reunião 09/2016, em 6 de outubro de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada na sala 11.100 bloco F, no dia 06 de Outubro de 2016, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana Arantes, Thais de Lima, Larissa Garcia, Priscila Loureiro, Renan Câmara, Anouk Considera, Anna Carolina, Dominique Sendra e Morgana Pessôa.

Durante a reunião os principais pontos discutidos foram:

– **Informes:** a professora Poliana deu informes dos dois últimos encontros na Cáritas e relembrou as atividades pensadas na última reunião, que aconteceu no LerUerj.

– Poliana falou um pouco sobre o projeto para os novos participantes, explicou a plataforma online e a dinâmica das reuniões.

– **Fechamento da unidade:** conversamos sobre o fechamento da unidade em andamento, que ficará pronta até Novembro, e sobre orçamento da impressão. Apontamos também a necessidade de pensarmos um nome para essa unidade e levamos sugestões na próxima reunião.

– **Conteúdos das atividades:** discutimos o modo como o conteúdo da unidade “dinheiro e compras” pode ser trabalhado dentro das atividades e a importância de inserirmos nelas o vocabulário de uso no cotidiano.

– Dominique informou sobre a ato feito pelo conselho de congoleses que acontecerá no dia 1 de Novembro e sobre a aula pública sobre imigração, que acontecerá no mesmo dia, das 10h às 11h, na Uerj.

– Divisão de tarefas para a próxima reunião:

– Anouk apresentará um material utilizado na aula;

– Thais levará a atividade sobre comidas típicas;

– Anna e Renan prepararão uma atividade sobre vestuário;

– Morgana fará uma atividade sobre saúde;

– Priscila e Larissa farão uma atividade para a unidade “dinheiro e compras”.

– Próxima reunião: nossa próxima reunião ficou agendada para o dia 18/10, às 14h.

### Reunião 10/2016, em 18 de outubro de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 18 de Outubro de 2016, das 14h às 16h, estiveram presente: Poliana Arantes, Ana Karina, Bruno Deusdará, Renan Câmara, Anouk Considera, Thais de Lima, Priscila Loureiro, Dominique Sendra, Larissa Garcia, Rosa Lima e Carolina Carneiro.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

– A professora Ana Karina se apresentou aos novos participantes e os explicou sobre a proposta da plataforma online do projeto, que acolhe o material que fazemos.

– **Apresentação das atividades:** Renan, Priscila, Larissa e Thais apresentaram as atividades que produziram. Discutimos as adaptações que poderiam ser feitas nelas, e fizemos sugestões para os exercícios. Pensamos também em temas para as próximas atividades.

– **Próxima reunião:** nossa próxima reunião ficou agendada para o dia 10/11, às 9h.

#### MINHAS ANOTAÇÕES

Nesta reunião definimos que a forma de futuro que utilizaríamos seria a associada a um advérbio, ou seja, em vez de “eu irei”, “eu vou amanhã”.; “eu comerei”, “eu como depois” etc.A

Também nesta reunião, resolvemos utilizar os serviços da minha editora para a produção e edição do livro didático, ainda sem uma forma/suporte definido.

Sugerimos alguns nomes, tais como: Por aqui, Estou aqui, Fala, irmão!, Aqui estou.

Mas nenhum foi definido.

Discutimos a diferença entre Português para Refugiado e Português para estrangeiro e a partir desta discussão, me ocorreu o termo “Acolhimento linguístico”.

Definimos as unidades:

Dinheiro e compras

Que país é esse?

Transportes

Saúde

Trabalho

Alguns destes nomes precisam ser redefinidos e eu sugeri:

Dinheiro e compras = Brasil real

Que país é esse? = Brasil de todos

Transporte: Eu ando por aí

Pensei em recolher depoimentos das pessoas em situação de refúgio, através de questionário, mas fui informada que eles estão cansados de responder essas enquetes. Resolvi seguir sem eles. Tenho já alguns que colhi em apresentações públicas e que podem respaldar alguns dos meus pensamentos.

### **AULA DA ANOUK, em 20 de outubro de 2016**

#### **MINHAS ANOTAÇÕES**

Havia 10 alunos em sala. Poucos participavam. Tímidos? Pensei que talvez a professora devesse propôr que todos repetissem os textos em coro, para que não ficassem acanhados e pudesse treinar a pronúncia e ao mesmo tempo internalizar o código. Ela estava ensinando a unidade mobilidade urbana, em que usamos um mapa do centro da cidade. Na frase “a estação das bascas fica perto da praça XV”, pensei que devíamos utilizar a polifonia da palavra estação, os sinônimos e antônimos do advérbio perto e o campo semântico de praça para avançar no estudo da língua.

Acredito que os professores deveriam passar por uma formação especial para este acolhimento linguístico.

### **Reunião 11/2016, em 24 de novembro de 2016**

#### **ATA**

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 24 de Novembro de 2016, das 9h às 10h, estiveram presente: Poliana Arantes, Ana Karina, Bruno Deusdará, Anouk Considera, Viviane Nascimento, Giovanna Giffoni, Gabriella Coutinho,



Domenique Sendra, Zélia e Larissa Garcia.

Durante a reunião discutimos:

– Anouk, Giovanna, Gabriella e Zélia falaram sobre as experiências com o material que produzimos e como elas têm utilizado nas aulas.

– Larissa apresentou a atividade produzida por ela, Priscila e Thais. Conversamos sobre o conteúdo dela e sobre o que poderíamos modificar e acrescentar.

– **Próxima reunião:** agendamos nosso próximo encontro para o dia 6/12, às 9h.

### Reunião 12/2016, em 6 de dezembro de 2016

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111, bloco F, no dia 6 de Dezembro de 2016, das 9h às 10h, estiveram presente: Poliana Arantes, Ana Karina, Thais de Lima, Larissa Garcia, Rosa Lima, Hélión Póvoa e Anouk Considera.

Durante a reunião discutimos:

– **Atividade produzida:** revisamos a última atividade produzida, discutimos o conteúdo dela e pensamos temas para as próximas.

– **Próxima reunião:** nosso próximo encontro ficou agendado para após o retorno do recesso (a data ainda está por definir).

<b>ANO: 2017</b>
------------------

### Reunião com BRUNO, em 7 de fevereiro de 2017

Como o Curso de Português auxilia no acolhimento linguístico? Refleti isso:

MORG: “As necessidades das pessoas em situação de refúgio no Brasil, vão além de arrumar um emprego, pois, se este é uma urgência num primeiro momento, o conhecimento e analogia das nossas vivências (saúde, leis, gêneros etc) com as que eles vivem (viveram) em seus países, pode ajudá-los a estar no Brasil.”

“O Curso de Português para Refugiados não é apenas um curso para pessoas que querem aprender uma língua diferente, mas um meio de promover a integração”.

Mônica Azzariti alertou para o fato de as pessoas estarem burlando a condição de refugiado para, entre outros, levar informações a seus grupos guerrilheiros. Em troca de informações sobre patrocinadores de armas, ensinam técnicas de guerrilhas aos traficantes nos morros cariocas. Segundo ela, estas são informações obtidas nos arquivos da Polícia Federal e na Polícia Militar.

### Reunião 01/2017, em 10 de março de 2017

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 10 de Março de 2017, das 13h às 14h30, estiveram presentes: Ana Karina, Bruno Deusdará, Domenique Sendra, Gabriella Coutinho, Guillaume, Larissa Garcia, Maria Adelina, Morgana Pessôa, Poliana Arantes, Renan Câmara, Thaís Lima e Victor Hugo.

Durante a reunião, os principais pontos discutidos foram:

– **Informes:**

– Cátedra

– Prazo para material: o material passará por uma revisão feita por grupos de trabalho.

A ideia é que ele fique pronto e seja publicado até Julho.

– Atividade dia do refugiado: será realizada na UERJ em conjunto Cáritas, na semana do dia dos refugiados.

– **Situação na UERJ para o início das aulas:** a greve dos técnicos, salários atrasados dos docentes e a falta do repasse de verba para a universidade têm comprometido o início das aulas na. O que, somado à falta de segurança e de funcionários na Uerj, também dificulta o retorno das aulas do curso.

– **Apresentação dos dados sobre o curso (Domenique).**

- **Apresentação dos projetos de extensão novos (Victor Hugo).**
- **Pedidos de bolsa de ID.**
- **Curso de capacitação:** a “II Capacitação em Práticas de Acolhimento a Refugiados: educação de jovens e adultos” será ministrada pela professora Dra. Jane Paiva, no dia 22/03, às 10h, no LerUERJ.
- **Próxima reunião:** nosso próximo encontro ficou agendado para o dia 16/03, às 14h.

### MINHAS ANOTAÇÕES

Dominique nos traz a informações de que os acolhidos não querem “falar como índios” com medo da discriminação. Querem aprender as formas verbais em uso. Também nos informa que do ponto de vista dos acolhidos não há um curso de PR, mas aulas de PR.

Alguns dados relativos ao ano anterior indicam que pelo menos 354 pessoas estiveram pelo menos uma vez em sala de aula conosco, integrando cerca de 69 nacionalidades.

Decidimos que podemos ter oito atividades em cada uma das cinco unidades previstas, sendo que 4 atividades terão nível iniciante; 3 atividades terão nível mediano; e 1 atividade terá nível avançado. Ainda que cada atividade contará com 3 páginas.

### **Reunião Extra (sem registro de ATA), em 21 de março de 2017**

### MINHAS ANOTAÇÕES

Nesta reunião (da qual não consta uma Ata) Poliana apresentou a Cátedra Sérgio Vieira de Melo na Uerj. Temos oito turmas. Ratificamos que as atividades devem ser conclusivas para serem ministradas em apenas uma aula. Nova informação a de que os acolhidos querem (precisam) falar logo, mas não se ocupam com o modo escrito. Então pensamos em trabalhar mais a oralidade, usando, principalmente textos autênticos que reflitam e expressem o cotidiano que eles enfrentam. Decidimos que o material deverá ser produzido como apostilas dispostas em um fichário.

Resolvemos marcar um lançamento e para isso acelerar os trabalhos de produção dos materiais que já duram mais de um ano. Para isso, montamos grupos de trabalho e definimos duas semanas para a conclusão. grupo multidisciplinar de apoio ao acolhimento linguístico.

Contamos com a presença de uma enfermeira que nos abre uma frente de trabalho, compondo conosco e com a Pedagogia, uma equipe multidisciplinar.

Décio perguntou: “por que é que a gente faz esse acolhimento linguístico, afinal, o que estamos querendo oferecer?”

Minha reflexão:

MORG: “A classificação de um gênero depende não só do ponto de vista do produtor,

mas do ponto de vista do receptor. Exemplo: o curso de português para refugiado, do ponto de vista 1 pode ser atribuído ao discurso pedagógico, gênero curso, porém, do ponto de vista do refugiado a atividade se enquadra no tipo discurso humanitário, gênero acolhimento, e vão se encontrar na cenografia utilizada “aulas” que, no contexto do acolhimento linguístico têm pontos comuns com o que denomina um curso tradicional, mas apresenta características distintas de uma aula convencional tanto no modo de abordagem, como nas peculiaridades dos participantes e, ainda, no material didático produzido.”

MAINGUENEAU: “Pode-se ainda estudar a trajetória dos indivíduos que produziram os textos: os gêneros em que investiram, seus posicionamentos em um campo, sua encenação etc. (p. 77)

MORG: “A formação discursiva movimenta-se por um desejo, ela acontece a partir do desejo de se chegar a algum lugar, um lugar de dominações. Levados por este sentido de movimento é que associamos à não topicidade”. (? , já discordo hoje, em 11/2017)

### Reunião 02/2017, em 6 de abril de 2017

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 06 de Abril de 2017, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana Arantes, Renan Câmara, Fernanda D’Oliveira, Domenique Sendra, Bruno Deusdará, Morgana Pessôa, Ana Carolina F., Décio Rocha, Janaina Cardoso, Gisele de Carvalho, Larissa Garcia, Anouk Considera, Naira Velozo e Ana Paula Cypriano.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

– **Levantamento de temas:** Fizemos um levantamento de temas, conteúdos e abordagens para as próximas atividades a serem elaboradas e também para as que estão sendo feitas.

- Apresentarão novas atividades na próxima reunião:

Poliana; Anna; Isabel e Angela; Naira; Fernanda.

– **Atividades apresentadas:** foram apresentadas algumas atividades feitas com base no que foi conversado e apontado como importante de ser abordado na última reunião.

- Ana: atividade alimentação/saúde: atendimento clínico; sintomas.
- Gisele e Décio: atividade provérbios; aspectos culturais do Brasil; carioquices (música).
- Naira: atividade acesso ao Sistema Único de Saúde e atividade passeios culturais pela cidade do Rio de Janeiro.
- Poliana: atividade acesso e direito à educação.

- Bruno: fez um levantamento de letras de funk para associar às histórias das favelas do Rio de Janeiro.

### MINHAS ANOTAÇÕES

Fernanda, uma das voluntárias em sala de aula, nos trouxe a informação de que os acolhidos querem nos ensinar coisas de suas terras: “cozinhar em folhas de mandioca”. A nutricionista Ana informou que está verificando os direitos à saúde para incluir nos materiais. “Eles comem folhas que a gente não come e vice-versa”. Os congolese são a maioria e moram em Gramacho, Brás de Pina e Duque de Caxias.

Refletimos sobre a possibilidade de aulas em ações, como idas às feiras para ensinar os legumes, verduras, frutas etc, tanto suas denominações quanto seus usos e trocar informações sobre os mesmos nos diferentes países.

Pensamos, por exemplo, numa aula na cozinha da Policlínica da Uerj.

Muitas trocas de informações nesta reunião. Muitas ideias.

Gisele e Décio vão preparar material sobre carioquices com provérbios, e ele propõe trabalhar, ainda, os esteriótipos a partir de piadas de cariocas/brasileiros.

Décio fala da importância de conhecer os acolhidos e reflete: nossa função não é a de ser professor de língua, mas de darmos a eles tratamento de quem já fala... Afinal, o que somos nós?

Gisele ficou de fazer levantamento das atividades gratuitas no RJ para levarmos os acolhidos para as aulas em ação.

MORG: “Será que o material que estamos produzindo não é um manual de convivência linguística entre os refugiados e os brasileiros?”

Poliana e Larissa propõem atividade sobre o direito à Educação.

Anouk disse que a dificuldade maior é a escrita, pois quando eles chegam rapidamente já começam a falar.

Dominique traz um alerta: pessoas em situação de refúgio no RJ estão sendo assaltadas mas não conseguem preencher o Boletim de Ocorrência na delegacia, nem o BO online. 3 a 5 pessoas são assaltadas por semana.

Fizemos uma ótima discussão sobre o feijão nosso de cada dia. Cada região do Brasil tem um feijão do qual se orgulha, além de ocorrer casos de assujeitamento como no caso do feijão carioquinha que sequer é consumido no Rio de Janeiro, onde a preferência é pelo feijão-preto. Refletimos sobre as fronteiras do Brasil a partir de seus feijões.

Nesta reunião, pudemos verificar a autonomia de cada professor voluntário em sala de aula. Observe-se que nem todos são professores de formação. Assim, alguns preferem se

manter fiéis à gramática alegando que os acolhidos querem, por exemplo, saber a conjugação dos verbos e a diferença entre ser e estar. Anouk disse que muitas vezes, em sala de aula, o tema apresentado toma rumos completamente diferentes.

Continuo achando que os professores deveriam passar por uma formação específica.

MORG: Alguns materiais permitem trazer de volta informações que nos auxiliam na elaboração de novos materiais, ao mesmo tempo, algumas atividades ensinam/orientam ações diversas cotidianas pelas quais passam os acolhidos.

NAIRA manifesta curiosidade em saber como vivem os acolhidos e diz que tais informações são importantes para a elaboração dos materiais.

Dominique conta que uma mulher refugiada disse que “para ficar doente no Brasil é preciso agendar”.

Decidimos que as ilustrações deveriam ser criadas pelos próprios acolhidos, assim, além de lhes garantir alguma remuneração, promovemos sua participação no processo de produção dos materiais.

### **Reunião 03/2017, em 5 de maio de 2017**

#### **ATA**

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 05 de Maio de 2017, das 14h às 16h, estiveram presentes: Letícia, Domenique, Davi, Júlia, Ângela, Bruno, Isabel, Poliana, Renan e Larissa.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

– Informes:

andamento dos materiais;

salas para o curso;

visita das turmas ao museu da República e MAR;

Semana do Refúgio em Junho (19/06 – 22/06: atividades na Uerj Maracanã, FEBF, PUC-RJ e Museu do Amanhã);

lançamento do livro no Museu do Amanhã, no Dia do Refugiado – 20/06/17.

– Apresentação do material feito por Angela e Isabel sobre trabalho e habilidades.

– Pedese para que os materiais que já estejam prontos sejam enviados por email para Poliana até segunda-feira, 08/05/17, para encaminhamento à Morgana e aos ilustradores.

Próxima reunião: apresentação de mais materiais de quem quiser contribuir. A data será definida de acordo com o resultado da consulta pelo *doodle*, a ser enviada.

### Reunião 04/2017, em 18 de maio de 2017

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 18 de Maio de 2017, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana, Larissa, Dominique, Renan, Júlia, Ana Paula, Fernanda D’Olivo, Anouk, Phellipe e Angela.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

– Repasse dos professores sobre o material aplicado nas últimas aulas (“Carioquices” e “Provérbios”).

– Sugeriu-se que sejam feitos materiais explicativos sobre objetivos das atividades para os professores.

– Foram apresentados os seguintes materiais:

Fernanda – atividade sobre o feijão;

Ana – atividade sobre curriculum vitae;

Renan – atividade sobre vestuário.

Próxima reunião: apresentação de mais materiais de quem quiser contribuir. A data será definida de acordo com o resultado da consulta pelo *doodle*, a ser enviada.

### Reunião 05/2017, em 23 de junho de 2017

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 F, no dia 23 de Junho de 2017, das 10h às 12h, estiveram presentes: Poliana Coeli, Renan Câmara, Larissa Garcia, Davi Pessoa, Anouk Considera, Ana Karina e Júlia Scamparini.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

#### **- Informes:**

- Lançamento do material: não será lançado na Semana do Refúgio, pois não deu tempo dos professores usarem nas aulas. A perspectiva é de lançamento em Outubro.
- A representante da ACNUR visitou as salas onde estão sendo dadas as aulas do curso na UERJ e solicitou que fosse feita uma lista com tudo o que precisa para a estrutura das aulas.
- Semana do Refúgio: atividade na Casa Ruy Barbosa, no dia 23/06, às 14h, e atividade na Cáritas, no dia 24/06, às 9h.
- Repasse sobre as atividades elaboradas utilizadas nas aulas.

- **Apresentação de material:** atividade sobre mobilidade urbana (Metrô), feita pela Denise. Atividade sobre vestuário, feita por Renan e Poliana.

- **Próxima reunião:** apresentação de mais materiais de quem quiser contribuir. A data será definida de acordo com o resultado da consulta pelo Doodle, a ser enviada.

### **Reunião EXTRA/2017, em 11 de julho de 2017**

#### **MINHAS ANOTAÇÕES**

Conhecemos os ilustradores, definimos algumas ilustrações. Havíamos pensado sobre a necessidade de harmonizar as atividades, então, decidimos que cada atividade deveria conter três partes: (a) trocando ideias, que seria a apresentação da atividade, com propostas de oralidade; (b) conhecendo mais, em que abordaríamos as questões linguísticas; e (c) vivendo melhor, um espaço para estimular a criticidade e para trocas de experiências.

Cada uma destas três partes deverá ter uma identidade visual distinta.

Os ilustradores, colombianos, contaram uma situação pitoresca por que passaram, envolvendo a palavra “borracheiro”, que, em seu país, significa beberrão. Falso cognato.

MORG: a abordagem dos falsos cognatos é complicada porque os materiais que estamos produzindo não estabelecem uma relação direta com apenas uma língua. Se pudessemos produzir materiais relacionais, conseguiríamos, além de uma abordagem linguística direta e diferenciada, uma interação cultural mais estreita com cada povo. Nesse sentido, questiono se nosso material não estaria forçando uma assimilação, ao não manter as preservar as diferenças culturais. Ainda assim não sei bem o que pensar sobre a assimilação, uma vez que ela pode representar uma única possibilidade de não-segregação.

Quando o acolhido diz que quer aprender as conjugações para não “falar como um índio”, ele está temendo a segregação e pedindo que lhe ajudemos na assimilação. Dependendo da nossa condução no acolhimento linguístico que realizamos, podemos por a perder valores culturais trazidos por estas pessoas, extinguindo suas memórias e, desta forma, aniquilando sua única ferramenta de resistência ao que lhe fez estar refugiado.

### **Reunião (sem número e sem ATA), em 14 de julho de 2017**

#### **MINHAS ANOTAÇÕES**

Um relato da Anouk nos deixou em alerta. Ela disse que, como está na turma de boas vindas, ela julga algumas atividades um tanto avançadas. Disse ainda que outro professor prefere usar o material da Acnur (o compêndio Pode entrar). Segundo ela “há muitas palavras novas” e ela prefere usar as imagens. Nesse momento, a turma de boas vindas conta com cerca de 20 alunos, o que é considerado cheia e pode indicar o aumento de chegantes.



Mais uma vez discutimos a importância de trazer o “eu” dos acolhidos, ouvindo seus relatos e percebendo suas culturas. Pensamos em atividades com roupas e comidas típicas, propondo comparações e semelhanças, promovendo uma troca cultural.

Sobre o teste da atividade produzida por Décio e Gisele, Anouk disse que os acolhidos gostaram da música, mas tiveram dificuldade com as palavras, já outro professor, segundo ela, de uma turma um pouco mais avançada, usou a atividade e “deu supercerto”.

Concordamos com a necessidade de graduar as atividades em pelo menos três níveis de dificuldade.

Letícia (RS) abordou os termos:

minorias linguísticas

políticas linguísticas

línguas hegemônicas

língua de inclusão

línguas indígenas

línguas imigrantes

REFLETI sobre o conceito de Língua Bastarda.

MORG: A língua é uma representação da cultura, também representada por outras linguagens não verbais, todas, entretanto, descritíveis pela língua que, por sua vez, só pode ser descrita por ela própria.

MORG: E se todos os textos que usamos, a exemplo das ilustrações também fossem produzidos pelos acolhidos? Poderiam ser histórias de suas terras e de suas experiências no Brasil.

### Reunião 06/2017, em 4 de agosto de 2017

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 F, no dia 04 de Agosto de 2017, das 10h às 12h, estiveram presentes: Poliana, Bruno, Renan, Anouk, Domenique, Larissa, Rodrigo, Décio, Angela, Débora, Letícia e Ana Paula.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

– **Informes:** Espaço para as aulas do curso;

Repasso do Renan e Anouk sobre o material “vestuário” utilizado na aula;

Repasso da Débora sobre o material “Provérbios” utilizado na aula.

– **Apresentação de novas atividades:** Letícia apresentou uma atividade sobre festa

junina e Ana Paula apresentou a atividade sobre CV. O grupo fez sugestões para os dois materiais, que serão apresentadas em momento posterior.

– **Próxima reunião:** nosso próximo encontro ficou agendado para o dia **18/08, às 10h** na sala 11.111a bloco F. Anouk e Renan trarão atividade sobre entrevista de emprego e Débora e Rodrigo trarão sobre saúde.

### MINHAS ANOTAÇÕES

Bruna apresentou atividade em que a modalidade falada da língua é abordada, como numa consulta ao médico. Pensamos em usar a imagem de uma boquinha para indicar o modo oral sempre que for necessário.

Poliana sugeriu que usássemos um pequeno relato de um dos acolhidos sobre sua ida ao médico aqui no Brasil e a partir dela compormos a atividade.

Como trataríamos do corpo humano, optamos por usar corpos em movimentos, ilustração em um consultório médico, por exemplo.

Os professores presentes sugeriram abordar temas como escravidão e mulher negra.

Ocorreu questionar sobre as condições de vida dos acolhidos. É possível dormir bem onde você mora?

Pensamos em aproveitar a abordagem do corpo humano para apresentarmos expressões idiomáticas com partes do corpo, tais como:

bundão	beijinho no ombro
bunda mole	
trinca o dente	
bater cabeça	
bater papo	
bater cadeira	
cabeça de bagre	
cabeça de alho	
tirar água do joelho	
dedo duro	
papo furado	
cara de pau	
dar de ombros	
língua afiada	
pé quente	
pé frio	

Houve relatos, o que já sabíamos, sobre a dificuldade dos acolhidos conseguirem trabalho por não saberem escrever em Português.

### **Reunião 07/2017, em 25 de agosto de 2017**

#### **ATA**

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 F, no dia 24 de Agosto de 2017, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana, Isabel, Larissa, Morgana, Nathália, Renan, Bruna, Clarice, Débora, Décio e Domenique.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

– Fernanda enviou sugestões de temas para as próximas atividades de acordo com o interesse demonstrado pelos refugiados nas aulas (como por exemplo, a escravidão).

#### **– Apresentação de material:**

Débora e Rodrigo apresentaram uma atividade sobre sintomas de doenças e atendimento clínico. O grupo fez comentários e sugestões. (Pensamos em fazer uma segunda parte dessa atividade para trabalhar expressões idiomáticas que tenham a ver com partes do corpo).

– **Próxima reunião:** nosso próximo encontro ficou agendado para o dia **11/09, às 14h** na sala 11.111a bloco F.

Anouk e Renan trarão atividade sobre entrevista de emprego e Débora e Rodrigo trarão a reformulação da atividade sobre saúde. Júlia e Davi farão atividade relacionada ao tema sugerido por Fernanda: escravidão.

#### **MINHAS ANOTAÇÕES**

A partir da apresentação da atividade:

Levantamos a questão das reduções da língua falada, tais como tô em vez de estou: eu tô com náuseas, não tô bem hoje; Tamo(s) em vez de estamos: tamo junto, tamo bem.

Isso foi questionado pelos refugiados, porque no dia a dia eles não escutam o “estamos bem”, por exemplo, mas “tamo bem” ou o “você está sentindo alguma coisa?”, e sim “você tá sentindo alguma coisa”, essas diferenças da oralidade fazem toda a diferença na urgência comunicativa.

Décio propôs que fosse padronizada uma forma de alertar sobre as formas

possíveis de uso de alguns vocábulos, que poderia ser uma mudança de fonte ou de formatação, por exemplo.

A padronização dos materiais veio novamente à tona, propôs-se que formássemos um grupo de professores com esta função, para as atividades seguissem um modelo.

Propus que as diferenças entre as formas escritas e oralizadas fossem expressadas através das ilustrações em situações reais de uso. Exemplificamos:

– Hoje estou com vontade de me alimentar bem = – Hoje tô afim de comer legal.

Apesar da ideia de diferenciar através da formatação de tipos ou de diagramação ser mais simples, insisti na ideia da contextualização porque somente um itálico em “tô”, por exemplo, não informa a situação de uso desta contração. Argumentei que em uma situação de entrevista de emprego, por exemplo, dependendo do cargo que se pretende, o uso da linguagem coloquial pode prejudicar o candidato, e que as ilustrações poderiam alertar sobre o uso das variações. Combinamos de usar esse recurso quando o grupo de professores se reunir para a padronização das atividades.

Verificamos que em muitas línguas há estas diferenças e que nos materiais didáticos que observamos nas pesquisas são usados variados artifícios para alertar sobre o uso de uma e de outra forma. A professora Poliana exemplificou com um livro didático do alemão para estrangeiros, em que é usada uma “boquinha” para indicar a oralidade e uma “canetinha” indicando a forma escrita da língua.

Debatemos alguns sentidos de expressões importantes para a informação de diagnóstico, como por exemplo que há uma grande diferença entre os dizeres: – estou com dor de barriga e – minha barriga está doendo. Como falam “estou com dor de barriga”. Ou, ainda, a diferença entre “dor de barriga” e “dor na barriga”.

Como os refugiados usam muito a “clínica da família”, pensamos que a atividade sobre saúde deveria ter essa contextualização, até mesmo pedindo que algum relatasse uma experiência para que nos baseássemos neste relato.

As nomenclaturas do corpo humano também foram expostos conforme as regiões: pescoço, cangote, braços, canela, pantorrilha, garganta, goela, face, cara, etc. E voltamos à discussão divertida sobre as expressões coloquiais com partes do corpo humano, conforme listei acima. Uma ideia que surgiu e que instiga todo linguista é pesquisar a origem destas expressões.

Concordamos que os corpos humanos, se mostrados desnudos devem ser ilustrados com os órgãos sexuais e não como usualmente se encontra em materiais didáticos sem identificação. Foi levantado a questão de se a mostragem dos órgãos sexuais não chocariam os acolhidos. Depois de muito debate, chegamos ao consenso, a partir da sugestão da professora Isabel, de que a apresentação dos corpos estáticos, como nos manuais de anatomia fugia da nossa ideia de contextualização e decidimos que as ilustrações deveriam ser de pessoas em atividades, em um consultório médico, por exemplo.

A facilitadora Débora relatou que em uma aula foi contada a história de uma princesa congoleza que veio para o Brasil e que essa história rendeu muito assunto. Questionada se os refugiados conseguem entender a língua, Débora disse que a maioria entende, poucos leem e menos ainda escrevem em português.

Dominique, contou que certo dia, num encontro, os refugiados queriam saber onde ficava a Praça Mauá, e a pedagoga além de informar a localização da praça, perguntou a razão da curiosidade e ficou sabendo que Mauá em Lingala significa tristeza. Coincidentemente ou não, a Praça Mauá era onde chegavam os escravos vindos da África e este foi o mote de uma discussão durante um dos encontros com os refugiados. O nome Praça Mauá, na verdade, é uma homenagem ao barão de Mauá, cuja estátua reside no centro do rossio.

Nesta reunião, Poliana convidou todos nós para as aulas de Lingala com uma refugiada ligada ao projeto. Todos se interessaram. O que foi uma sugestão dos refugiados: nós aprendemos o português e vocês aprendem a lingala.

Na terceira parte da atividade apresentada, que levantava a questão de se levar uma vida saudável, questionamos se este conceito seria igual para todos os povos. Um exemplo foi citado sobre uma pergunta se dormir faz parte de uma vida saudável e todos os acolhidos acordaram que sim. A facilitadora então perguntou se no país de origem era possível dormir bem, tendo em vista a situação de guerra. A resposta foi significativa: no meu país tem guerra, mas aqui escutamos tiros o tempo todo, aqui também tem guerra. Guardadas as devidas proporções, concordamos.

Comer bem também pode significar qualidade de vida, mas o que é comer bem para os povos distintos? Há questões não apenas financeiras, mas de hábitos alimentares

essenciais que são mudados por conta da mudança de lugar. O que nutre o corpo do brasileiro nutre outros corpos? Certo que não é uma discussão que possamos aprofundar porque não temos essa qualificação, mas trocamos com os refugiados os tipos de alimentos de aqui e de seus países. O que é consumido na refeição da manhã, no almoço e no jantar, quantas refeições eram/são feitas por dia. Em algumas localidades é comum fazer apenas uma refeição ao dia.

Outras questões são as atividades físicas e a higiene. Quanto a esta última, houve relatos de refugiados que ao chegarem na região da Uerj, no Maracanã, espantaram-se com a “limpeza”: onde moramos é tão sujo... Uma discussão que chega à política de administração pública do Rio de Janeiro, que privilegia as classes de maior poder sócio financeiro. A maioria mora em Brás de Pina, Gramacho e Duque de Caxias.

### Reunião 08/2017, em 11 de setembro e 2017

#### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 F, no dia 11 de setembro de 2017, das 14h às 16h, estiveram presentes: Poliana, Débora, Renan, Larissa, Fernanda, Morgana, Anna Land e Décio.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

– **Apresentação de atividades:**

Renan – atividade sobre emprego;

Débora – reformulação da atividade sobre sintomas e atendimento clínico

– **Próxima reunião:** nosso próximo encontro ficou agendado para o dia **06/10, às 15h**, na sala 11.111a bloco F. Renan trará a reformulação da atividade sobre emprego.

#### MINHAS ANOTAÇÕES

Tivemos, neste encontro, uma ótima discussão sobre direitos autorais, problema que enfrentaríamos se transcrevêssemos nos materiais a totalidade de uma música, por exemplo, sem autorização do autor.

Foi apresentada uma atividade da unidade Trabalho e Emprego, com textos e perguntas que refletem a realidade dos acolhidos, em situações práticas cotidianas.

Débora apresentou atividade da unidade Saúde: “estou com dor de...”

Alguém lembrou que assistiu uma aula em que a professora estava com uma criança, filha de um acolhido, no colo. Assim é.

Décio: “a criança é da comunidade...”

Novamente pensamos em recuperar histórias locais dos acolhidos, bem como receitas.

Abordamos a multiplicidade de profissões das pessoas que acolhemos e que se encontram numa mesma sala de aula. Advogados, professores, técnicos e agricultores, por exemplo.

MORG: esta multiplicidade é um ponto interessante de abordagem, uma vez que, ainda que forçadamente, as pessoas interagem num mesmo nível social, independentemente de supostas hegemonias.

Débora: “cada pessoa é uma vida, com reações distintas a esta nova situação de refúgio”.

MORG: Dizer que são refugiados é engarrafar a fluidez identitária destas pessoas. Por isso – e a título de preservação da memória enquanto mecanismo de resistência – é que problematizo o uso deste termo como subjetivo e proponho sua utilização como adjetivo.

Débora: “nossa política (da Cáritas) é não invadir, não coagi-los a falar sobre si ou sobre a situação de seu país e de seus pares. Isso precisa ser espontâneo.

Propomos a formação de uma rede de articulação ao trabalho, uma rede de negócios envolvendo os acolhidos e a comunidade local, fisicamente, mas, principalmente, uma rede virtual.

MORG: a sala de aula é um espaço de discussão e do acolhimento, onde preparamos o chegante para enfrentar os desafios do refúgio no Rio de Janeiro, a partir da transposição do obstáculo linguístico.

A aula é um lugar de acolhimento.

Esta pesquisa se baseará principalmente no processo de preparação dos materiais: nossos encontros, as discussões, os relatos dos professores etc.

## Reunião 09/2017, em 6 de outubro de 2017

### ATA

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 F, no dia 06 de outubro de 2017, das 15h às 16h30, estiveram presentes: Poliana, Débora, Renan, Larissa, Raíza, Morgana, Jimmy, Rodrigo, Dominique, Nathália, Naira e Décio.

Principais pontos discutidos durante a reunião:

– **Informes:**

Greve de docentes, discentes e técnicos na UERJ: decidimos parar as atividades de reunião do curso até que a greve seja suspensa.

Aulas do curso: as aulas vão até final de novembro, pois a Cáritas-RJ não conta mais com verba suficiente para o pagamento das passagens.

Fernanda fez repasses sobre as aulas nas quais utilizou um material sobre contos;

Oficina de escrita avançada para os alunos do curso, com o professor Victor Hugo: 7 aluno(a)s estão interessados;

Aula de Lingala, sexta-feira, às 17h, no LerUERJ com Mirreille.

– **Apresentação de material:**

Renan – apresentou reformulação da atividade sobre emprego. Vai enviar para Larissa disponibilizar na pasta no Dropbox para acesso dos professores.

Débora e Nathália – expressões idiomáticas com partes do corpo humano. Sugestões foram feitas e elas vão reformular a atividade.

– **Próximas atividades:** Débora e Nathália apresentarão a atividade sobre o corpo humano reformulada. Renan e Jimmy farão uma atividade sobre mercado de trabalho.

### MINHAS ANOTAÇÕES

3 níveis de atividades

Discutimos e decidimos excluir o pretérito imperfeito das atividades diretas, mas colocá-lo em um box reservado, já que nem em todas as línguas existe este tempo verbal e os acolhidos podem, nesta situação especial de chegada, se comunicar sem sua utilização, assim como fizemos com o futuro, em que optamos por usar o modo presente acrescido de um advérbio.

Ponderamos sobre uma realidade enfrentada no dia a dia pelos acolhidos. Uma vez



que não conseguem empregos formais, eles entram para o mercado informal, muitas vezes ilegais, como a venda não autorizada de alimentos em logradouros públicos, ou, ainda, como foi relatado, a abertura de negócios não legalizados, inclusive utilizando serviços de terceiros sem contrato. Refletimos se seria prudente e como realizar estas abordagens, já que por um lado eles precisam sobreviver (como os brasileiros também), mas por outro, também precisam ser alertados de que isso pode lhes custar a condição de refúgio.

JIMMI SEBASTIÃO MIGUEL (angolano, engenheiro ambiental): Estive lá no Congo Democrático e é uma prática constante o trabalho informal. Tem muitas congolezas trabalham em salão de beleza e o governo brasileiro apoia, desde que siga as normas.

DOMINIQUE: O refugiado pode ser MEI, mas o solicitante não pode. O trabalho informal não favorece o refugiado, porque numa reunião de família, em que ele vai requerer a vinda de sua família, ele precisa comprovar renda. Muitos vêm sozinhos na esperança de trazerem suas famílias.

MORG: O trabalho informal é crime???

Poliana: o que vocês acham de fazermos um material sobre esse assunto do trabalho formal e informal.

Dominique: já há uma cartilha.

Poliana: então podemos usar esta cartilha em uma aula. Porque tem muitas coisas que a gente não sabe e que seria muito bom se pesquisássemos para podermos passar pra eles.

MORG: uma reflexão é a discutirmos sobre emprego e trabalho. Trabalho dá sustento imediato; emprego dá o sustento e o amparo social.

Os direitos autorais para o uso das letras das músicas foi novamente discutido, principalmente quanto à autoria de canções, muitas vezes atribuída ao cantor, ferindo os direitos morais do compositor..

Poliana: (quanto ao pretérito imperfeito) a gente usa só quando a gente quer recordar e se transportar para aquele fato passado, mas quando a gente está no presente e quer se reportar àquele fato passado: naquele tempo eu trabalhava...

MORG: mas a gente pode dizer também: naquele tempo eu trabalhei... Então, o

imperfeito pode ser oferecido como uma opção de uso, em um box.

Refletimos que a apresentação das expressões idiomáticas deve acontecer sempre dentro de contextos de utilização. Além disso, associar nossas expressões às expressões de suas línguas. Então, verificamos que os congoleses, por exemplo, são muito literais, a linguagem conotativa é muitíssimo pouco usada tanto no francês que eles utilizam quanto na lingala, sua língua mater.

Poliana ponderou em relação às expressões, que deveríamos associá-las por campo semântico, por exemplo: mão de vaca e olhos da cara têm a ver com dinheiro.

Débora lembrou que é muito difícil ilustrar as expressões.

MORG: como é que vamos ilustrar por exemplo “tirar a barriga da miséria”?

Então, nestes casos, a ilustração deve representar a situação e a expressão verbal viria num balão. Por exemplo, um morador de rua recebe uma lauda refeição e pensa (num balão): - Oba! Vou tirar a barriga da miséria.

Começaremos a estudar a Lingala. Esperamos com isso, compreender melhor a cultura de nosso maior grupo de refugiados.

**ANO: 2018**

**Reunião 03/2018, em 7 de março de 2018**

**ATA**

Em nossa última reunião, realizada no LerUERJ, sala 11.111 bloco F, no dia 07 de Março de 2018, das 16h às 17h30, estiveram presentes: Poliana Coeli, Larissa Garcia, Nathally Silveira, Jeanni Avelino e Nathalia Figueiredo.

Durante a reunião, os principais pontos discutidos foram:

- Poliana apresentou as atividades já prontas para o uso imediato.
- Revisamos a atividade sobre atendimento clínico e fizemos algumas alterações pra que ela ficasse padronizada.

- Próxima reunião: Semana do dia 20. Data será confirma de acordo com o resultado da consulta pelo Doodle.

(Nathally, Larissa, Nathalia e Jeanni trarão um texto sobre a dengue para inserir na atividade revisada).

**Reunião 05/2018, em 4 de maio de 2018**

**ATA**

Em nossa última reunião realizada no LerUERJ, localizado na sala 11.111 do bloco F, de 15h30 às 16h30 estavam presentes: Poliana Coeli, Nathally Silveira, Felipe Rodrigues, Renan Câmara e Rafael Fonseca.

Os pontos abordados durante a reunião foram:

Explicação geral do projeto e discussão a respeito de métodos e produção de trabalhos com o prof. da FAETEC Felipe Rodrigues, que está somando a equipe do projeto.

Rafael Fonseca, também novo membro do projeto, estará preparando uma atividade para acrescentar a linha de produção de materiais.

Foi feita a proposta de haver uma reunião itinerante (alternando entre os dias semanas para que todos possam ter a oportunidade de comparecer) e que as datas sejam escolhidas através do *Doodle*.

A próxima reunião será marcada para a semana do dia 27. A data será confirmada de acordo com o resultado da consulta pelo *Doodle*.